



# 09

## A FORÇA DOS NOSSÓS VALORES

RELATÓRIO E CONTAS



CONFIANÇA



HUMANISMO



EFICÁCIA



INOVAÇÃO



AMBIÇÃO



**BANIF**

## ÍNDICE

<b>I.</b>	<b>ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b>	<b>6</b>
	1. Conjuntura Internacional	6
	2. Conjuntura Nacional	11
	3. Sistema Financeiro	12
<b>II.</b>	<b>ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2009</b>	<b>18</b>
	1. Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira	18
	2. Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores	19
	3. Actividade Comercial no Continente	21
	3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio/Alto Rendimento	21
	3.2 Negócio no Segmento de Retalho	23
	4. Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio	24
	4.1 Actividade de <i>Call Center</i> e Banca Electrónica	24
	4.2 Canais Agenciados	26
	4.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos	27
	4.4 Protocolos e <i>Cross-Selling</i>	27
	4.5 Marketing Estratégico	28
	5. Produtos de Crédito e de Poupança	30
	5.1 Crédito Imobiliário	30
	5.2 Crédito ao Consumo	31
	5.3 Crédito Especializado - Crédito a Pequenos Negócios	32
	5.4 Contas de Depósitos e Produtos de Poupança	33
	6. Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso	33
	7. Actividade Financeira	35
	8. Actividade Internacional	36
	9. Comunicação e Imagem	38
	10. Recursos Humanos	40
	11. Operativa e Tecnologia	41
	12. Controlo dos Riscos de Actividade	44
	13. <i>Compliance</i>	60
	14. Auditoria	61
	15. Provedoria do Cliente	63

<b>III.</b>	<b>ANÁLISE ÀS CONTAS</b>	<b>64</b>
<b>IV.</b>	<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>71</b>
<b>V.</b>	<b>NOTA FINAL</b>	<b>72</b>
<b>VI.</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>75</b>
	1. Balanço	75
	2. Demonstração de Resultados	76
	3. Demonstração do Rendimento Integral	77
	4. Demonstração de Variações em Capitais Próprios	78
	5. Demonstração de Fluxos de Caixa	79
	6. Anexo às Demonstrações Financeiras	80
<b>VII.</b>	<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>142</b>
	1. Informação nos termos do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais	142
	2. Informação nos termos do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais	178
	3. Informação nos termos do Art.º 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho	178
	4. Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas	178
<b>VIII.</b>	<b>RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS</b>	<b>179</b>
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	184
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	187
	Índice de Abreviaturas Utilizadas	189

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2009 foi um ano especialmente difícil para a generalidade dos agentes económicos. A crise internacional, que afectou o sistema financeiro em 2008 e à qual resistiram quase incólumes as instituições nacionais, alastrou à generalidade dos sectores da actividade económica, a nível global, fazendo-se sentir de modo agravado em Portugal.

Generalizou-se a dificuldade no acesso ao crédito, aumentou o custo dos recursos financeiros, diminuíram a procura e a confiança de consumidores e investidores. Multiplicaram-se os encerramentos de empresas, aumentou o desemprego e registou-se um preocupante desequilíbrio das contas públicas.

O Banif, em linha com todo o sistema bancário português, sentiu de perto o impacto que o contexto económico trouxe às empresas e aos particulares, nomeadamente no que se refere ao impressionante aumento das situações de incumprimento e que implicou, em relação ao ano anterior, um crescimento de 95,3% das provisões e imparidade, líquidas, que totalizaram 97,3 milhões de euros durante o ano de 2009.<sup>1</sup>

No entanto, a actividade do Banif no ano de 2009 resultou numa evolução muito positiva dos seus principais indicadores de *performance*, registando-se um assinalável crescimento, designadamente, do seu Activo Líquido (6,9%, para 11.546,6 milhões de euros), da sua Margem Financeira (8,6%, para 231,3 milhões de euros), do seu Produto Bancário (9,6%, para 324,6 milhões de euros) e do seu *Cash Flow* (31,3%, para 133,1 milhões de euros), valores que permitiram mitigar o impacto do elevado provisionamento acima referido e atingir um Resultado do Exercício de 28,5 milhões de euros, que representa uma diminuição de 12,8% relativamente ao exercício anterior (todos os valores em IAS/IFRS).

Durante o ano de 2009, o Banif realizou dois aumentos de capital, integralmente subscritos e realizados pela Banif Comercial SGPS, SA, no valor global de 200 milhões de euros, que colocaram o capital social do Banco em 566 milhões de euros. Estas operações, a par da actividade desenvolvida, conduziram a um significativo aumento dos Capitais Próprios do Banco (46,3%, para 699,4 milhões de euros). Do final de 2008 para o final de 2009, o Rácio de Solvabilidade (*Core Criteria* de Basileia) do Banif passou de 9,80% para 13,10% e o *Tier 1* (*Core Criteria* de Basileia) de 5,86% para 8,93%, estando criadas as condições para o Banco fazer face às necessidades de capital decorrentes das imposições legais e do desenvolvimento da sua actividade.

Assim, ainda que de uma forma moderada, adaptada ao contexto macroeconómico, o Banif manteve a sua estratégia de crescimento orgânico e de consolidação da sua quota de mercado.

Durante o exercício de 2009, o Banco inaugurou 27 novas agências, concluindo o ano com 351 agências bancárias, às quais acrescem outros 59 pontos de atendimento, designadamente Centros de Empresas, Centros Banif Privado e Lojas Habitação. Também neste exercício, o Banif instalou o primeiro escritório de representação de um banco português em Hong Kong, colocando-se numa posição privilegiada para aceder aos mercados financeiros do Extremo Oriente.

A actividade comercial no exercício de 2009 foi particularmente intensa. No segmento da banca privada, destaca-se a consolidação do modelo de negócio oportunamente implementado, através de uma nova proposta de valor e da colocação de Gestores de Privado na Rede dos Centros de Empresas. No segmento de empresas propriamente dito, os principais vectores de actuação foram a desaceleração do crescimento em volume, o aumento das margens, o reforço das

<sup>1</sup> Todos os valores contabilizados em IAS/IFRS.

garantias associadas às operações e um maior controlo do respectivo risco. Na relação com os Particulares, foi fortemente desenvolvida a captação e fidelização de Clientes, no âmbito dos Programas de Fidelização de Clientes do Continente, Açores e Madeira.

Ao nível das redes de distribuição, destaca-se a Rede de Empresas e Empresários, na qual foi aumentado o número de Gestores de Negócio e, no mesmo período, o número médio de Clientes por Gestor, bem como o forte impulso dado à distribuição de produtos e serviços do Banco pela Rede *Assurfinance*, que passou de 42 mediadores, no final de 2008, para 268 no final de 2009.

Paralelamente, foram empreendidos importantes projectos organizacionais e operacionais, destacando-se o desenvolvimento e disponibilização de um novo sistema e de uma nova operativa de gestão de depósitos à ordem, de uma nova operativa de cartões, a criação de um serviço de corretagem on-line.

Subjacente a todos estes desenvolvimentos, a qualidade de serviço tem sido assumida como o grande elemento diferenciador do Banif, num mercado cada vez mais exigente e competitivo. Esta realidade é demonstrada pelos estudos independentes *Mystery Calls* e *Mystery Shopping*, cujos resultados, mais uma vez, registaram uma variação positiva em relação ao ano anterior, reforçando a posição do Banco muito acima da média do sector, no 1º lugar do *ranking* nacional relativamente à qualidade do atendimento no *call center* e no 4.º lugar (1º entre os sete maiores bancos a operar em Portugal) em qualidade do atendimento nas agências.

Na base desta qualidade de serviço está a importância fundamental que o Banif atribui aos seus Colaboradores. Em 2009, foi reformulada a estratégia de formação no Banco, com um maior enfoque na qualidade e melhoria dos processos formativos, para as quais contribuiu uma nova e mais eficaz plataforma *e-learning*. Foram desenvolvidos internamente vários cursos de formação e foram realizados diversos cursos em parceria com outras entidades.

A nova imagem do Banco, hoje perfeitamente consolidada, assumiu-se como um notável elemento distintivo e um privilegiado veículo de comunicação dos seus valores. Os índices de notoriedade do Banif encontram-se hoje em níveis substancialmente mais elevados que os anteriores ao processo de *rebranding* de 2008. Em 2009, a marca "Banif" foi integrada, pela primeira vez, na lista das 500 marcas financeiras mais valiosas a nível mundial (ocupa hoje a 389ª posição) de acordo com uma iniciativa da *Brand Finance*, publicada na revista *The Banker Magazine*.

Concluimos 2009 sabendo que, em momento algum da sua existência, o Banif esteve dotado de condições tão privilegiadas para enfrentar os desafios que se avizinham. Os seus capitais próprios são os mais elevados de sempre, o seu reconhecimento institucional está consolidado em níveis elevados, os seus produtos são competitivos e a sua rede de distribuição apresenta uma amplitude e uma capilaridade sem precedentes. A juventude, o dinamismo e as qualificações da sua equipa de Colaboradores permitem ambicionar níveis de desempenho sem precedentes.

No entanto, sabemos que os desafios colocados pelo enquadramento regulamentar, social e económico em que o Banif desenvolve a sua actividade são cada vez maiores. A margem de erro é mínima e as responsabilidades para com Colaboradores, Clientes e outros *Stakeholders* são cada vez maiores.

Hoje, como no primeiro dia, o sucesso do Banif continuará a depender de um trabalho rigoroso, empenhado e eficiente de todos aqueles que, dando o melhor de si, personificam este notável projecto de criação de valor.

**Joaquim Filipe Marques dos Santos**  
Presidente da Comissão Executiva

## I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### 1. Conjuntura Internacional

O ano de 2009 foi caracterizado por uma profunda recessão mundial, com as maiores quebras da actividade e comércio globais desde a Segunda Guerra Mundial. A recessão atingiu, sobretudo, a maioria das economias avançadas, as quais apresentaram uma quebra do PIB de cerca de 3,4%, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento conseguiram atingir um crescimento moderado, de cerca de 1,7%, com o melhor desempenho a ser obtido pelas economias chinesa (+8,5%) e indiana (+5,4%).

O ano de 2009 ficou igualmente marcado pela implementação de planos de estímulo à economia global e medidas de apoio ao sistema financeiro, que incluíram fortes apoios por parte dos Governos e cortes significativos nas taxas de juro, pelas autoridades monetárias, nomeadamente o Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal americana (FED), para níveis historicamente baixos.

O padrão intra-anual do crescimento mostra diferenças marcantes, com a actividade global a apresentar um recuo de 6,5% no primeiro trimestre do ano e um crescimento de cerca de 3% no segundo trimestre, que se terá reforçado ao longo do segundo semestre. A forte queda da actividade, no primeiro trimestre, está relacionada com os receios generalizados de colapso do sistema financeiro e a conseqüente paragem do crédito, devido às restrições de liquidez dos bancos. Na Europa, os receios de uma crise financeira mais severa nas economias de Leste e de contaminação do sistema financeiro de todo o continente, justificaram intervenções por parte do FMI, incidindo, sobretudo, no sector bancário.

Os Bancos Centrais reagiram rapidamente com fortes cortes nas taxas de juro, assim como medidas não convencionais de cedência de liquidez e suporte à concessão de crédito. Os governos encetaram importantes programas de estímulo económico e, simultaneamente, uma avaliação dos bancos com *stress tests* e apoios com garantias e injeções de capital. No final do primeiro trimestre do ano de 2009, começaram a surgir dados económicos favoráveis nos Estados Unidos, ilustrados pela recuperação das vendas a retalho, da compra de habitações novas e dos índices de confiança dos consumidores e da indústria, que superaram as expectativas do mercado, sugerindo assim uma primeira estabilização da economia norte-americana. De referir também que o novo pacote da Reserva Federal para compra de activos sustentou o mercado de dívida soberana.

No que se refere ao sistema financeiro, o anúncio do novo plano de apoio ao sector bancário, por parte do Tesouro norte-americano, foi particularmente bem recebido pelos intervenientes do sector, e alguns dos principais bancos de investimento apresentaram melhorias dos resultados trimestrais, passando a traçar cenários e objectivos de melhoria do desempenho operacional para o ano. No entanto, na Europa, o cenário permaneceu negativo, tendo os principais indicadores de confiança chegado mesmo a atingir novos mínimos. Simultaneamente, voltou a intensificar-se a discussão sobre o recurso a medidas de política monetária não ortodoxas.

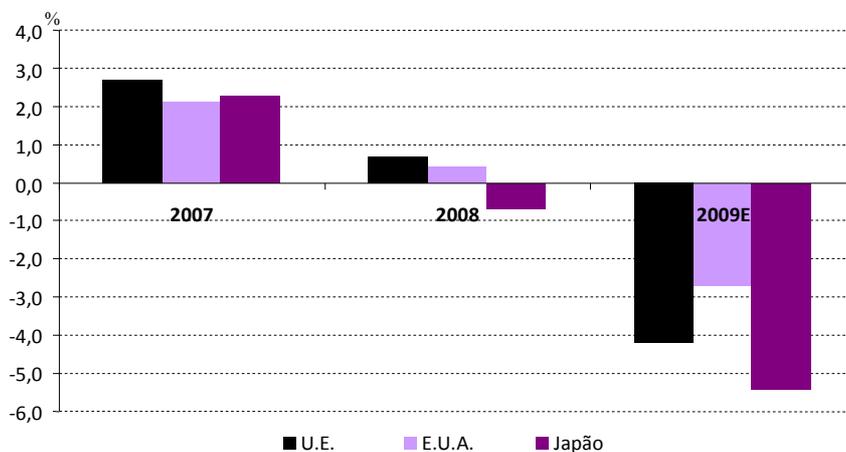
No segundo trimestre do ano, apesar da manutenção de vários dados económicos em níveis de recessão, nomeadamente os relativos ao mercado de trabalho, os principais indicadores de confiança dos Estados Unidos, Europa e Japão, começaram a inverter a tendência de forte quebra observada desde o último trimestre de 2008, sinalizando um ponto de inversão. De destacar a estabilização progressiva do sector financeiro, que começou a recuperar após a divulgação do teste de cenários (*stress tests*) aos bancos americanos, que revelaram necessidades de capital inferiores ao previamente antecipado. Paralelamente, o BCE implementou a maior injeção monetária de sempre, no valor de 446 mil milhões de euros.

No terceiro trimestre de 2009, a economia global continuou a melhorar, impulsionada pelo forte desempenho das economias asiáticas e por uma estabilização, ou mesmo uma recuperação modesta, no resto do mundo. A recuperação foi liderada, do ponto de vista económico, por uma reanimação da indústria transformadora e uma alteração do ciclo de inventários, que começaram a ser repostos após a forte redução na primeira metade do ano. A gradual recuperação das vendas a retalho, o retorno da confiança dos consumidores e a estabilização do mercado imobiliário foram também aspectos que contribuíram para a progressiva melhoria.

No entanto, nas economias avançadas, os sinais ainda eram débeis, com muitos indicadores a apresentarem tendências contraditórias. Nos EUA, tal foi particularmente visível na continuação do aumento do desemprego, enquanto na Europa foi mais evidente, sobretudo ao nível da produção industrial e dos preços ao consumidor, chegando mesmo a atingir um cenário de ligeira deflação. O Japão apresentou dados favoráveis, nomeadamente em relação à venda de veículos, à produção industrial e às vendas a retalho. Não obstante os principais blocos mundiais terem saído do período de recessão no terceiro trimestre, devido essencialmente aos fortes estímulos de política económica implementados, permaneceu a dúvida relativamente à sustentabilidade do crescimento induzido, com a recuperação da actividade a revelar-se incapaz de gerar emprego.

Neste contexto, a indefinição marcou as economias no último trimestre do ano, e os diversos indicadores divulgados evidenciaram sinais contraditórios. Na Europa, o mês de Dezembro ficou marcado pela confirmação, por parte da Comissão Europeia, de que, em termos técnicos, a recessão tinha terminado na Zona Euro. A Comissão Europeia sublinhou, no entanto, que as perspectivas permaneciam incertas, na medida em que a retoma estava a ser bastante sustentada pelos fortes estímulos concedidos pelos Governos e pela política monetária expansionista seguida pela maioria dos Bancos Centrais.

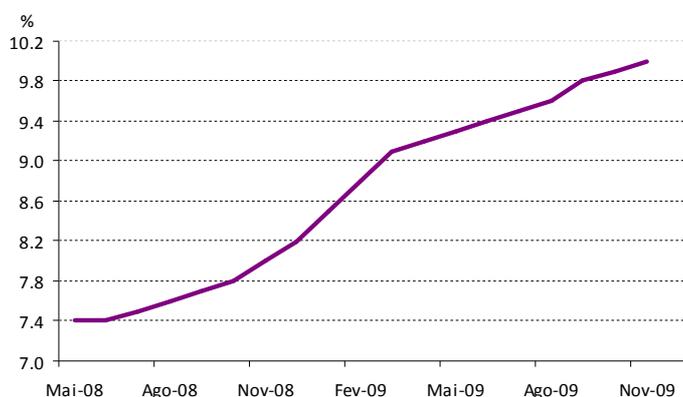
O comportamento das matérias-primas foi outro factor importante em 2009. Após um ano de 2008 altamente volátil, com os preços do petróleo (que atingiram cerca de 150 dólares por barril) e de outras matérias-primas essenciais a alcançar máximos históricos no Verão e a descer abruptamente no final do ano, a incerteza era grande para 2009. No final do primeiro semestre, com os primeiros sinais de recuperação económica a aparecerem na Ásia (nomeadamente na China), os preços da globalidade das matérias-primas iniciaram um movimento de subida. O petróleo subiu de forma sustentada ao longo da primeira metade do ano, voltando ao patamar dos 70 dólares por barril, mais do dobro em relação aos mínimos de 30 dólares por barril atingidos no início de 2009. No entanto, a volatilidade revelou-se menor do que a verificada em 2008, com o petróleo a fechar o ano nos 80 dólares por barril. Tal como o petróleo, também os metais industriais (cobre, zinco, alumínio) registaram valorizações significativas, duplicando as suas cotações face ao início do ano.

**Crescimento do PIB - Taxa de Variação**

Real

Fonte: Bloomberg

Para a Zona Euro, o FMI estima uma contracção de 4,2% em 2009, implicando uma forte queda face ao crescimento de 0,7% registado em 2008. Embora o padrão de recessão tenha sido generalizado, estima-se que 33 a manifestar alguns sinais positivos. O índice de confiança da indústria revelou uma recuperação, apesar da produção industrial ter continuado a registar quedas. O indicador de confiança dos consumidores também melhorou, facto a que não será alheia a diminuição do nível de preços. A descida da inflação permitiu que o Banco Central Europeu decidisse continuar o processo de descida das taxas de juro directoras. Finalmente, as difíceis condições para a concessão de crédito continuaram a limitar o investimento privado, contribuindo para que a taxa de desemprego tivesse ultrapassado os 10% (o que compara com 7,8% em 2008) e, conseqüentemente, se verificasse uma contracção adicional no consumo.

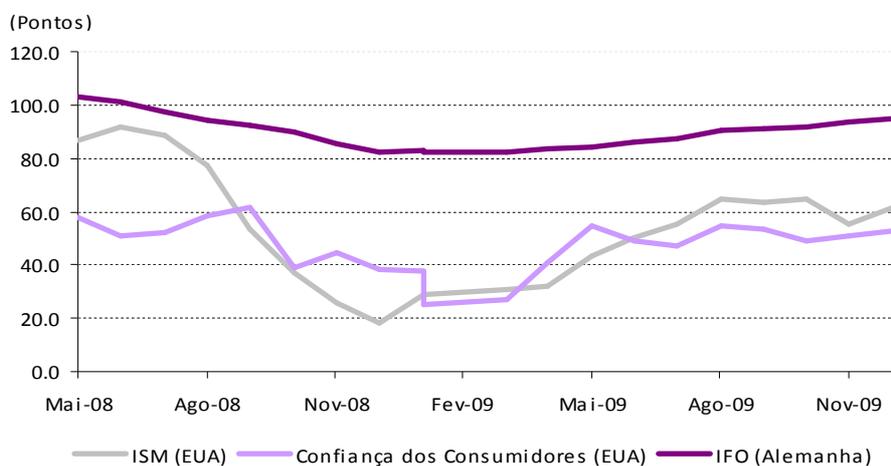
**Mercado de Trabalho na Zona Euro**  
(Taxa de Desemprego)

Fonte: Bloomberg

Estima-se que a economia norte-americana tenha registado uma queda de 2,7% em 2009, significativamente abaixo do crescimento de 0,4% registado em 2008. Durante o primeiro semestre de 2009, a produção contraiu-se substancialmente e a taxa de desemprego subiu para

níveis não vistos desde o início da década de 1980, aproximando-se dos dois dígitos. Esta situação não impediu, no entanto, que a confiança dos consumidores tivesse mostrado um aumento ao longo do primeiro semestre do ano, mantendo-se, contudo, a níveis muito reduzidos. No mercado imobiliário, manteve-se a tendência de descida dos preços das habitações, resultado do elevado número de habitações por vender. Em consequência, a Reserva Federal americana adoptou uma política de estímulo ao crescimento económico, recorrendo a variados mecanismos não tradicionais: (i) injeções adicionais de liquidez, (ii) compra de títulos de dívida de longo prazo do Governo e (iii) incremento da dimensão dos programas de compra de títulos de crédito no mercado. As políticas de intervenção monetárias, financeiras e fiscais, ajudaram a estabilizar a despesa dos consumidores, bem como os mercados financeiro e imobiliário, contribuindo para um crescimento moderado, na segunda metade do ano, com os principais índices de confiança, sobretudo de consumidores, a registarem o seu nível mais alto do ano em Dezembro.

### Índices de Confiança



Fonte: Bloomberg

Os países com um forte cariz exportador, em particular o Japão, sentiram de uma forma muito acentuada os efeitos da crise. Assim, estima-se que a economia Japonesa tenha registado uma contracção de 5,4% em 2009, que compara com um decréscimo de 0,7% em 2008, uma recessão sem precedentes nesta economia. A taxa de desemprego terá subido de 4,0%, em 2008, para 5,4%, em 2009.

No primeiro trimestre de 2009, as exportações da Ásia continuaram a descer velozmente, influenciando, de forma significativa, o seu comportamento económico. O crescimento do Japão foi, assim, afectado, não só pela substancial contracção do consumo privado, mas também pela tendência descendente das exportações, nomeadamente devido à queda da procura mundial de automóveis (que pesam, de forma significativa, nas exportações nipónicas). A queda moderou-se durante o primeiro semestre do ano, sobretudo a partir de Março, quando a produção industrial começou a crescer novamente. As vendas a retalho começaram também a recuperar, a partir de Abril.

As economias emergentes não permaneceram imunes à crise. No entanto apresentaram um comportamento mais favorável do que as economias desenvolvidas e começaram a evidenciar sinais de recuperação mais cedo do que os grandes blocos económicos. Esta recuperação deveu-se à ausência de desequilíbrios macroeconómicos significativos, ao forte dinamismo da procura interna, à conjuntura positiva nos mercados das matérias-primas e à reduzida exposição dos sistemas financeiros a activos de alto risco.

De acordo com o FMI, a América Latina deverá ter registado uma contracção de cerca de 2,5% em 2009, enquanto a África terá registado um crescimento de 1,7%. Os países da Europa Central e de Leste e do ex-bloco soviético tiveram um comportamento muito mais negativo (-5,0% e -6,7%, respectivamente), em virtude do impacto da crise financeira sobre o crédito e as respectivas moedas.

Os países emergentes e economias em desenvolvimento da Ásia também foram afectados pela crise internacional, embora com muito menor intensidade do que os EUA ou a Zona Euro. O FMI estima que a região tenha registado uma taxa de crescimento do PIB de 6,2%, o que compara com crescimento de 7,6% observado em 2008.

A recuperação deste bloco foi, essencialmente, suportada pelo sector de produtos electrónicos, que tinha registado uma queda brusca na produção no início da crise. A forte estrutura do sector bancário na região também contribuiu para limitar o impacto da crise financeira. Assistiu-se a um aumento da produção industrial em Hong Kong, Índia, Coreia, Filipinas, Taiwan, e Tailândia. A China, cujo PIB terá crescido, de acordo com o FMI, 8,5% em 2009, liderou a recuperação.

No primeiro trimestre de 2009 a região da América Latina também mostrou sinais de recessão, com queda acentuada do consumo, investimento e exportações, resultado do agravamento das condições de financiamento externo, deterioração da procura externa da região e menores remessas dos trabalhadores emigrantes. No entanto, a partir do segundo trimestre, a região começou a mostrar sinais de estabilização e recuperação, beneficiando da melhoria das condições financeiras a nível global, do mercado de matérias-primas, e do reforço de políticas de apoio à actividade económica.

A economia brasileira não escapou à crise económica mundial, tendo sido muito afectada no último trimestre de 2008 e nos primeiros meses de 2009 (com uma queda do PIB de -2,1% e -1,6% no primeiro e segundo trimestre, respectivamente) mas recuperando, no entanto, no segundo semestre do ano. As estimativas apontam para uma contracção do PIB na ordem de 0,5%-0,7% para 2009, reflectindo a tendência de recuperação observada ao longo do ano, ficando, assim, muito aquém do crescimento registado nos anos anteriores (5,1% e 5,7% em 2008 e 2007, respectivamente). A componente externa foi a mais afectada, tendo a queda da procura mundial afectado fortemente as exportações. A desaceleração económica originou ainda a redução das receitas fiscais, enquanto as despesas cresciam, incrementadas pelo impacto de programas de estímulo económico.

O primeiro semestre foi marcado pela intervenção do Governo através do seu plano de estímulo para a economia, com redução de impostos para a venda de veículos e bens duradouros, para além de forte redução da taxa de juro de referência. O impacto destas medidas na economia foi sentido a partir do terceiro trimestre do ano. A taxa de juro SELIC foi reduzida de 13,75% ao ano no final de 2008 para 8,75% em Dezembro de 2009, uma taxa nominal sem precedentes na história recente do país. Neste contexto, o Real valorizou-se 24,6% face ao Dólar norte-americano em 2009. A moeda norte-americana variou entre o máximo de 2,4473 BRL /USD, em 2 de Março de 2009, e o mínimo de 1,6989 BRL/USD, em 9 de Novembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, o Brasil detinha cerca de 239 mil milhões de dólares em reservas internacionais.

No que se refere ao índice de preços do consumidor, a inflação, atingiu os 4,3% (IPCA), ficando abaixo dos valores observados em 2008 (5,9%). O emprego, por seu turno, recuperou na segunda metade do ano, tendo a taxa de desemprego descido de 8,8% em Maio de 2009 para 7,4% na parte final de 2009.

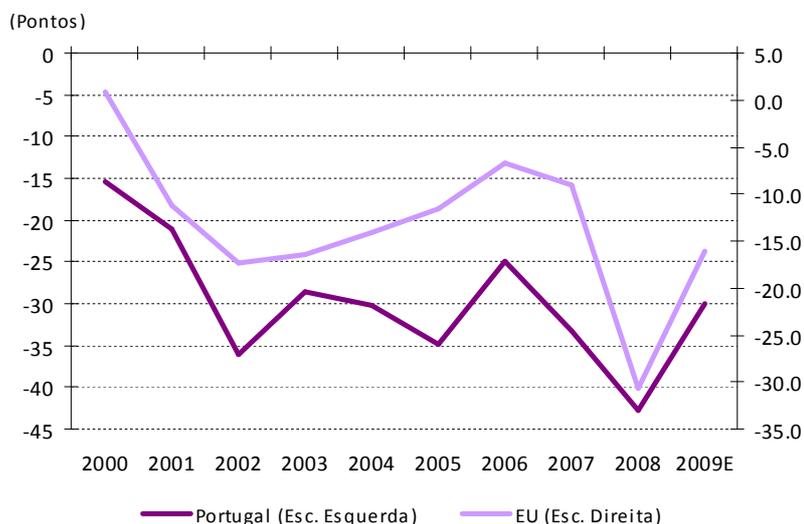
## 2. Conjuntura Nacional

A economia portuguesa foi negativamente afectada pelo enquadramento internacional desfavorável ao longo do ano. No entanto, Portugal registou um comportamento acima da média dos países da UEM, em 2009. A razão deste comportamento prende-se com o sistema bancário nacional relativamente saudável, sem exposição relevante a activos tóxicos, a ausência de valorizações excessivas no mercado imobiliário e a diversificação das exportações. De acordo com o Banco de Portugal e o FMI, a economia portuguesa terá decrescido 2,7% em 2009, o que compara com um crescimento nulo em 2008. De referir, também, que Portugal parece estar a acompanhar a tendência de recuperação gradual dos restantes países da zona euro.

A taxa de crescimento económico negativa teve por base a forte redução do investimento e consumo privados. A queda do consumo ocorreu no quadro de um aumento do rendimento disponível, em termos reais, que foi determinado, em grande medida, pelo crescimento das transferências para as famílias, não obstante a forte redução do emprego. De referir ainda o cenário de deflação e o impacto positivo no rendimento disponível decorrente da forte descida das taxas de juro bancárias ao longo de 2009, dada a posição líquida negativa das famílias em termos de activos e passivos que vencem juros. A crescente taxa de desemprego e o cenário de deflação, que leva a que os consumidores tendam a adiar decisões de consumo na expectativa de obtenção de preços mais baixos, tiveram importantes impactos negativos ao nível do consumo.

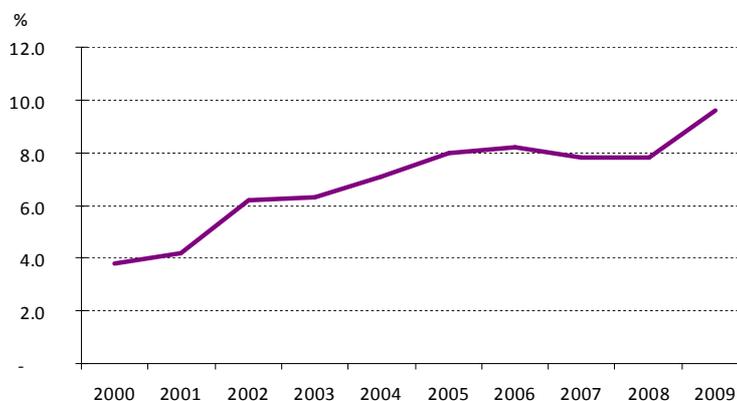
No entanto, a partir de Março, e à semelhança do que aconteceu na Zona Euro, os principais indicadores de confiança, quer de consumidores, quer de empresários, inverteram a tendência descendente, embora mantendo-se a níveis historicamente baixos.

### Confiança dos Consumidores



Fonte: Bloomberg

A taxa de desemprego, por seu lado, deverá ter registado um aumento de 7,6%, em 2008, para 9,5%, em 2009, tendo os sectores de construção e de indústria transformadora, alojamento e restauração registado a maior de perda de emprego.

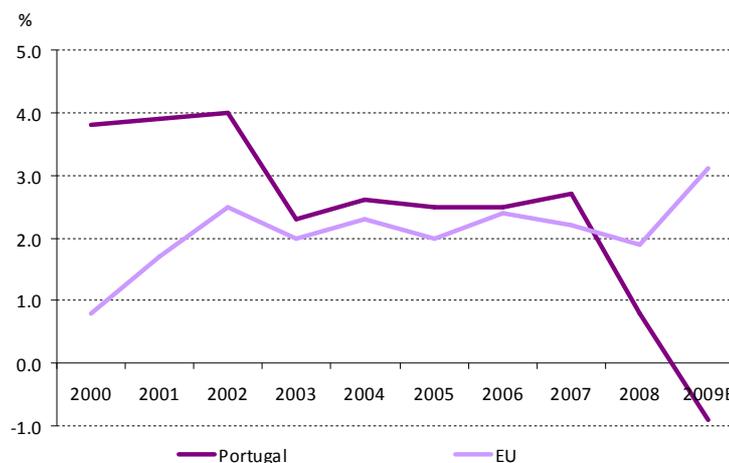
**Taxa de Desemprego (Portugal)**

Fonte: Bloomberg

Quanto à evolução dos preços, registou-se uma queda dos preços média anual de 0,8% em 2009 (de acordo com o INE), o que compara com uma inflação média de 2,7% em 2008.

**Inflação**

Índice de Preços Harmonizado



Fonte: Bloomberg; FMI

**3. Sistema Financeiro****3.1. Situação Global**

O ano de 2009 foi, à semelhança do ano anterior, um ano particularmente difícil para o sector financeiro. O primeiro trimestre foi especialmente complexo, devido ao prolongamento da fase aguda da crise financeira. A intervenção do Estado, as actuações de política monetária não convencionais e a revisão do quadro regulamentar e dos mecanismos de supervisão, contribuíram para o restabelecimento progressivo da confiança dos agentes económicos. Não obstante, os mercados financeiros apresentaram-se bastante voláteis, mesmo com um desagravamento do clima de aversão ao risco no final do 1º trimestre. O enquadramento económico e financeiro adverso traduziu-se numa evolução muito moderada da actividade bancária na generalidade dos países europeus, verificando-se um abrandamento expressivo nos fluxos de crédito concedido, a par de um aumento dos níveis de incumprimento.

No entanto, ao longo do segundo trimestre, os mercados financeiros apresentaram uma recuperação significativa, beneficiando da ajuda das medidas orçamentais e monetárias de apoio aos mercados. A confiança no sector financeiro começou a inverter a tendência negativa, melhorando as perspectivas de acesso a financiamento pelo sector financeiro. O crédito entre os bancos começou a aumentar lentamente e o aperto à concessão de crédito diminuiu.

No final do ano, verificou-se que as iniciativas de apoio à actividade económica e aos sistemas financeiros, implementadas ao longo do ano, contribuíram para o retorno de alguma estabilidade nos mercados financeiros e para uma recuperação do clima de confiança dos investidores e dos empresários. Tal estabilização teve subjacente o enorme suporte do sector público e a cedência de liquidez abundante aos mercados interbancários, assinalando uma transferência parcial do risco do sector privado para o sector público e um esforço acrescido sobre as finanças públicas, com fortes restrições e custos.

Portugal não foi excepção, já que, tanto o Governo como o Banco de Portugal, actuaram em conformidade com as decisões tomadas a nível europeu, tendo implementado, de forma coordenada, programas de estímulo à actividade económica e de suporte ao sistema financeiro.

Em termos corporativos e à semelhança do esperado para outros sistemas financeiros da Zona Euro, a capacidade de geração de resultados do sistema financeiro foi afectada pela evolução, muito moderada, dos volumes de crédito e pelo aumento dos níveis de incumprimento. Alguns grupos financeiros procederam a operações de recapitalização, através da emissão de instrumentos financeiros apropriados mas sem recurso a investimento público.

De referir que o sistema financeiro português apresentou uma elevada capacidade de resistência e de adaptação aos desafios colocados pela crise financeira e económica, cumprindo o seu papel de intermediário principal entre agentes económicos externos e domésticos.

### **3.2. Mercado de Retalho e de Empresas**

A crise financeira internacional reflectiu-se em dificuldades acrescidas no recurso ao financiamento, o que levou a generalidade dos bancos a reavaliar as suas políticas de preços e concessão de crédito durante o ano de 2009. Neste contexto, o ano evidenciou uma tendência de subida sustentada e progressiva dos *spreads* praticados nas operações activas por parte dos bancos em todos os segmentos de crédito, embora a acentuada queda das taxas Euribor ao longo do ano tenha mitigado significativamente o impacto dessa tendência no cliente final.

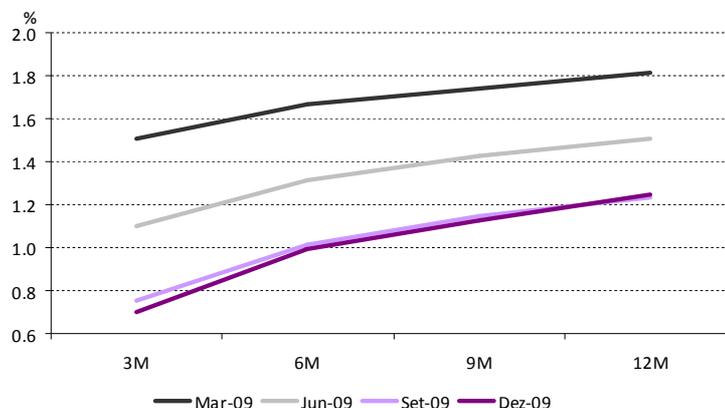
### **3.3. Mercados Monetário e Cambial**

No que respeita aos mercados cambiais, 2009 caracterizou-se pela elevada volatilidade do Dólar, registando um máximo de 1,2530 e um mínimo de 1,5134 (apreciação de 20,78% em apenas 9 meses, contra o Euro, terminando o ano em 1,4231 (depreciação de apenas 1,97%). Contrariamente a 2008, os discursos das autoridades monetárias convergiram – a Reserva Federal manteve o nível historicamente baixo da sua *refi-rate* (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa, também para um mínimo histórico (1%) - ambos mencionando, no último trimestre, qual seria a estratégia de saída das medidas de emergência, salientando, no entanto, que estas se manteriam pelo tempo necessário. A valorização do Euro chegou a ser contestada por empresas e alguns Estados da Zona Euro e a ser apontada como um entrave à recuperação económica e à competitividade das exportações europeias. Quanto ao Iene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao Dólar, tendo atingido o patamar de 84,81USD/JPY, tendo sido assim uma moeda refúgio no auge da crise.

**Taxas de Câmbio**

Fonte: Bloomberg

O mercado monetário interbancário mostrou, em 2009, sinais de recuperação, tendo as taxas, nestes mercados, atingido mínimos históricos. A taxa a 6 meses registou um mínimo de 0,987 e a taxa a 12 meses registou um mínimo de 1,222, estabilizando a partir de meados de Novembro. No entanto, os intervenientes no mercado mantiveram a postura conservadora com que terminaram 2008. Assim, para o conjunto do ano, a taxa a 3 meses viria a cair 192 pontos base, para 0,70% a taxa a 6 meses reduziu-se em 198 pontos base, para 0,994% e a taxa a 12 meses caiu 178 pontos base, para 1,248%.

**Taxas Euribor**

Fonte: Bloomberg

Passado o pior da crise e perante os sinais de gradual restabelecimento da normalidade, alguns dos principais Bancos Centrais iniciaram a remoção de algumas das medidas extraordinárias de cedência de liquidez. Entre estes, destaca-se o BCE que, em Dezembro, fez a última operação de indexação das operações principais de financiamento a um ano à taxa mínima. O BCE deu, assim, os principais passos na remoção de estímulos de cariz não convencional. No entanto, reafirmou que continuará a dar suporte às necessidades do sistema financeiro, indicando ainda que o nível actual da taxa de refinanciamento é o adequado.

### 3.4. Mercado de Obrigações

A procura de refúgio por parte dos investidores, em obrigações soberanas, no final de 2008, levou a uma forte valorização dos mercados de taxa fixa, em particular no quarto trimestre. No entanto, a política monetária prosseguida pelos principais bancos centrais, no sentido de ceder ampla liquidez e normalizar o funcionamento nos mercados monetários, permitiu que a procura por risco se intensificasse a partir de Março de 2009.

A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) manteve a sua taxa de referência no intervalo de 0,00 – 0,25% ao longo de todo o ano, assim como o discurso de que não tencionava retirar o excesso de liquidez no curto prazo. A taxa de rentabilidade das obrigações a dez anos subiu 173 pontos base, fixando-se em 3,79% no final do ano. O diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos aumentou 104 pontos base, visto que, em linha com as indicações do FED, as taxas de curto prazo não subiriam.

#### Obrigações do Tesouro dos Estados Unidos

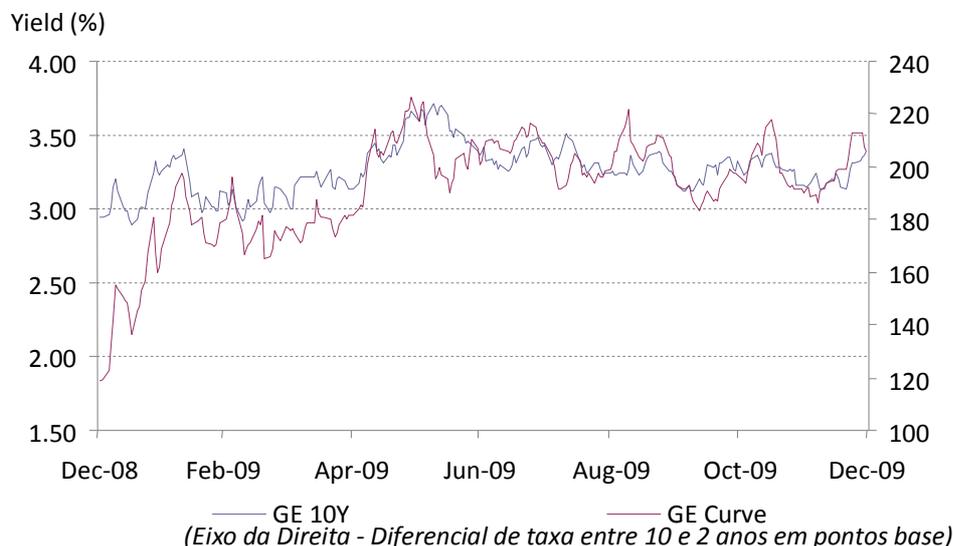


(Eixo da Direita - Diferencial de taxa entre 10 e 2 anos em pontos base)

Fonte: Bloomberg

O Banco Central Europeu reduziu para mínimos históricos, de 1%, a taxa de referência, em Maio de 2009. A taxa de rentabilidade a dez anos da dívida alemã terminou o ano a 3,39%, o que correspondeu a uma variação positiva de 44 pontos base face a 2008. Assim como nos Estados Unidos e pelas mesmas razões, o diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos da dívida germânica aumentou em 87 pontos base.

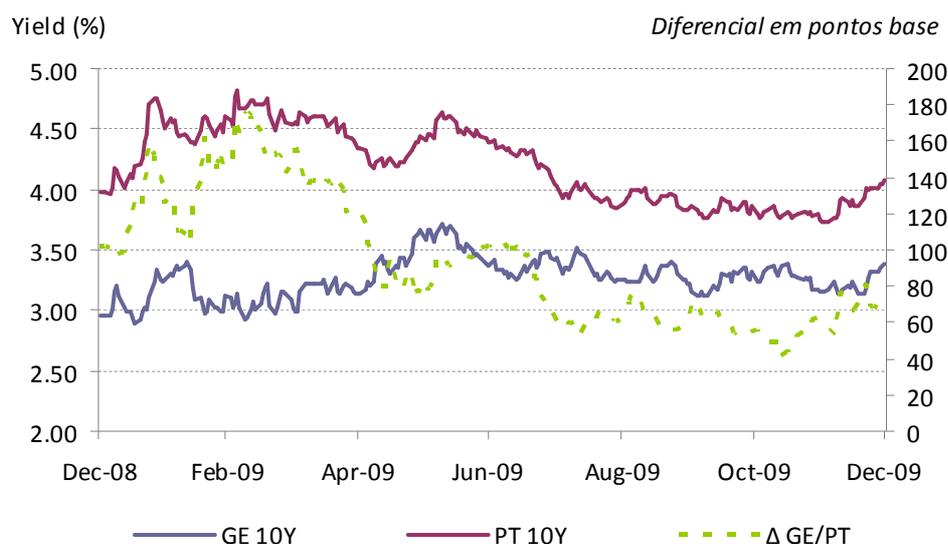
**Obrigações do Tesouro Alemão**



Fonte: Bloomberg

A dívida portuguesa beneficiou do contexto de progressiva redução da aversão ao risco durante o ano de 2009, principalmente entre Março e Novembro. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã diminuiu 33 pontos base, atingindo 0,69%. A rentabilidade de uma Obrigação do Tesouro a 10 anos encerrou 2009 com uma taxa de rentabilidade de 4,08%, o que correspondeu a um aumento de 0,10%. A partir de Novembro de 2009, a dívida portuguesa sofreu com o contágio da crise vivida pela Grécia e, consequentemente, o custo de sua dívida subiu face à dívida alemã.

**Obrigações do Tesouro: Alemão e Português**



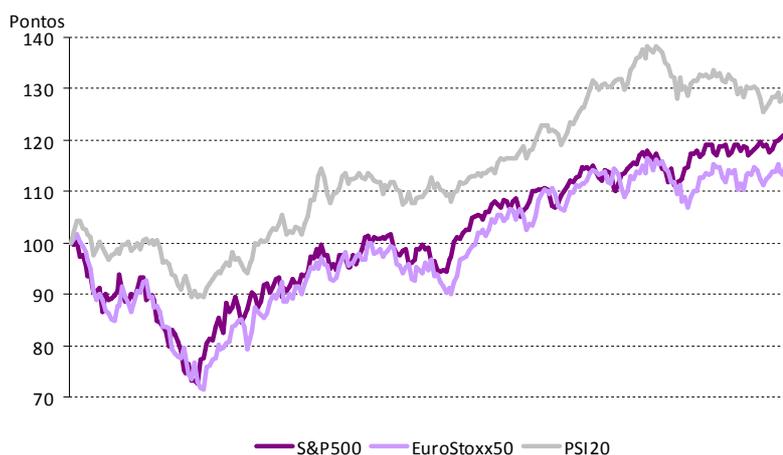
Fonte: Bloomberg

### 3.5. Mercado de Acções

O início do ano de 2009 caracterizou-se pela continuação de fortes quedas nas principais bolsas internacionais, com os mercados a desvalorizarem-se em geral mais do que 20% até ao final do primeiro trimestre. Os receios quanto à magnitude e consequências da recessão económica, assim como as incertezas face aos resultados de empresas relativos ao primeiro trimestre do ano, condicionaram o comportamento dos mercados accionistas. A partir do final do primeiro trimestre, um conjunto de factores veio provocar uma inversão de comportamento, entre os quais a normalização dos mercados de crédito, a implementação de estímulos fiscais, a execução de medidas de política monetária não convencional por parte dos Bancos Centrais, os resultados positivos dos bancos americanos e ainda os indicadores económicos avançados, a registarem subidas e a surpreenderem positivamente. Este factores vieram provocar, entre Março e Dezembro, valorizações em torno de 60% nos principais índices bolsistas dos países desenvolvidos. De facto, o ano de 2009 acabou por revelar-se um ano de fortes valorizações, com o S&P a valorizar 19,7% e o Eurostoxx a subir 16,6%, tendo os últimos dez meses do ano ficado marcados pelas melhores recuperações bolsistas da história recente. Alguns mercados emergentes, como foi o caso do Brasil, tiveram uma performance ainda mais impressionante (o índice Bovespa valorizou 82,7%).

O índice de referência do mercado nacional, o PSI 20, registou uma valorização de 31,4% em 2009, apresentando uma performance bastante superior à dos seus congéneres europeus, beneficiando de ganhos elevados das “small caps”. O grupo Sonae liderou as subidas, com a Sonae SGPS a valorizar 99,08%, apesar dos sectores onde está presente enfrentarem um ambiente económico incerto, e com a Sonaecom a valorizar 92,24%, beneficiando da especulação sobre a sua fusão com a ZON. O BCP foi a empresa com o desempenho menos favorável, devido a questões relacionadas com necessidades de capital, valorizando apenas 3,68% no ano, seguido da REN, que valorizou 5,82%, devido a uma alteração do perfil de apetite por risco por parte dos investidores.

#### Mercados Accionistas – Índices (Performance Relativa)



Fonte: Bloomberg

## II. ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2009

### 1. Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na RAM durante o ano de 2009, foi desenvolvida num contexto marcado pelas adversidades decorrentes da conjuntura económica nacional e internacional e pelo aumento da já forte concorrência sentida ao nível do sector bancário na região.

Não obstante este enquadramento adverso, a Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (DCRAM) actuou no seguimento de uma estratégia, em linha com os anos anteriores, tendente a manter o crescimento do negócio e a consolidar a sua posição de liderança no mercado regional.

Neste sentido, e durante o ano de 2009, a base de Clientes do Banco na RAM, aumentou cerca de 6.618 novos Clientes. Este aumento foi acompanhado pelo crescimento do número médio de produtos por Cliente (de 2,54 em 2008 para 2,60 em 2009, na Rede de Agências), materializando a maior fidelização dos actuais e dos novos Clientes ao Banco. Para cimentar este crescimento, a DCRAM participou activamente no processo global de renovação da certificação de qualidade do atendimento, um processo que envolveu toda a estrutura comercial e que distingue e valoriza o Banif relativamente aos seus concorrentes.

A rubrica “Recursos de Clientes”, foi influenciada negativamente pela evolução volátil dos mercados cambiais e pelo decréscimo dos depósitos de instituições públicas, não sendo totalmente compensada pela angariação de novos recursos. Deste modo, esta rubrica registou uma evolução negativa de 0,2%, face ao ano anterior, para um total de 2.109,1 milhões de euros.

Por outro lado, o crédito concedido a Clientes registou um crescimento de 1,6% durante o período em análise, para um total de 1.642,4 milhões de euros. Neste contexto, registou para as evoluções divergentes do Crédito Imobiliário e do Crédito ao Consumo: enquanto o primeiro registou uma evolução positiva de 3,9%, o segundo decresceu 1,6%, nomeadamente em virtude da erosão da carteira e de uma menor procura por parte deste tipo de crédito.

Como forma de acentuar a presença geográfica na RAM e reforçar a estrutura comercial do Banif, procederam-se a algumas adaptações. A Rede de Agências viu a sua estrutura crescer com a criação de uma nova Área de Negócio e com a abertura da Micro-Agência do Curral das Freiras. No Centro de Empresas da RAM, foi nomeado um novo Director de Centro e as Equipas de Serviço ao Cliente foram igualmente reorganizadas.

Com o objectivo de dinamizar a acção comercial, no âmbito do crescimento da actividade do negócio, foram projectadas várias campanhas em exclusivo na região. Destacam-se as campanhas lançadas em conjunto com a Zon Madeira, com o Gabinete de Acesso ao Ensino Superior e com o Gabinete do Desporto Escolar, esta última decorrente do estatuto de patrocinador principal da Festa do Desporto Escolar, um evento que reúne em competição todas as escolas da Região Autónoma.

Foram ainda concretizadas viagens aos Países de forte implementação da comunidade emigrante madeirense, nomeadamente Venezuela, África do Sul e Reino Unido, assim como alguns encontros na RAM com emigrantes de elevado potencial, no sentido de incrementar ainda mais os níveis de envolvimento desta comunidade com o Banif.

Em linha com o espírito de responsabilidade social e de valorização do empreendedorismo e do tecido empresarial madeirense, foram concretizadas duas novas parcerias: com a AJEM - Associação de Jovem Empresários da Madeira, para apoio ao “Prémio de Empreendedorismo” e

com a Associação “Aprender a Empreender”. O apoio à iniciativa “rs4e – road show for entrepreneurship”, promovida pelo CEIM - Centro de Empresas e Inovação da Madeira, foi prorrogado por mais 2 anos lectivos. Ainda neste contexto, o Banif patrocinou a Conferência Anual do Turismo, pelo terceiro ano consecutivo, e marcou presença nas três principais mostras económicas da Região: Expomadeira, Expo-Porto Santo/Nautitur e FIC - Feira de Indústria e Construção.

A política de responsabilidade social do Banif na RAM continuou igualmente a ser materializada, através das parcerias que o Banif mantém com os principais Clubes da Região: o Clube Sport Marítimo e o Clube Desportivo Nacional. Neste quadrante, e envolvendo ambos os Clubes, foram promovidas iniciativas solidárias junto de crianças e jovens com necessidades especiais em várias escolas da Região e realizou-se o Troféu Banif Solidário, que, em 2009, se disputou na Cidade de Machico.

No âmbito da parceria com os Clubes de Golfe do Santo da Serra e do Porto Santo, realizaram-se os dois habituais Torneios de Golfe naquelas duas localidades, assim como se voltou a patrocinar o Torneio de Solidariedade em Golfe Porto Santo – Banif.

A actividade da DCRAM em 2009 fica igualmente marcada pelas actividades de âmbito sociocultural, das quais se destacam, o VIII Encontro de Gerações, que decorreu na Venezuela e teve como convidado especial o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Turismo, Dr. Bernardo Trindade, a V Edição do Prémio Zarco, um prémio que distingue, de dois em dois anos, madeirenses com obra realizada em áreas distintas como a artística, científica e literária, e o Dia da Família Banif, um convívio que reúne centenas de Colaboradores e seus familiares num espírito de união e confraternização.

Rubrica	Varição 2009/2008
Recursos	- 0,2%
Crédito	+ 1,6%
Base de Clientes Activos	+ 3,0%
Base de Clientes	+2,9%

## 2. Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

A actividade comercial do Grupo na Região Autónoma dos Açores ficou, em 2009, marcada pela integração do BBCA no Banif. Esta alteração obrigou a um grande esforço de adaptação à nova plataforma informática e correspondentes alterações de métodos e procedimentos e foi vivida num contexto de agravamento da crise económica, com reflexos inevitáveis ao nível dos indicadores comerciais.

Não obstante, a Rede Comercial continuou a prosseguir os objectivos de crescimento de negócio, com a responsabilidade de consolidar a posição de liderança que mantém no mercado regional.

Assim, comprovando esta atitude, foi possível alargar a base de clientes em 4,2%, alcançando no final do ano um total de 120.103 clientes na Rede de Agências mantendo praticamente o mesmo número de clientes activos. O empenho na prestação de um serviço de qualidade traduziu-se ainda num reforço do já notável número médio de produtos por cliente, para 2,94 nesta Rede.

No contexto do difícil cenário em que a actividade comercial se desenrolou, registou-se, ao longo de 2009, uma quebra de 5,1% no total de Recursos de Balanço, não obstante a mesma ter sido compensada pelo comportamento dos Recursos fora de Balanço.

Quanto ao Crédito por Desembolso, assistiu-se a uma redução de 2,2% face à carteira do início do ano. Nota muito positiva para o comportamento do crédito vencido, atendendo a que se conseguiu reduzir a respectiva carteira em cerca de 10%.

A qualidade do serviço prestado aos clientes na RAA, no âmbito dos processos certificados foi oficialmente reconhecida, na sequência das auditorias externas que tiveram lugar em Novembro, com o objectivo de, por um lado, consolidar os processos já certificados e, por outro, validar a sua extensão à DCRAA. Nesta matéria, a prestação das Unidades de Negócio da DCRAA foi considerada digna de registo.

Foi também ao longo de 2009 que se deu lugar à implementação da Rede de Empresas e Empresários na DCRAA, inserida na Rede de Agências. No final deste primeiro ano, a Rede era constituída por 5 gestores, tendo sob gestão uma carteira de 1.152 Clientes, com um volume de Recursos de 25,5 milhões de euros e de Créditos de 52 milhões de euros.

A gestão da carteira das grandes empresas continuou a ser assegurada pela Rede de Centros de Empresas, com presença em todos os grupos de ilhas da RAA.

A partir de Junho de 2009, a gestão dos Clientes particulares, prosseguida, quer através do Centro Privado, quer através das diversas Agências, passou a estar abrangida por uma única Rede, designada por RPI - Rede de Particulares e Institucionais, que inclui ainda o Centro de Institucionais e Safira. Simultaneamente, foi criada uma quarta Direcção de Área, que veio permitir a divisão das Unidades de Negócio de S. Miguel e S. Maria em duas Direcções distintas.

Com o propósito de acentuar a presença do Banif na ilha Terceira, foi aberta a Agência da Conceição, na cidade de Angra do Heroísmo, em Setembro de 2009.

Com a introdução do projecto *Assurfinance* na RAA, neste último ano desenvolveram-se diversas iniciativas com o objectivo de dinamizar a comercialização de produtos bancários junto da Rede da CSA. Entre estas, destacam-se o lançamento das campanhas “Quinzena Assurfinance” e a criação de uma linha específica para atendimento telefónico na DRD. No cômputo dos resultados alcançados, assumem especial relevo os desempenhos ao nível da captação de contas, angariação de Crédito Imobiliário e comercialização de Depósitos a Prazo e Poupanças.

Ao longo de 2009, a DCRAA lançou e dinamizou campanhas específicas nos Açores, nomeadamente a “Banif Triplus Zon Açores” e o “Crédito Formação Académica”, com o objectivo de potenciar a captação de novos Clientes e negócios.

No contexto pós-fusão, houve a necessidade de assegurar aos Empregados adequada formação sobre novos produtos, ferramentas e procedimentos, em diversas vertentes e através de diversos meios, abordando áreas tão distintas como a Certificação da Qualidade, a Aplicação de Cartões, o Sistema para Campanhas de Fidelização de Cartões (FID Açores), a preparação de Dossier de Crédito, os Protocolos Comerciais, a Conta Gestão Tesouraria, o Crédito Pessoal, o Sistema de Informação de Gestão, o Gestor de Oportunidades, a Aplicação de Gestão de Propostas, entre outras, mas sem descuidar o acompanhamento das diversas acções previstas para todo o Banif, ao nível de Fundos de Investimento, Gestão de Tempo e Stress, Ciclo de Gestores Comerciais, entre outras.

Com o objectivo de potenciar a captação e a fidelização do segmento de Clientes relacionado com a Universidade dos Açores, também apoiado pela Unidade de Negócios localizada no pólo de Ponta Delgada, o Banif produziu os cartões de aluno desta Instituição de Ensino, pelo terceiro ano consecutivo. Neste período lectivo, o cartão disponibilizou valências adicionais, como a identificação do aluno junto dos Serviços de acção Social e da Biblioteca.

Por outro lado, também a venda do Cartão Interjovem, em parceria com a Direcção Regional da Juventude, tem possibilitado ao Banif uma maior divulgação junto do segmento jovem.

Foi ainda em 2009 que se transformou em produto específico o cartão de crédito “SATA Imagine”, desenvolvimento do protocolo celebrado em 2006 entre o então BCA e a SATA e que veio dotar os cartões de crédito do Banco de um atractivo extremamente importante, que se tem vindo a revelar como trunfo na colocação deste meio de pagamento junto dos Clientes.

Com o propósito de reforçar a ligação do Banco às comunidades açorianas nos Estados Unidos da América e no Canadá, a DCRAA promoveu e patrocinou diversas iniciativas, entre as quais se destacam o jantar de gala do *Boston Portuguese Festival*, nos EUA, um jantar beneficente, cuja receita foi entregue à Associação dos Deficientes Portugueses de Toronto, uma reunião entre empresários luso-descendentes e açorianos da área do turismo, no Canadá, e a habitual presença nas Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra.

O Banif celebrou, ainda, diversos protocolos de colaboração institucional com o Governo Regional, com o objectivo de minimizar o impacto da adversa conjuntura económica e financeira internacional na Região, designadamente, em 4 de Fevereiro, as Linhas de Crédito Açores Investe e de Apoio à Reestruturação da Dívida Bancária, em 25 de Fevereiro, o PRORURAL, em 31 de Março, o SAFIAGRI, em 17 de Abril, o RICTA, e, em 19 de Junho, as Linhas de Crédito Açores Empresas e de Apoio à Aquisição de Primeira Habitação. Na sequência das intempéries ocorridas no mês de Dezembro na costa norte da ilha Terceira, a DCRAA disponibilizou ainda às vítimas do mau tempo, condições preferenciais de preço na subscrição de Crédito Pessoal e de Crédito Imobiliário.

Ao nível da intervenção cultural e desportiva, o Banif deu continuidade à parceria que mantém com o Coliseu Micaelense desde 2005, realizou o 3.º torneio de golfe com a marca “Banif Açores”, efectuou um donativo à Fundação Pauleta, entregue no decurso de um *cocktail* organizado pelo Banco em homenagem ao desportista açoriano, subscreveu um Protocolo de Cooperação com a Associação de Futebol de Ponta Delgada e reforçou a sua parceria com a Universidade dos Açores, através do apoio à realização da semana académica nos pólos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e da atribuição de um prémio que distingue o melhor aluno do MBA.

No âmbito da dinamização do mercado das pequenas e médias empresas, o Banif marcou presença na Feira de Empreendedorismo e no Seminário sobre Microcrédito, promovido pela Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade.

Rubrica	Varição 2009/2008
Recursos	-5,1%
Crédito	-2,2%
Base de Clientes Activos	-0,4%
Base de Clientes	+4,2%

### 3. Actividade Comercial no Continente

#### 3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio-Alto Rendimento

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Para além destas Unidades de

Negócio integra o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.

O ano de 2009 foi marcado por uma conjuntura económico-financeira complexa e por desafios financeiros constantes. Neste contexto e por forma a garantir a manutenção da solidez do negócio, a actividade desenvolvida pela DEP focou-se na manutenção de bons níveis de qualidade creditícia, na gestão activa de liquidez e no controlo eficaz de custos de estrutura da Direcção.

Ao nível do controlo de custos de estrutura e ainda decorrente da implementação do Projecto Empresas\*2, continuou-se o esforço de racionalização e optimização das unidades de negócio. No que se refere ao Projecto de Reestruturação do segmento Privado, 2009 foi o ano da sua estabilização.

Em 2009 continuaram a fazer-se sentir as dificuldades que surgiram com a crise financeira em 2008. O sector bancário nacional teve de lidar com a falta de liquidez, os custos de financiamento elevados e a deterioração da carteira de crédito.

Neste contexto complexo, o negócio do segmento de empresas e de particulares de médio-alto rendimento no Continente foi gerido através da consolidação de uma política de crédito selectiva e rigorosa e de uma política de *pricing* devidamente apontada ao nicho, da implementação de uma política de visitas trimestrais a Clientes e da gestão activa da liquidez e dos custos.

Ao nível da política de crédito, apostou-se nos Clientes com baixo perfil de risco e nos projectos de qualidade superior. A gestão de *spreads* continuou a adequar o *pricing* praticado ao risco do sector de actividade e ao próprio risco da empresa, devidamente ponderado pelas garantias associadas e pelo conseqüente custo de financiamento das operações. No segmento de empresas a política de visitas trimestrais a Clientes (antes quadrimestrais) surgiu como resposta à tendência de deterioração de Carteiras que marcou o ano de 2009. Pretendeu-se, assim, garantir um acompanhamento mais próximo e rigoroso da situação económico-financeira das empresas, possibilitando uma capacidade de antecipação de problemas e uma resposta mais célere e eficaz. Quanto à liquidez, a sua gestão activa permitiu um aumento da carteira de recursos.

No que se refere à gestão de custos de estrutura, continuou-se a adequação do modelo organizacional no segmento de empresas iniciada com o Programa Empresas\*2. Conseqüentemente, a DEP encerrou 2009 com uma rede de 13 Centros de Empresas e 48 Gestores. Quanto ao segmento de particulares, o ano foi marcado pela estabilização do Projecto de Reestruturação da rede comercial. Actualmente, todos os Centros de Empresas do Continente têm um Gestor Privado em permanência.

De referir ainda que o aumento da capacidade de resposta integrada para sócios/accionistas e empresas e/ou institucionais possibilitou o aumento da capacidade de captação e dos próprios níveis de serviço prestado.

Desta forma, e relativamente a 2008, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 20 milhões de euros (+2%), tendo atingido o montante de 1.040 milhões de euros no final de 2009. Relativamente ao Crédito concedido a Clientes, verificou-se um acréscimo de cerca de 139 milhões de euros (+4%), ascendendo o valor a 3.561 milhões de euros, no final de 2009.

Ao nível da Carteira de Clientes, a DEP registou um decréscimo de 4% face ao ano anterior. Por um lado, esta variação reflecte os fluxos migratórios de Clientes do segmento empresas processados para outras áreas do Banco, com o objectivo de assegurar a correcta segmentação do negócio (Clientes com facturação superior a 2 milhões de euros). Por outro lado, o reforço da equipa comercial privada, estruturada em 21 Equipas Comerciais, e a conseqüente articulação da

sua actividade com a área de empresas, contribuiu para atenuar esta diminuição da base de Clientes activos.

Rubrica	Varição 2009/2008
Recursos Balanço	+2%
Crédito	+4%
Base de Clientes Activos	-4%
Base de Clientes	+3%

### **Actividade do Núcleo de Factoring**

Em 2009, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou um crescimento assinalável.

As variações positivas registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações, cifraram-se em 16% e 69%, respectivamente, atingindo, no final de 2009, 446 milhões de euros e 169 milhões de euros.

Em linha com o crescimento do volume de negócio gerido por esta área, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 27%, relativamente ao ano anterior, atingindo 4,2 milhões de euros. Para esta variação, contribuiu o incremento de 9%, do volume de comissões cobradas e o acréscimo na margem financeira em 41%, face ao ano de 2008. As comissões e margem financeira ascenderam a 1,5 milhões de euros e 2,7 milhões de euros respectivamente.

Em 2009, a estrutura da carteira de créditos sobre Clientes registou uma maior dependência do sector da construção (76% em 2009, face a 50% em 2008).

### **3.2 Negócio no Segmento de Retalho**

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA) manteve o enfoque comercial na captação de recursos, na colocação de produtos estratégicos de crédito e na prestação de serviços no seu segmento alvo: particulares, pequenas empresas e profissionais liberais.

Com uma atitude de venda multiproduto cada vez mais enraizada, a DRA manteve-se como canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da Banca Comercial (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), destacando-se na captação de recursos, na colocação de produtos de outras empresas do Grupo e no aumento da carteira de Clientes activos.

A DRA terminou o ano com uma Rede de 267 Agências, após a abertura de 25 novos postos de venda desde o início do ano. Nos últimos 3 anos, o Banco cresceu significativamente a sua Rede de Agências no Continente, abrindo 108 novos Balcões.

Durante 2009, a DRA prosseguiu com o “Programa de Gestão de Clientes” que, apesar da conjuntura desfavorável, teve resultados muito satisfatórios: cerca de 60.000 novos Clientes captados, colocando 100.000 produtos nesses Clientes e terminando o ano com 278.000 Clientes activos, a evidenciarem um rácio de 2,77 produtos por Cliente activo.

Ao longo do ano reforçaram-se os 3 grandes projectos estruturantes do negócio iniciados em 2008, a saber:

- A Rede de Empresas e Empresários, que representa uma nova oferta de qualidade para as pequenas empresas e respectivos empresários, com produtos inovadores e gestores de negócio dedicados, instalados em Agências do Banco com maior dimensão. Esta Rede terminou o ano de 2009 com 44 Gestores de Negócios, aumentando em 9 o número existente no final de 2008.
- Os Promotores *Assurfinance*, Rede de Promotores de Negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de Clientes e negócios para as Agências, atingindo já o número de 268 Promotores.
- Agências Associadas: Das 25 Agências abertas em 2009, 17 são Agências Associadas, mais pequenas e com um quadro de pessoal mais reduzido. São Agências universais, quanto aos serviços prestados e produtos vendidos e estão dependentes do Gerente de uma Agência maior, do tipo Standard.

No 2.º semestre de 2009, a DRA lançou mais um Projecto pioneiro em Portugal, em parceria com Mediadores da Açoreana e com Juntas de Freguesia. Partilhando o espaço do Mediador ou da Junta, o Banco instalou Micro-Agências, com um empregado, desenvolvendo todos os serviços bancários e comercializando todos os produtos, aceitando depósitos e permitindo levantamentos.

Comparando os finais de 2008 e 2009, a DRA registou uma variação positiva nos Recursos de +22%, tendo atingido o montante total de 2.640 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 2.866 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de +6%, destacando-se o Crédito Imobiliário com +7%, o Crédito Pessoal com +4% e o Crédito Médio e Longo Prazo com +42%.

De assinalar o forte crescimento das Comissões Geradas na DRA, que atingiram cerca de 47 milhões de euros, representando um crescimento de 22% face a 2008.

Rubrica	Varição 2009/2008
Recursos	+ 22%
Crédito	+ 6%
Base de Clientes Activos	+ 10%
Base de Clientes	+11%

#### 4. Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

##### 4.1 Actividade de *Call Center* e Banca Electrónica

O início do ano de 2009 foi marcado pela conclusão do processo de fusão por incorporação do BBKA no Banif. A Direcção da Rede Directa (DRD), transversal a diversas áreas de actividade, desempenhou um papel activo neste domínio, concretizando acções de adaptação das suas competências comerciais.

##### **Banca Telefónica**

No seguimento do alinhamento estratégico comercial definido pelo Banco, a DRD, na sua vertente *Outbound*, realizou, no decurso do ano transacto, cerca de 1.000.000 chamadas, número que representa um acréscimo de 20% quando em comparação com 2008.

No período em análise, tiveram lugar quatro campanhas de crédito pessoal pré-concedido, registando-se uma “taxa de subscrição” (percentagem dos Clientes que, tendo declarado a sua

intenção de subscrever o produto no âmbito da campanha, vêm efectivamente a subscrevê-lo) de 82%, cerca de 5% acima da taxa média apurada para iniciativas idênticas, concretizadas no ano anterior. Os contactos comerciais de Conta Gestão de Tesouraria sobre não clientes resultaram numa “taxa de subscrição” que ascendeu aos 26%.

O enfoque na captação de recursos motivou a concretização de várias iniciativas comerciais, as quais permitiram alcançar uma “taxa de subscrição” da ordem dos 94%.

Destaca-se a realização de campanhas dirigidas à promoção/colocação de produtos específicos tais como activação de cartões, Banif Triplus e Crédito Habitação Transferências.

Em articulação com a DME e no âmbito do plano de acompanhamento a clientes e promotores voltaram a ser concretizados diversos inquéritos de satisfação, ferramenta essencial no desenvolvimento contínuo deste projecto.

Em 2009 registou-se uma relevante reestruturação nas linhas de apoio ao Cliente. Decorrente dessa acção a Linha Banifone foi integrada na Linha Banif (808 200 200), iniciativa que possibilitou a definição de um número de fácil identificação, por forma a que a utilização seja mais simples e intuitiva e que as opções disponíveis sejam de real interesse para os utilizadores. O número de chamadas atendidas na Linha Banif cresceu 57% face ao volume das Linhas Banif e Banifone concretizado no ano de 2008.

Na actividade de recuperação de crédito não contenciosa através do canal telefónico, observou-se que o número de processos tratados teve um acréscimo de 5% quando comparado com o ano anterior. O número de processos regularizados atingiu as seguintes taxas globais de recuperação nos diferentes segmentos: Crédito Pessoal - 89%, Crédito Imobiliário - 87% e recuperação dos juros e descobertos DO das Contas Gestão de Tesouraria - 86%.

A DRD constitui parte integrante do processo contínuo da avaliação do nível de qualidade de serviço, fundamental na análise da performance “*Banif / Mercado*”. Divulgados os resultados das “Chamadas Mistério” relativos ao 1º Semestre de 2009, constata-se que, dos 13 bancos em análise, o Banif manteve a liderança nos dois itens avaliados (banca comercial e banca operacional), o que atesta a continuidade na qualidade do serviço prestado.

A atestar esta qualidade de serviço, o estudo independente *Mystery Calls* reforçou a posição do Banco no 1.º lugar do *ranking* nacional relativamente à qualidade do atendimento no *call center*.

### **Banca Electrónica**

Uma das principais preocupações ao longo do ano foi o incremento da segurança ao nível da utilização do canal Internet.

No que respeita ao negócio, novas funcionalidades foram disponibilizadas, das quais se destacam a área de aplicações a prazo, com a possibilidade de se passar a efectuar reforços pontuais e programados nas poupanças e renovações por opção do Cliente. Foi criada uma área de parcerias e eventos que tem por objectivo permitir pagamentos relacionados com iniciativas que o Banco promove ou em que participa.

Outros desenvolvimentos tiveram um impacto significativo no aumento (mais 4% face ao ano 2008) da satisfação dos Clientes utilizadores do Banif@st, dos quais se realça o alargamento do período de funcionamento. O serviço passou a estar acessível entre 85% e 90% do tempo, sendo que o restante período é para a respectiva manutenção.

No final de 2009, 72% dos Clientes do Banco já tinham aderido ao Banif@st e, destes, mais de 17% utilizam regularmente os canais disponíveis (Internet, Telefone, SMS, PDA e WAP). O

número de entradas nos diversos canais cresceu 17% face a 2008, o que originou um aumento de 21% nas transacções realizadas. A par destes crescimentos, os proveitos gerados subiram 6%, mesmo considerando a eliminação de algumas comissões sobre as operações realizadas.

Na captação de recursos, a descida significativa das taxas de juro ao longo do ano não permitiu o crescimento esperado na constituição de aplicações pelo serviço. Contudo, e suportados nas campanhas mensais, os valores captados e o número de novos depósitos foram praticamente idênticos aos de 2008. Em contrapartida, a disponibilização de entregas pontuais e programadas nas poupanças originou um forte aumento (de cerca de 87%) na constituição de novas poupanças pelo serviço.

Pelo 4.º ano consecutivo, foi assegurada a certificação dos Serviços de Banca Telefónica e Banca Electrónica, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000. A continuidade da aposta neste processo permite elevar a qualidade na prestação de um serviço de referência, enquadrado com os objectivos estratégicos definidos pelo Banco.

## 4.2 Canais Agenciados

A Rede de Canais Agenciados conta com 1529 Promotores que, sob coordenação da Direcção de Canais Agenciados (DCA) desenvolvem a actividade de promoção do negócio bancário do Banif.

Este conceito, iniciado no Banif no ano de 2001, tem custos de estrutura controlados e representa um contributo significativo para a produção global do negócio estratégico do Banco.

Num ano com condições particularmente difíceis para a economia e com directa incidência no sector bancário, esta rede não conseguiu manter os elevados indicadores de crescimento que, de forma sustentada, apresentou durante o triénio de 2006/08. Não obstante, a redução do negócio não atingiu os níveis que seriam, eventualmente, previsíveis no início do ano, atenta a conjuntura económica. Tendo em perspectiva a redução da actividade em 2009, a DCA assumiu uma política de contenção dos encargos directos com o negócio dos Promotores, tendo chegado ao final do ano com uma redução de 47% nestes custos, quando comparados com o ano anterior.

O particular momento económico e financeiro vivido ao longo deste ano, com as suas repercussões sociais, levou a que os critérios de análise de risco e consequente concessão de crédito fossem mais restritivos. Este factor foi uma das principais causas da contracção na promoção global do negócio através da Rede de Canais Agenciados.

Contudo, apesar dos constrangimentos referidos, esta rede canalizou, ao longo do ano, negócio estratégico de crédito novo no montante de cerca de 150 milhões de euros, menos 34,78% relativamente ao ano anterior. No que respeita aos recursos de clientes, esta rede tem constituída uma carteira muito próxima dos 120 milhões de euros, apresentando uma assinalável estabilidade e um crescimento significativo, quando comparada com o ano anterior, de cerca de 25%. Também na adesão de novos clientes ao Banif, o contributo dos Promotores se tem revelado de grande interesse, tendo já captado, desde o início das várias campanhas específicas realizadas, cerca de 43.000 novos clientes.

Relativamente ao negócio destinado a clientes não residentes, no qual o Banif se apresenta como uma referência no mercado, foi dada continuidade à política de investimento no negócio imobiliário. Apesar do forte impacto da crise económica nos países de onde é proveniente a maioria dos Clientes Não residentes de Crédito Imobiliário, nomeadamente Grã-Bretanha e Irlanda, o Banif conseguiu controlar e reduzir o impacto que era expectável para este específico negócio, através de uma estratégia correctamente estabelecida e com base em critérios de risco

bem estruturados, apoiados numa rede de Promotores especializados, de elevada competência e profissionalismo.

A revitalização do “Projecto *Assurfinance*”, iniciada no último trimestre no ano de 2008, foi consolidada através da constituição de uma rede de cerca de 270 mediadores de seguros, vinculados à CSA. Os mediadores aderem a este projecto através da promoção e da dinamização de negócio bancário junto dos seus Clientes. Ao longo deste ano, já se tornou evidente o seu empenho, nomeadamente, na captação de recursos e na angariação de novos clientes para o Banco e, consequentemente, para o Grupo.

A Rede de Canais Agenciados tem vindo, ao longo dos anos, a revelar-se como uma das áreas potenciadoras do cumprimento dos objectivos e dos resultados do Banif, contribuindo, em simultâneo, para o desenvolvimento das sinergias obtidas no seio do Banif - Grupo Financeiro.

#### **4.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos**

Relativamente ao negócio de Terminais de Pagamento Automático, no final do ano de 2009 registava-se um total de 5140 equipamentos apoiados pelo Banco, número que consubstancia um acréscimo de aproximadamente 13% face aos equipamentos registados no ano de 2008. A campanha de colocação destes equipamentos, que decorreu no final de 2009, gerando cerca de 500 novas instalações deste serviço, bem como a integração do parque de Terminais de Pagamento Automático da Região Autónoma dos Açores, permitiram alcançar uma rentabilidade, em 2009, de 2.554 milhares de euros.

Relativamente aos Caixas Automáticos, em 2009, o Banif tomou a decisão de limitar o número de instalações destes equipamentos “fora de loja”, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos Caixas Automáticos existentes e optimização dos seus processos operativos. No final do ano de 2009, o número de Caixas Automáticos existentes era de 543, o que representou um acréscimo de 30% face ao número destes equipamentos no final de 2008.

As opções comerciais tomadas para colocação deste produto revelaram-se correctas, atento o acréscimo de 27% registado ao nível das transacções e consequentes proveitos gerados nos Caixas Automáticos do Banco, o que resultou numa rentabilidade do produto, em 2009, de 454 milhares de euros.

#### **4.4 Protocolos e *Cross-Selling***

Durante o ano de 2009 o Gabinete de Gestão de Protocolos e *Cross-Selling* (GPCS) imprimiu um elevado dinamismo nos Protocolos Comerciais, possibilitando que esta importante ferramenta continuasse a representar uma fatia bastante significativa do total de Clientes captados pelo Banco durante todo o ano. No exercício de 2009 foram captados 7.500 novos Clientes, que correspondem a cerca de 12% da totalidade dos Clientes captados.

Para além da captação de novos Clientes, é essência dos Protocolos Comerciais a fidelização da base já existente. Essa ancoragem deriva não só da domiciliação de ordenados, que os Protocolos com mais expressão pressupõem, mas também da oferta integrada de soluções financeiras em condições ainda mais apelativas, que os Protocolos comportam.

Esta aposta possibilitou a obtenção de resultados apreciáveis, porquanto o número médio de produtos registados no universo de Clientes beneficiários de Protocolos é de 3,5, o qual se situa 26% acima do rácio médio verificado no universo composto pelos restantes Clientes, de 2,76.

No âmbito do *Cross-Selling* que envolve as Redes Comerciais do Banif na venda de produtos das empresas do Grupo, verificou-se uma grande expansão nas vendas daqueles produtos e serviços financeiros, a níveis que, de um modo geral, nunca haviam sido experimentados no passado. Neste capítulo, foram os seguros que mais se destacaram, em especial os financeiros, com uma variação face ao ano anterior de 126% (57,3 milhões de euros em 2009, versus 25, 5 milhões de euros em 2008).

Tal expansão, resulta do crescimento do Banif - Grupo Financeiro e da política prosseguida, que coloca o Cliente no centro de todo o processo e em que a satisfação das suas necessidades, e consequente fidelização, é o objectivo primeiro de toda a acção.

#### 4.5 Marketing Estratégico

A Direcção de Marketing Estratégico esteve particularmente envolvida no processo de incorporação do BBKA no Banif. Neste contexto, a Direcção de Marketing Estratégico (DME) desempenhou um importante papel no processo de harmonização do catálogo de produtos e serviços, do preçário e do sistema de informação de gestão.

Na vertente de aplicações de suporte ao negócio, a DME desenvolveu e concluiu, no ano de 2009, um conjunto de projectos e iniciativas estruturantes em diferentes áreas de actuação, destacando-se, designadamente, os seguintes:

- Integração da informação de gestão do BBKA no sistema de informação de gestão do Banif;
- Desenvolvimento de um sistema de informação de gestão para a Direcção de Recuperação de Crédito;
- Desenvolvimento de uma solução de *workflow* para a recuperação de crédito;
- Robustecimento aplicacional e renovação tecnológica do *workflow* de crédito, no segmento empresarial, que se traduz numa maior eficácia e eficiência do processo de concessão de crédito às empresas;
- Alargamento do *workflow* de Crédito a toda a rede de empresas do Banco;
- Desenvolvimento de um sistema de informação de gestão para o Banif Go.

Na área do planeamento e estratégia de marketing destacam-se as seguintes actividades:

- Produção de diversos estudos de *benchmarking*, regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portfolio de produtos e serviços do Banco, face ao mercado;
- Análise sistematizada das campanhas da concorrência com implicações decisivas para o desenho de novos produtos e redefinição de produtos existentes;
- Análise estratégica do mercado, com particular enfoque para a exploração dos seguintes segmentos: "Sénior", "Rede de Empresas e Empresários", "Emigrantes", "Diáspora Cabo-Verdiana", "Não-Residentes" e "Novos Residentes", para avaliação comparada do Banif com o mercado no que concerne a produtos e serviços. Em paralelo, manutenção de uma forte aposta em acções de captação e fidelização de Clientes jovens, dos 0 aos 25 anos;

- Participação no lançamento da Conta Nova Vida (por via de reposicionamento da Conta Sénior), destinada a clientes com mais de 55 anos de idade, ao nível do estudo de mercado e de análise da concorrência;
- Participação e apresentação de uma proposta de reestruturação da segmentação e gestão estratégica dos Canais Agenciados (Promotores);
- Abordagem preliminar para a concepção de uma nova proposta de valor para os Clientes Institucionais do Banco, designadamente ao nível dos processos, produtos, serviços e *pricing*;
- Análise do mercado bancário e posicionamento do Banif, bem como análises do mercado local;
- Elaboração e acompanhamento do plano global de campanhas comerciais do Banco, em estreita articulação com as Direcções de Produto e Direcções Comerciais;
- Gestão estratégica e operacional do Catálogo de Produtos e Serviços disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes;
- Gestão estratégica e operacional do Preçário disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes, com propostas de alteração em comissões consideradas relevantes para a actividade do Banif e implementação do novo modelo de apresentação do preçário aos Clientes, em conformidade com o Aviso n.º 08/09 do Banco de Portugal;
- Gestão permanente do programa de aferição do nível de satisfação dos Clientes, particulares e empresas, do Banco (através de inquéritos), estabelecimento de objectivos anuais para os principais indicadores de desempenho do inquérito à satisfação dos Clientes de retalho e introdução de um novo inquérito de satisfação para os Promotores *Assurfinance*;
- Desenvolvimento de um modelo de produtividade comercial para as redes de retalho, privado e empresas, com identificação de métricas de cálculo do desempenho das unidades de negócio;
- Monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de *Mystery Shopping*, no âmbito do projecto da “Qualidade de Serviço” das Agências Banif, assim como relativa aos *Mystery Calls (call center)*;
- Dinamização do Comité de Gestão Estratégica de Produtos, em parceria com as Direcções Comerciais, Direcções de Produto e Direcção de Marketing e Comunicação;
- Dinamização do Comité de *Benchmarking* e Inovação, com a realização de diversos estudos de mercado que contribuíram, directa ou indirectamente, para reflexão interna e fornecimento de informação de relevo para o Comité de Gestão Estratégica de Produtos;
- Dinamização do portal do Marketing Estratégico, que permite o acesso às aplicações de suporte ao negócio e disponibiliza alguns conteúdos de interesse para as redes comerciais e centrais, nomeadamente, novidades, notícias de natureza económico-financeira, informação útil sobre o catálogo de produtos de retalho e produtos / campanhas do Banco em destaque;
- Realização de acções de formação no âmbito da Formação Vestibular do Banif, nos módulos “Segmentação, Produtos e *Cross-Selling*” e “Ferramentas Comerciais”.

Foram ainda desenvolvidas iniciativas em articulação com outras entidades do Banif - Grupo Financeiro, designadamente:

- Participação na realização do Comité de Particulares do Banif - Grupo Financeiro, mediante a caracterização global de cada associada e propositura de projectos estruturantes para o crescimento de negócios no seio do Grupo e desenvolvimento de sinergias;
- Participação na elaboração da proposta de valor para o segmento “Emigração”;
- Participação no projecto “Reforço de *Cross-Selling*”, no âmbito do Comité de Particulares do Banif - Grupo Financeiro;
- Participação na análise do mercado e definição da proposta de valor para o segmento automóvel, em estreita articulação com a Banif Go e a Banif Rent;
- Participação no projecto de integração do leasing mobiliário não-estratégico e leasing imobiliário no Banif, em estreita articulação com a Banif Go, DCOE e DOQ;
- Participação no projecto “Oferta de Produtos e Serviços”, no âmbito do Comité de Empresas do Banif - Grupo Financeiro;
- Abordagem preliminar na exploração de sinergias comerciais com o Banco Mais, designadamente na definição de campanhas para a captação de clientes para o Banif.

## 5. Produtos de Crédito e de Poupança

### 5.1 Crédito Imobiliário

A estratégia comercial do Banco em 2009, no que respeita ao Crédito Imobiliário, consistiu na oferta de produtos competitivos ajustados às necessidades dos clientes, na flexibilidade e aposta em nichos de mercado, procurando, na medida do possível, contrariar o clima adverso que se instalou no sector.

A oferta no domínio do Crédito Habitação foi alargada, com a introdução de novas soluções, a saber: financiamento à aquisição de habitação para rendimento, financiamento à aquisição de terreno para construção de habitação própria e opções de taxa fixa a 3 e 5 anos.

Em 2009, o crescimento da carteira de crédito foi de 5,2%, ou seja um aumento de 158 milhões de euros, apesar dos condicionalismos impostos pela conjuntura económica desfavorável, particularmente severa no sector imobiliário.

O saldo da carteira de Crédito Imobiliário, incluindo a securitizada, que no início do ano representava 3.058 milhões de euros (Continente: 1.943 milhões de euros, Madeira: 476 milhões de euros e Açores: 639 milhões de euros) correspondentes a 51.700 contratos, ascendeu, no final de 2009, a 3.216 milhões de euros (Continente: 2.080 milhões de euros, Madeira: 493 milhões de euros e Açores: 643 milhões de euros) correspondentes a, aproximadamente, 53.663 contratos.

No final do exercício, o total da carteira securitizada sob gestão do Banif, ascendia a 2.476 milhões de euros.

A produção de contratos novos totalizou 377 milhões de euros, tendo-se obtido indicadores bastante confortáveis: cobertura média de 71,5% no rácio *Loan-to-Value* para uma exposição

média por cliente de 99 milhares de euros, com um prazo médio mutuado de 30 anos e uma média de idades de 41 anos.

O *spread* médio da produção a taxas variáveis indexadas à Euribor a 3 e 6 meses, que representam a maior parte do negócio de crédito imobiliário do Banco, aumentou 58 pontos base em comparação com o ano anterior, fixando-se em 1,39%, reflectindo as alterações introduzidas na política de gestão do preçário, tendentes a obter uma relação mais estreita entre as variáveis risco e preço.

Face à tendência geral de evolução em baixa do valor dos imóveis observada em 2009, o Banco reforçou os mecanismos de controlo operacional, visando trabalhar com relatórios de avaliação o mais actualizados possível, reflectindo os ajustamentos do mercado.

Em termos de originação, a rede de balcões do Banco foi responsável por 70% do negócio e o canal agenciado pelos restantes 30%, tendo a taxa global de aprovação dos pedidos de crédito atingido 59%.

No âmbito dos clientes Não Residentes, o Banif conseguiu um crescimento da carteira de 23%, mantendo a sua posição de relevo neste segmento de negócio, não obstante a redução muito acentuada da procura, fruto da desvalorização da Libra face ao Euro e dos fortes condicionamentos provocados pela crise financeira internacional.

De referir ainda a renovação da certificação da qualidade dos serviços de Crédito Habitação, de acordo com a norma internacional NP EN ISO 9001:2000, demonstrando o compromisso com os princípios de melhoria continua, presentes na política de qualidade do Banif.

## 5.2 Crédito ao Consumo

### **Cartões de Pagamento**

No que se refere especificamente a cartões de pagamento, salientam-se como aspectos mais relevantes da actividade:

- O trabalho inerente ao projecto de integração operativa e informática dos produtos de meios de pagamento do BBKA no Banif;
- A conclusão da instalação da aplicação de cartões (Sistema de Administração de Cartões – SAC), no final do 2.º semestre de 2009. Também neste exercício, foi dado início à migração dos cartões de crédito do ex-BBKA, sob gestão da Unicre, para a aplicação de cartões do Banco, cumprindo o objectivo estratégico de centralização, numa única plataforma técnica, de toda a gestão de cartões do Banif. Este processo estará concluído no final do 1.º semestre de 2010;
- A maior celeridade no processo de emissão de cartões e no *servicing* associado, decorrente da implementação do novo Sistema de Administração de Cartões. O novo Sistema de Administração de Cartões permitiu ainda a disponibilização de novos produtos a oferecer ao Cliente (v.g. programa de *co-branded* com a SATA, Cartões Hello Kitty) e de novas funcionalidades.
- As diversas campanhas de colocação de cartões bancários do Banif, decorridas ao longo do ano, a par de um conjunto de sessões de formação/apresentação junto das Redes Comerciais do Banco, relativas a cartões bancários.

O Banif teve um crescimento global da carteira de cartões de crédito de aproximadamente 0,06% e de cartões de débito de cerca de 15,77%, para um total de 91.763 e 294.813 cartões, respectivamente.

Os proveitos decorrentes da actividade de cartões do Banif fixaram-se nos 17,03 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 37,41% face ao mesmo período do ano anterior. De destacar que 6,85 milhões de euros resultam de comissões sobre os volumes transaccionais dos cartões.

### **Crédito Pessoal**

No período em referência, procedeu-se à revisão do preçário praticado nos produtos de Crédito Pessoal, no que concerne à tipologia de taxa de juro praticada, permitindo aos Clientes a contratação de taxa de juro fixa. Neste âmbito, implementou-se a Campanha de Crédito Pessoal *Revolving*, com a oferta simultânea de *upgrade* de montantes de crédito e nova taxa de juro, a Clientes com experiência positiva na contratação desta modalidade de financiamento.

Continuaram a realizar-se acções de Crédito Pessoal Pré-Concedido a Clientes com envolvimento e experiência de crédito com o Banif, visando o alargamento da carteira de Crédito Pessoal com Clientes de bom risco.

O lançamento de novos produtos – Crédito Pessoal Arte, Crédito Pessoal Mais Ambiente, Crédito Pessoal Multimédia e Crédito Pessoal Prestígio – bem como a adesão ao Protocolo com o Estado Português para financiamento da aquisição de equipamentos solares térmicos em condições vantajosas, contribuíram para a expansão da oferta de crédito ao consumo com finalidades pré-definidas.

A carteira de Crédito Pessoal fechou o ano com 53.112 contratos e um saldo de 318,6 milhões de euros de crédito (-2,84% face ao final do ano anterior).

Procedeu-se ainda a alterações significativas na forma de divulgação e contratação do Crédito Pessoal, em conformidade com os novos requisitos legais que enquadram o Crédito ao Consumo, reforçando, significativamente a informação prestada ao consumidor nas fases pré contratual, contratual e pós contratual.

### **5.3 Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios**

Na oferta para Pequenos Negócios, através da Rede de Retalho, destaca-se, em 2009, o impacto da conjuntura económica na redução da carteira de crédito concedido a Clientes sob gestão, a implementação de medidas com vista à adequação das condições praticadas no crédito a empresas, e a expansão do portfólio de produtos.

A carteira de crédito de Soluções CGT, registou um decréscimo de 4% face ao final do ano anterior, cifrando-se em 304 milhões de euros o volume de crédito concedido ao abrigo deste produto. Para a variação negativa da carteira contribuiu a redução do número de novos contratos (-2%), e o acréscimo do número de liquidações solicitadas face a 2008. No final do ano, a carteira de contratos de Soluções CGT apresentava 19.052 contratos.

No âmbito da gestão de produtos para esta área de negócio, procedeu-se à revisão do preçário associado a operações de crédito a micro e pequenas empresas, promovendo o seu ajustamento às condições do mercado e ao perfil dos Clientes.

A pensar na ligação duradoura e lucrativa entre Clientes, Fornecedores e Banco, o Banif criou uma oferta global de soluções financeiras dirigida a empresas do segmento Pequenos Negócios – as Soluções *Business*.

Com o lançamento desta oferta, no último trimestre de 2009, realizou-se uma campanha com enfoque na venda de produtos estratégicos para apoio à gestão de tesouraria das empresas – a Conta Gestão Tesouraria e o Terminal de Pagamento Automático.

Com o intuito de aumentar a oferta para Pequenos Negócios, desenvolveram-se dois novos produtos com finalidades pré-definidas: o Crédito Investimento Mais Ambiente, para financiamento da aquisição e/ou instalação de soluções tecnológicas para redução de custos energéticos e o Crédito *Business* Multimédia, para financiamento de soluções de apoio ao negócio e mobilidade das empresas.

#### **5.4 Contas de Depósitos e Produtos de Poupança**

No âmbito da gestão do *portfólio* de produtos para captação e aplicação de recursos de Clientes Particulares, assistiu-se em 2009, à reestruturação global da oferta, com a integração, ajustamento e descontinuação de produtos.

No contexto da gestão e distribuição multicanal de produtos de Depósitos a Prazo e Poupança, procedeu-se à integração na carteira e revisão das condições praticadas nos produtos Depósito e Super Depósito Banif@st. A oferta na Banca Electrónica foi ainda complementada com a disponibilização de novos produtos para subscrição *online*. Por outro lado, promoveu-se a revisão e harmonização de procedimentos e produtos com distribuição nas Unidades de Negócio da R.A. Açores.

Com o intuito de incentivar a poupança, garantindo a adequação das condições praticadas à evolução do mercado e ao perfil dos Clientes, lançaram-se dois novos produtos – Depósito Crescente a 2 e 4 anos e procedeu-se à descontinuação de alguns produtos de poupança.

No que concerne à dinamização de produtos de passivo para os diversos segmentos de Clientes, desenvolveram-se acções promocionais da Conta Nova Geração, envolvendo a figura de animação infantil “Ruca” e a atribuição de brindes promocionais, com vista a dinamizar a abertura de contas com constituição de poupanças no segmento jovem.

Investiu-se ainda, no segundo semestre, num novo produto, especialmente vocacionado para o segmento etário superior a 50 anos – a Conta Nova Vida. Com uma ampla divulgação nos media, esta iniciativa teve um forte impacto na captação de contas, Clientes e poupanças.

Em paralelo foram efectuados vários ajustamentos aos procedimentos internos e ao modelo de divulgação dos produtos visando responder às novas exigências das Entidades Reguladoras em matéria de informação aos depositantes.

### **6. Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso**

A 31 de Dezembro de 2009, o crédito em incumprimento no Banif, (sem crédito titularizado) atingiu 235,4 milhões de euros. O crédito afecto à Direcção de Recuperação de Créditos (DRC), sem crédito titularizado, ascendia a 211,2 milhões de euros. Em 2009, as novas entradas em crédito vencido ascenderam a 166,9 milhões de euros.

Em contrapartida, o montante acumulado de recebimentos (capital, juros e despesas), resultante da actividade desenvolvida no âmbito da recuperação de créditos, ascendeu a 78,9 milhões até ao final de 2009.

A incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA no Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, não permite aferir as variações homólogas de 2008, considerando as diferentes políticas de contabilização.

O Modelo de Recuperação de Crédito, foi objecto de uma profunda reestruturação no decorrer de 2009, visando o aumento da eficiência e eficácia na gestão do crédito vencido e privilegiando uma maior celeridade e sistematização da actuação da recuperação central, o que se traduziu:

- Na redefinição das políticas, atribuições, responsabilidades e procedimentos na gestão do crédito vencido, diferenciados em função do segmento de cliente – Empresas e Retalho;
- No enfoque do processo de recuperação no “recuperador”, que assume o papel de líder do processo de recuperação, mantendo o contacto com os devedores com o objectivo de assegurar, sempre que possível, a recuperação pela via negocial, ao mesmo tempo que controla a actuação dos advogados, participa na definição da estratégia e acompanha a evolução judicial dos processos;
- No redesenho dos processos e procedimentos operativos, referentes ao acompanhamento e gestão dos Clientes que apresentam sinais de alerta ou crédito em incumprimento, no contexto dos quais assumiram particular relevância a introdução de prazos mais reduzidos na gestão do crédito vencido;
- Na reestruturação e no reforço dos recursos afectos às estruturas centralizadas de recuperação;
- No alargamento da participação de entidades externas – incluindo agências externas de cobrança e advogados – no apoio às estruturas centralizadas de recuperação central;
- No desenvolvimento de aplicações e ferramentas de suporte ao controlo, gestão e desempenho dos processos, no âmbito da gestão do crédito vencido.

A implementação do novo modelo de recuperação de créditos permitiu ao Banif introduzir melhorias no processo de recuperação, nomeadamente no que respeita a:

- Acompanhamento do devedor numa lógica de entidade. Independentemente da existência de responsabilidades de naturezas diversas, em virtude da passagem do Cliente para a recuperação central e da entrega do processo a um recuperador interno ou entidade externa, o tratamento das responsabilidades do Cliente passa a ser feito numa perspectiva global, por uma só entidade;
- Aumento da capacidade na recuperação negocial dos créditos de menor materialidade, através da sua entrega a entidades externas de recuperação;
- Assegurar o vencimento das operações de crédito no momento em que se conclui da inviabilidade da sua recuperação negocial.

## 7. Actividade Financeira

A Direcção Financeira do Banif manteve como principal função a gestão integrada dos activos e passivos do Banco, assegurando a intervenção deste e de algumas empresas do Banif - Grupo Financeiro nos mercados monetário e cambial, a coordenação da actividade do Banco com outras instituições financeiras nacionais e estrangeiras e, ainda, o apoio às Direcções Comerciais e de Produtos na sua área de actuação.

A Direcção Financeira manteve igualmente a sua colaboração na estruturação de produtos para venda nas redes comerciais.

Face às condições dos mercados, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando as suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando a liquidez.

O ano de 2009 continuou marcado pela falta de confiança no sistema financeiro, afectando a liquidez dos mercados, o que levou o BCE a realizar operações de refinanciamento por prazos de 1 ano, de modo a trazer estabilidade aos mercados monetários.

No Banif, os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num lucro de 5,75 milhões de euros em 2009, contra um resultado negativo de 4,5 milhões de euros em 2008.

Os valores apurados resultam principalmente de ganhos com os activos financeiros ao justo valor através de resultados.

O mercado cambial continuou marcado por alguma volatilidade durante o ano de 2009.

A melhoria dos indicadores conjunturais e as revisões em alta do PIB norte-americano, não foram suficientes para alterar os cenários de contracção económica nas principais economias mundiais.

As autoridades monetárias prosseguiram as suas políticas expansionistas, com o FED a manter as suas taxas directoras numa banda entre 0% e 0,25%, e o BCE a proceder à sua redução para 1%.

Por outro lado, assistiu-se, em 2009, a uma desvalorização de 3,5% do Dólar face ao Euro, situando-se, no final do ano, nos 1,4406.

Estes factores originaram um ligeiro aumento da actividade cambial durante o ano, resultante de operações comerciais, quando comparado com 2008. Apesar da volatilidade a que se assistiu nos mercados financeiros, e graças a uma gestão conservadora nas operações de risco, os resultados cambiais do Banif ascenderam a 1.8 milhões de euros no final de 2009, contra os 1,08 milhões de euros obtidos em 2008.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação periódica do risco de taxa de juro com o intuito de minimizar essa exposição.

Tendo em consideração a manutenção da conjuntura particularmente adversa, mantiveram-se em permanência sistemas e procedimentos de acompanhamento da respectiva liquidez, que permitiram um maior controlo e a adequada gestão deste indicador.

A estabilidade da liquidez foi feita através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário, do recurso a operações nos mercados internacionais através de empréstimos de médio/longo prazo e do recurso às operações de refinanciamento do BCE.

Durante o ano os Clientes continuaram a apostar em aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da grande instabilidade dos mercados financeiros.

Face a este quadro, o valor de CD's de médio/longo prazo da carteira de Clientes existente no Banif era de 19,3 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2009, contra 43,4 milhões de euros em 2008.

No âmbito dos mercados de capitais, a Direcção Financeira participou na preparação e montagem de duas operações de Titularização de Crédito Hipotecário do Banif no montante de 514,25 milhões e 500 milhões de euros, respectivamente, e que foram finalizadas em Março e Dezembro.

Devido à conjuntura existente no mercado de capitais, as obrigações titularizadas resultantes destas operações foram adquiridas pela entidade cedente dos créditos (Banif), tendo as obrigações com *rating* AAA sido incluídas nas respectivas *pool* de activos elegíveis para operações de refinanciamento junto do BCE.

Em Maio, foi feita uma emissão de Obrigações de Taxa Fixa, com o prazo de 3 anos, no montante de 500 milhões de euros, com a garantia do Estado Português.

## 8. Actividade Internacional

A actividade internacional do Banif - Grupo Financeiro assenta na presença estratégica (i) em mercados com potencial de negócios que representem sinergias para o Grupo, nomeadamente no Brasil, nos EUA, em Malta, em Espanha, no Reino Unido e, desde Novembro de 2009, em Hong Kong, (ii) em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial da Madeira e Açores) tem uma forte presença, como nos Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela e África do Sul, e, ainda, (iii) em mercados que consubstanciem uma especial atenção ao acompanhamento das relações de negócio com países de expressão portuguesa, como Cabo Verde.

Com a aquisição da Tecnicrédito, o Grupo Banif expandiu a sua presença internacional para novos mercados no leste europeu, nomeadamente, Hungria, Eslováquia e Polónia, estabelecendo novas e importantes fronteiras de negócios.

Durante o ano de 2009, assistiu-se a uma melhoria, ainda ligeira, do funcionamento dos mercados interbancários e financeiros internacionais, pese embora a manutenção da reduzida liquidez disponível, em particular, na Europa Central e de Leste.

Na Europa e EUA, a intervenção dos vários Governos no capital e estrutura accionista dos bancos manteve-se, embora com uma demanda mais reduzida no 2.º semestre do ano. As respostas dadas pelos vários Estados foram adequadas, permitindo salvaguardar os vários sistemas bancários nacionais e, conseqüentemente, as empresas e as famílias, devolvendo alguma estabilidade e credibilidade ao Sistema Financeiro, com reflexos no tecido económico com um todo.

Apesar da relativa deterioração do *status-quo* nos mercados financeiros internacionais, o Banif conseguiu lançar com sucesso, em Maio de 2009, um empréstimo obrigacionista, de 500 milhões de euros, a 3 anos, com Aval do Estado Português, com um *pricing* a um excelente nível em relação ao *Credit Default Swap* da República.

Por outro lado, o Banco continuou a tomar (e também a ceder) *funding* em regime de empréstimos bilaterais (banco a banco) e/ou com grupos seleccionados de instituições financeiras de relacionamento – *club deals*. Paralelamente, o Banco continuou a contar com uma

regular relação de negócios com mais de 250 contrapartes bancárias, com as quais mantém limites de trabalho recíprocos e opera nos mercados cambiais e monetário. O Banco opera ainda, numa base regular e crescente, em operações comerciais, nomeadamente, Pagamentos, Remessas, Cartas de Crédito e Garantias.

O Banif conta actualmente com um universo de cerca de 1.500 bancos correspondentes em todo o mundo e de 35 contas directas de correspondentes (*Nostro* e *Vostro*).

Em Junho de 2009, realizou-se a 27.<sup>a</sup> reunião anual do GEB (*Groupement Européen de Banques*) do qual o Banif é o membro português de pleno direito desde 2001 e com cujos demais membros temos vindo a estreitar relações nas mais diversas áreas da banca comercial e de investimento. O Banif manteve funções de coordenação do GEB (Presidência 2008/2009), tendo perseguido o incremento das relações e o *Cross-Selling* intra-grupo como um dos principais objectivos da sua Gestão.

O Grupo Banif tem desenvolvido actividades nos EUA através de duas *incorporated companies* (*Money Remitters*) localizadas em Fall River e San Jose, para além de uma filial da primeira, localizada em Newark, vocacionadas na relação com a comunidade Portuguesa residente naquele País. A fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores (ex Banco Comercial dos Açores) no Banif, concluída com sucesso no final de 2008 contemplou a manutenção adequada, quer da cobertura geográfica, quer da prestação de serviços, no que se refere às comunidades açorianas residentes nos EUA e Canadá.

Uma importante aposta, ao nível de serviços, foi desenvolvida também no Reino Unido, a partir de Londres, onde o Banif está presente através de uma *Full Branch*, cujas principais áreas de negócio assentam na oferta de produtos de *trade finance*, em particular no negócio L/C; *Structured Trade Finance and Forfaiting*. Através de uma *Street Branch* em Victoria, está a implementar uma alargada oferta de produtos e serviços de retalho principalmente direccionados às comunidades portuguesas, brasileiras, maltesas, espanholas e cabo-verdianas, com residência no Reino Unido, bem como nas áreas do *Mortgage and Real Estate Finance* a residentes no Reino Unido com interesse em comprar e/ou em investir em propriedades localizadas em Portugal, mas também em Malta, Espanha e Cabo Verde.

Através do Escritório de Hong Kong, inaugurado em 2009, o Grupo Banif tornou-se pioneiro, entre a banca portuguesa, a marcar presença naquela importante *Special Administrative Region of the People's Republic of China*, através da qual, tenciona ampliar as suas bases de negócio junto a novos clientes, no Mercado Asiático, diversificar as suas fontes de liquidez e estabelecer relações recíprocas e bilaterais com instituições financeiras locais.

Em termos de negócio internacional, durante o ano de 2009 e apesar de políticas creditícias mais restritivas, o Banif manteve a aposta no *trade finance* internacional, com destaque para as operações *pure trade related* com risco *corporate* brasileiro.

Por força do arrefecimento da economia mundial, com reflexos nas economias emergentes da Europa Central e de Leste, o Banco assumiu uma postura mais conservadora na sua carteira de *trade finance*, não tendo sido concretizadas grandes operações e/ou participações em empréstimos sindicados/bilaterais durante o ano em causa. Esta carteira totalizava 32 milhões de euros no final de 2009, contra 126,4 milhões de euros em finais de 2008.

Nesta área, o Banco tem concentrado esforços no *trade finance* internacional puro, no *Structured Trade finance* e no apoio às empresas portuguesas através de equipas de especialistas, com enfoque no vector Direcção Internacional (Lisboa/Londres) e Direcção de Empresas e Particulares, em Portugal.

Em resposta à boa actividade da Banif Finance (USA) Corp. na concessão de crédito hipotecário - não obstante a performance do *real estate* a nível mundial - o Banco procedeu ao *funding* desta carteira, num total de USD 216,4 milhões, em comparação com USD 178 milhões em finais de 2008, para além de volumes negociados em mercado secundário. Importa ainda destacar a ausência de eventos de *default* dignos de nota neste *portfolio*, cuja performance se tem mantido estável.

## 9. Comunicação e Imagem

Em 2009, a Direcção de Marketing e Comunicação (DMC) implementou um dos seus principais objectivos estratégicos – a consolidação da Marca – aspecto essencial numa fase pós-*rebranding*.

Neste contexto, destaca-se a nova campanha institucional do Banco, cuja estratégia criativa apresenta a Natureza como a grande força transformadora do mundo. O conceito é materializado pelos 4 elementos (Água, Fogo, Terra e Ar) e pretende transmitir que vale a pena acreditar num futuro melhor. O Banco reforçou deste modo o seu posicionamento incorporado na sua assinatura “ A força de acreditar”.

Destaque ainda para o projecto de *Brand Center* da marca, que se encontra em avançada fase de desenvolvimento, e que constitui uma ferramenta digital fundamental que permitirá disponibilizar a Marca de forma transparente, normalizada e facilitadora, junto dos vários *stakeholders*.

No início do ano, foi assegurada, em tempo útil e em todos os suportes de comunicação, a aplicabilidade do Aviso n.º 10/08 do Banco de Portugal (Deveres de informação e transparência na comunicação publicitária) estabelecendo-se procedimentos e normas internas nesse sentido.

Na área dos eventos, a DMC organizou o evento de lançamento do Cartão de Crédito Sata Imagine e o Golfe voltou a fazer parte dos principais eventos organizados pelo Banco. Os torneios dos Campos de Golfe de Porto Santo e do Santo da Serra, na Madeira, da Batalha, nos Açores e do *Ocean Course* de Vale do Lobo, no Algarve, contribuíram mais uma vez para um melhor e mais estreito contacto com os Clientes do Banco.

A DMC contribuiu positivamente para a estratégia de aumento da quota de mercado do Banif e desenvolveu acções de apoio ao lançamento e relançamento de produtos e serviços.

No âmbito do acompanhamento do crescimento orgânico do Banco – 27 novas Agências – foram desenvolvidas acções locais inovadoras, no sentido de criar uma ligação de grande proximidade junto das comunidades envolventes.

Atentos às exigências dos Clientes, e à necessidade permanente de inovação, segmentação e diferenciação dos produtos e serviços, procedeu-se ao lançamento de várias campanhas promocionais, salientando-se as da Conta Nova Vida, para o segmento de mais de 50 anos, e na qual foi utilizado o *endorsement* do cantor Rui Veloso e dos novos Cartões Hello Kitty (débito e crédito), através das quais se procurou a fidelização e captação de Clientes e de recursos,

Ainda no âmbito das Campanhas Publicitárias, destaque para as da “Poupança Banif”, dos Créditos “Multimedia”, “Habitação – Transferência”, “Arte”, “Conta Do Platinum”, “Soluções Emigrante”, “PPR *Gold*”, “Soluções *Business*”, e “Conta Nova Geração”. No caso desta última e concretamente no segmento dos 0 aos 6 anos, o Banco tem utilizado a imagem de uma personagem de renome mundial da animação infantil, o “Ruca”, para o *endorsement* do produto. Depois do sucesso alcançado no Continente, foram desenvolvidas acções em Escolas e Centros

Comerciais nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores, com o objectivo de ensinar a poupar, de forma pedagógica.

Ainda nesta área, destaque para a Campanha de lançamento do Cartão de Crédito Sata Imagine, um cartão que oferece milhas por cada compra efectuada e que resulta da parceria estabelecida com a referida companhia aérea.

Procedeu-se à execução e distribuição do Relatório e Contas de 2008, em versão bilingue e em CD, e do Código de Conduta do Banco.

No que respeita à política de Patrocínios, o Banif deu continuidade à sua estratégia de apoio às actividades desportivas, com especial enfoque nos patrocínios ao Club Sport Marítimo e ao Clube Desportivo Nacional, bem como ao Nike Camp, um campo de férias para jovens dos 7 aos 16 anos, onde foi proporcionada uma experiência única a alguns jovens da Casa do Gaiato de Lisboa. Ainda neste âmbito, o Banco patrocinou, pela terceira vez consecutiva, as Meias Maratonas de Lisboa e de Portugal, que constituem uma referência no panorama dos eventos desportivos realizados no nosso país.

Tal como nos anos anteriores, o Banco apoiou, no final do ano, 15 Instituições de Solidariedade Social, das quais 5 são da Região Autónoma dos Açores e 4 da Região Autónoma da Madeira, distribuindo, nesta acção específica, 75.000 euros.

Em termos de Responsabilidade Social Empresarial, destaque para o apoio, pelo quarto ano consecutivo, da Corrida “Lisboa a Mulher e a Vida”, prova organizada pelo Maratona Clube de Portugal e que contou com a participação de cerca de 15.000 mulheres, destinando-se a verba angariada à aquisição de aparelhos de rastreio do cancro da mama. Refira-se ainda o patrocínio, através da Associação Nacional do Desporto para Deficientes Intelectuais, ao atleta Lenine Cunha, recordista nacional e mundial em várias modalidades de atletismo adaptado.

No âmbito da sua associação à Cultura, o Banif estabeleceu uma parceria com a Casa da América Latina, distinguindo anualmente uma vertente da literatura latino-americana. Após a distinção da melhor tradução, em 2009, o Prémio de Literatura Casa da América Latina/Banif distinguirá, em 2010, a melhor Criação Literária. Com esta associação, o Banif pretende estimular a edição e leitura em Portugal de obras de autores latino-americanos.

De uma forma mais abrangente, o Banif - Grupo Financeiro decidiu incorporar o Desenvolvimento Sustentável como uma componente estratégica e transversal a todas as suas actividades. O Banco é parte integrante de uma estrutura criada para a gestão da sustentabilidade ao nível do Banif - Grupo Financeiro.

Nesse âmbito, foram desenvolvidas várias actividades, como o apoio ao lançamento do 2º Relatório de Sustentabilidade do Grupo e acções de comunicação interna e externa de temáticas relacionadas com a sustentabilidade.

A integração da sustentabilidade no *core business* do Banco foi incrementada com a criação de produtos eco-orientados, como o Crédito Mais Ambiente e o Crédito Pessoal Solar Térmico (no âmbito de um protocolo estabelecido com o Ministério das Finanças e da Administração Pública e o Ministério da Economia e Inovação) e o aprofundamento do estudo dos riscos ambientais da carteira de crédito.

Ao nível do Banif, foi ainda implementado um projecto de recolha de telemóveis usados, em parceria com a AMI – Assistência Médica Internacional, no âmbito de um projecto do Banif - Grupo Financeiro com vista à protecção ambiental e ao combate à pobreza. Durante 2009, foi também planeado um programa de voluntariado para os Colaboradores do Banif que decorrerá no ano de 2010.

Relativamente ao *website* do Banco, foram actualizadas e desenvolvidas novas áreas, por forma a acompanhar todas as campanhas desenvolvidas pelo Banif, acções e novos produtos disponibilizados e promovidos junto dos Clientes e utilizadores deste canal de comunicação.

No corrente ano, foi alterado o fornecedor de notícias, do que resultou o acesso a uma maior e melhor informação, nomeadamente, através da disponibilização de vídeos diários de acompanhamento da área de mercados.

Em 2009, foi igualmente desenvolvida uma nova funcionalidade de áudio-navegação – o *Text-To-Speech* – que permite que qualquer utilizador invisual ou iletrado navegue pelo *site* e obtenha informação, em formato áudio, sobre os diversos produtos do Banco.

Foi ainda adoptada uma nova ferramenta estatística, o *Google Analytics*, utilizada pela maioria dos *sites* de referência nacionais e internacionais.

De registar igualmente os bons resultados em termos de desempenho e disponibilidade do *site* Banif relativamente a alguns dos principais *players* do mercado. O Banif.pt encontra-se entre as 30 páginas nacionais de referência, monitorizadas, semanalmente, pela empresa MarketWare, posicionando habitualmente no “top10” em ambas as vertentes.

Nos canais específicos da Madeira e dos Açores, além da actualização contínua dos conteúdos específicos para cada Região, prosseguiu-se à interacção com todos os seus utilizadores, promovendo-se passatempos e outras iniciativas de valor acrescentado.

No canal Atrium Banif, dedicado à apresentação de parcerias vantajosas para Clientes e conteúdos de lazer não financeiros, desenvolveram-se novas áreas de conteúdo e fortaleceram-se as parcerias já existentes.

O ano de 2009 marca igualmente o arranque da presença do Banif nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*, criando assim mais um canal de comunicação e interacção do Banif com os seus Clientes e outros utilizadores destas redes.

No presente período, expandiu-se a rede de *Corporate TV* do Banco – a Banif TV – para 38 novas Agências, passando a um total de 48 pontos cobertos, em linha com o processo de crescimento orgânico da Rede Comercial do Banco. Em paralelo, e integrado neste projecto, implementou-se um novo sistema de atendimento na Agência de João Távira.

## 10. Recursos Humanos

A actividade dos Recursos Humanos desenvolveu-se no âmbito do recrutamento e selecção, da movimentação de pessoal intra e inter-órgãos, da gestão administrativa e cadastral, das relações laborais e da saúde e bem-estar, de acordo com as políticas em vigor.

No que diz respeito ao quadro de pessoal, foram admitidos, em 2009, 273 empregados e saíram do Banco, no mesmo período 187 empregados, mais de um terço dos quais tinham sido admitidos para actividades sazonais ou temporárias. No final de 2009, o quadro de pessoal do Banif era composto por 2.656 empregados contra 2.162 em 31 de Dezembro de 2008.

O elevado aumento verificado deveu-se à fusão por integração do BBKA no Banif. Sem esta operação, o aumento real de empregados no Banif (admissões menos saídas) seria de 86 empregados.

Este aumento do quadro de pessoal visou fazer face à abertura de 25 novas Agências e reforçar alguns órgãos com necessidades específicas.

Como consequência da integração dos empregados do BBKA no Banif, os “ratios” relativos à idade média e à formação escolar sofreram ligeiras alterações. Assim, a idade média passou de 37 anos para 38,56 anos e a formação escolar de nível superior passou de 52% para 49%.

No que diz respeito à formação e desenvolvimento foram reformuladas algumas estratégias de formação. Em concreto, foi implementado um novo conceito para a Formação: “EVOLUIR - Formação que valoriza a sua força”. Esta mudança de imagem surge a par do reforço de outras estratégias, sobretudo da dinamização da formação via *e-learning*.

Como acções mais relevantes levadas a efeito em 2009, refere-se a implementação de uma nova Plataforma *e-learning* com funcionalidades melhoradas que permitem uma gestão mais eficiente e eficaz da formação por este modelo. Por este meio têm vindo a ser elaborados e aplicados internamente vários cursos específicos das áreas de Produtos, de *Compliance*, de Segurança e de Saúde no Trabalho e de Atendimento Pessoal, estando em curso a preparação de outros pelo mesmo meio, para cumprimento dos objectivos traçados quanto ao desenvolvimento preferencial do *e-learning* dos conhecimentos e da informação profissional.

Como resultado do esforço empreendido na formação *e-learning*, a Direcção Regional da Formação Profissional concedeu ao Banco, para além da Acreditação em Formação, em geral, a Acreditação em Formação *e-learning*.

Para além dos cursos de formação em *e-learning*, outras acções de relevo foram levadas a cabo, tais como, dois ciclos de Formação de Gestores Comerciais, em Lisboa e em Ponta Delgada, a continuação do curso de “Gestão do Tempo”, envolvendo cerca de 800 participantes em 2009, a formação vestibular para todos os novos empregados, a formação em inglês com enfoque nos temas bancários, em várias localidades do país, a par de outras acções igualmente importantes para a melhoria do conhecimento, da informação e das condutas.

No total, foram realizadas cerca de 53.000 horas de formação.

Sendo a formação um meio importante de actualização dos conhecimentos e do desenvolvimento do Banco, procurou-se assegurar a sua eficácia, criando-se um sistema de Avaliação da Eficácia da Formação, em conformidade com os critérios da NORMA ISO 9001.2008, que permite avaliar os resultados do investimento nesta área.

De referir, também, as acções de cooperação com outras empresas do Banif - Grupo Financeiro, designadamente o projecto de desenvolvimento de um novo modelo de gestão de recursos humanos em implementação na Banif Go e na Banif Rent e o projecto de alinhamento das políticas e práticas de Recursos Humanos do Banif e do Banco Mais.

Concretizou-se, também, nos termos habituais, a atribuição do Prémio Dignitas a 26 empregados do Banif que se distinguiram pelo seu desempenho e conduta.

## 11. Operativa e Tecnologia

Em termos das infra-estruturas tecnológicas, o ano de 2009, ficou marcado pela conclusão da construção e mudança de equipamentos para o novo *datacenter* do Grupo Banif, pela renovação da rede de comunicações e pelo lançamento de projectos centrais no domínio da salvaguarda de dados e da telecomunicação.

Para além do suporte à actividade, contínuo ao longo do período em análise, procurou-se, através destes projectos, reforçar qualitativamente as condições infra-estruturais de suporte, os níveis de serviços, o grau de disponibilidade das aplicações/soluções, a fiabilidade e a capacidade de crescimento dos meios técnicos ao dispor.

Neste âmbito merecem referência as seguintes realizações:

- Reestruturação e actualização do sistema central de suporte ao negócio (AS/400) para um modelo IBM 570 – concluído em Janeiro de 2009;
- Reforço das condições técnicas de suporte aos equipamentos informáticos centrais, através da construção de um novo *datacenter* para o Banif - Grupo Financeiro assente nas melhores práticas de mercado, incluindo a respectiva mudança dos equipamentos para o novo espaço – concluído em Maio de 2009;
- Preparação do novo edifício de suporte às actividades da BanifServ, incluindo as especialidades de construção civil, energia eléctrica, AVAC e rede de comunicação de voz e dados – concluído em Maio de 2009;
- Migração da plataforma SWIFT para a SIBS – concluída em Maio de 2009;
- Reestruturação dos mecanismos de análise de prevenção e detecção de intrusões, reforçando, dessa forma, a segurança dos sistemas distribuídos de produção – concluído em Setembro de 2009;
- Conclusão do projecto de reestruturação da infra-estrutura central de *backups*, reforçando, por essa via, a qualidade e a fiabilidade da salvaguarda dos dados, sistemas e aplicações – concluído em Outubro de 2009;
- Reestruturação da infra-estrutura de suporte ao armazenamento das imagens dos cheques (telecompensação) – concluído em Outubro de 2009;
- Renovação da rede de comunicações dos edifícios centrais e dos balcões do Continente, RAA e RAM, incluindo a triplicação da largura de banda disponível – concluído em Novembro de 2009.

No decorrer do ano procedeu-se ainda ao reforço da infra-estrutura alternativa de suporte à Continuidade das Operações do Banif, a utilizar em caso de desastre, respondendo, dessa forma, ao crescimento vegetativo dos Sistemas de Informação e aos novos objectivos de recuperação, actualizados de acordo com a evolução da actividade.

Como habitualmente foram realizados testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

Ainda ao nível da banca comercial, foram promovidas importantes medidas no que se refere à organização e qualidade dos serviços, tendo o Banif, através da Direcção de Organização e Qualidade (DOQ) dado continuidade às suas linhas orientadoras de aumento da eficiência, melhoria e reforço da segurança dos processos, desenvolvendo um plano ambicioso, que envolveu 71 projectos e actividades.

Destacaram-se, pela relevância e impacto no serviço prestado, a participação na reestruturação dos processos de recuperação de crédito vencido, visando uma maior eficácia e antecipação da intervenção, e o desenvolvimento de funcionalidades de negociação de instrumentos financeiros através da banca electrónica, que permitem ao Banco alargar a sua oferta de serviços aos Clientes, em linha com as melhores práticas do mercado.

No âmbito do cumprimento e conformidade com as alterações ao enquadramento legal e regulador, foram desenvolvidos trabalhos de adaptação ao novo sistema de informação da Central de Responsabilidades de Crédito. Concluiu-se igualmente um projecto de adequação ao novo *Framework* de Recirculação de Notas. A consequente instalação de equipamentos (recicladoras) nas Agências obedece a critérios de racionalidade transaccional e segurança.

Visando uma maior eficiência e racionalização de custos, o Banco, através da DOQ, desenvolveu iniciativas de optimização da emissão/expedição de *outputs* em papel, nomeadamente Notas de Lançamento. Neste âmbito, procedeu também ao *outsourcing* da operativa SWIFT, recorrendo à SIBS como prestador externo.

Internamente, foi adoptada uma nova metodologia de gestão das necessidades informáticas das diversas Direcções, visando mais celeridade, controlo e transparência do processo, requerendo-se uma maior participação/envolvimento dos respectivos utilizadores.

Na vertente de Qualidade, procedeu-se à extensão da Certificação do Atendimento nas Agências à Direcção Comercial da RAA e à consolidação de todos os processos já certificados, o que culminou na renovação da respectiva certificação.

Também a Direcção do Executivo de Operações (DEO), à qual cabe assegurar, diariamente, a execução propriamente dita das operações que consubstanciam a actividade do Banif, conheceu um significativo aumento de actividade, com maior expressão nos cartões, penhoras, créditos pessoais, cheques, transferências, contas empréstimo e remessas exportação/importação. Assegurou-se ainda a formalização e acompanhamento de todas as operações referentes aos diversos protocolos celebrados com as entidades oficiais no Continente, RAM e RAA.

De entre as integrações/racionalizações realizadas, no contexto do processo de fusão entre o BBKA e o Banif, salienta-se centralização dos serviços relacionados com a contratação do Crédito à Habitação, com a operativa de Cartões, com as penhoras e com os utilizadores de risco, todos em Lisboa, e com a carteira de cheques pré-datados, em Ponta Delgada.

As acções desenvolvidas no âmbito da formação *on-job* e *e-learning* envolveram um significativo número de empregados da DEO e vieram contribuir para a melhoria do serviço prestado, promovendo, igualmente, uma melhoria na gestão e controlo das operações.

No âmbito dos projectos desenvolvidos, merecem referência os seguintes:

- Projecto de fusão por integração do BBKA no Banif, em que foi assegurada a realização das operações no novo sistema informático, bem como o apoio nos processos mais críticos;
- Revisão do processo de arquivo das cauções que garantem as operações de crédito, possibilitando uma melhor gestão e qualidade no acesso aos documentos;
- Digitalização dos principais documentos de suporte das operações de Crédito à Habitação, Contas Correntes Caucionadas, Contas Gestão de Tesouraria e Contratos de Empréstimo, permitindo a sua consulta de uma forma organizada por todos os órgãos do Banif;
- Recuperação e validação de todos os intervenientes (v.g. avalistas, fiadores) dos financiamentos, associação dos mesmos às respectivas operações, contribuindo, deste modo, para a melhoria da base de dados e da qualidade da informação prestada às entidades competentes;

- Colaboração no projecto Basileia II com reportes à DGR de situações de risco operacional, identificadas pelos diversos gestores de risco operacional da DEO;
- Participação no projecto da Direcção de Recuperação de Crédito;
- Colaboração em vários outros projectos, tais como a recuperação de bonificações, recuperação de colaterais, SEPA (*Single Euro Payments Area*) e CAF (Controlo de Activos Financeiros);
- Preparação, em colaboração com equipa de consultores e com o Banco de Investimento, de diversas operações de securitização de crédito imobiliário;
- Colocação em *outsourcing* de parte da operativa dos processos de crédito à habitação.

## 12. Controlo dos Riscos da Actividade

A gestão e controlo dos riscos da actividade é assumida, no Banif, por toda a sua estrutura organizacional e, conduzida por estratégias e políticas definidas pela Comissão Executiva, centralizando-se o exercício da função na Direcção de Gestão Global de Risco, adiante designada DGR.

Considerando o evoluir das actividades quer regulamentares quer na gestão interna dos riscos, procedeu-se em 2009 a uma revisão do Estatuto Orgânico da DGR por forma a dotá-la de uma estrutura mais alinhada com as necessidades do Banco.

A gestão dos riscos assenta na identificação e análise da exposição do Banco aos diversos riscos – risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, entre outros – e na definição de políticas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

O exercício da função e as actividades relacionadas com o controlo dos riscos são desenvolvidas com independência relativamente aos restantes Órgãos e dependem directamente da Comissão Executiva.

O Banco promove a monitorização contínua dos riscos pela medição sistemática da performance das diversas áreas de negócio do Banco, isto é, dos resultados obtidos face aos riscos e aos limites estabelecidos pela Gestão.

As políticas adoptadas para cada um dos principais riscos identificados, são revistas sempre que tal se justifique, permitindo o desenvolvimento de acções preventivas.

Ainda, no que se refere ao controlo dos riscos, o Banco deu continuidade, no exercício de 2009 à realização de vários exercícios ao nível individual, mas para integração consolidada, em várias vertentes:

- Testes de esforço (*stress tests*) – os quais contribuíram para a gestão mais eficaz e eficiente dos riscos aos quais o Banif se encontra exposto. Foram avaliados os principais impactos, quer nos fundos próprios quer nos resultados, decorrentes de variações nos principais indicadores da actividade e da exposição aos riscos mais relevantes;
- Controlo Interno – através da identificação e reporte das deficiências identificadas, bem como, da monitorização das respectivas medidas correctivas;
- Informação de gestão – revisão substantiva e ampliação dos indicadores e da informação de gestão periodicamente produzida para efeitos de reporte interno, possibilitando uma

visão mais abrangente e efectiva da gestão de risco por parte da Comissão Executiva e das Direcções do Banco.

As acções desenvolvidas no âmbito da prestação de informação prudencial, vieram, também, contribuir para a melhoria dos sistemas de informação e dos demais modelos preditivos de factores de risco, promovendo um benefício para a gestão e controlo dos riscos da actividade.

## 12.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Banco, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

A gestão e monitorização do risco de crédito desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a clientes previstos no Manual de Crédito do Banco, o qual apresenta um conjunto de normas de aplicação genérica, complementado por normativos específicos e regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e das suas redes de comercialização assim como, regras para preparação, análise e seguimento do crédito concedido aos clientes.

No decurso do exercício e, no seguimento da política de qualidade e eficiência sobre as quais o Banco se rege, todos os normativos e regulamentos de crédito das áreas comerciais do Continente e da Região Autónoma da Madeira foram actualizados. Na sequência da fusão do Banif com o ex-BBCA no início de 2009, procedeu-se à actualização e incorporação dos normativos e regulamentos de crédito da Região Autónoma dos Açores.

### 12.1.1 Gestão do Risco de Crédito

A Gestão do risco de crédito no Banif assenta no acompanhamento permanente das carteiras de crédito, atendendo aos objectivos qualitativos estabelecidos anualmente. Neste contexto, a gestão assegura de forma continuada que os vectores de risco definidos se mantêm consistentes com a estratégia definida para o crédito.

As actividades assumidas pela gestão definem objectivos em termos de:

- definição de objectivos de notação de risco da carteira;
- concentração de exposições, em termos geográficos, sectoriais e de grandes riscos;
- definição de objectivos de reforço de segurança das operações, através de garantias.

Assegurando também que estes se mantêm consistentes ao longo do exercício com as políticas definidas para o crédito.

Por outro lado, o Banco tem prosseguido com o desenvolvimento de projectos no âmbito da modelização de factores de risco e actualização de sistemas internos de notação de risco que têm evidenciado uma capacidade adequada no que concerne à identificação e predição do risco de crédito.

### a) Sistemas Internos de Notação de Risco

Considerando as particularidades da carteira de crédito do Banco, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos clientes, a variáveis históricas e de relacionamento e às características das operações quer qualitativas quer quantitativas.

Os sistemas internos de notação de risco subdividem-se nas seguintes categorias:

Segmentos	Momento da Utilização	
	Concessão	Acompanhamento
<b>Retalho</b>		
Crédito à Habitação	Scoring de concessão CH	Scoring comportamental CH
Crédito Pessoal	Scoring de concessão CP	Scoring comportamental CP
Pequenos Negócios	Scoring de concessão PN	Scoring comportamental PN
Cartões de Crédito	Scoring de concessão CC	-
<b>Empresas</b>		
PME's	Rating de PMEs	

### Modelos Internos de Scoring – Admissão e Comportamental

Os modelos de *Scoring* de Concessão permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*), sendo utilizados no momento da concessão do crédito. Estes modelos permitem também classificar uma operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito ao longo da sua vida útil, através do comportamento irregular ou não, da contraparte da operação, com mais de um ano de vida.

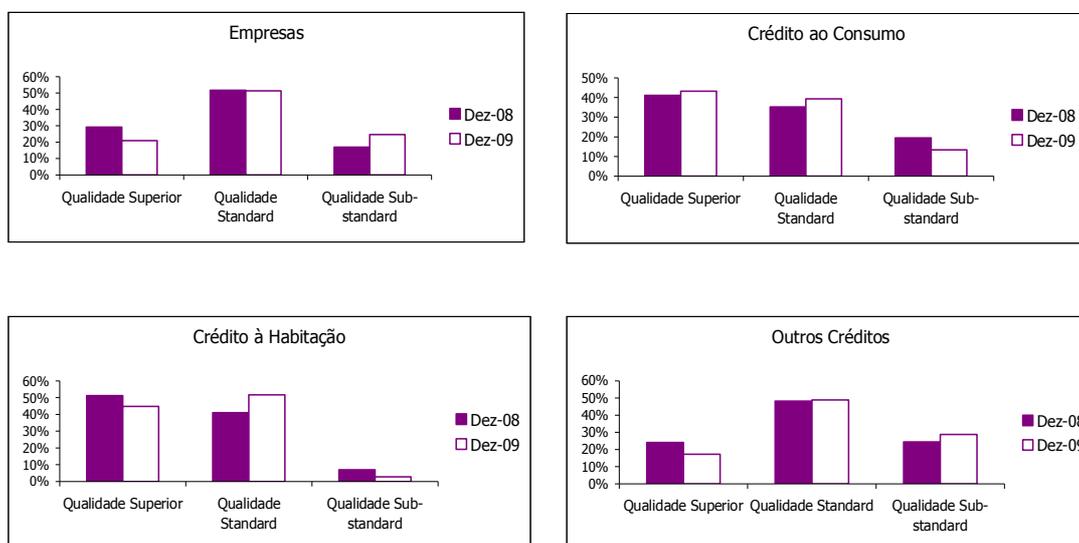
Neste domínio o Banco tem vindo a proceder à monitorização e actualização quando necessária dos modelos preditivos de risco, apoiando a sua decisão sobre as operações de crédito nestes instrumentos.

### Modelo Interno de Rating para carteiras de Empresas

O modelo de *Rating*, em utilização no Banco, atribui a cada cliente (Empresa), uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte.

Actualmente, o Banif dispõe de um Modelo de *Rating* estatístico para carteiras de pequenas e médias empresas o qual combina informação financeira com dados de natureza qualitativa, incluindo nomeadamente, variáveis de relação.

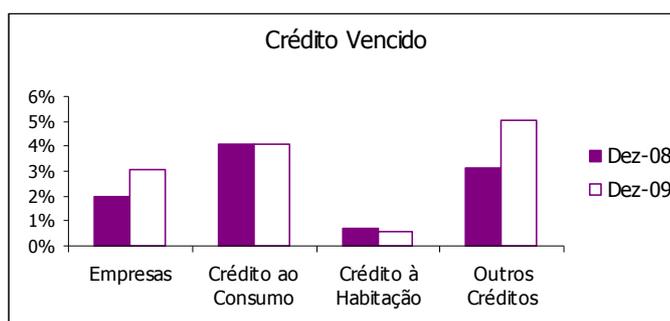
A repartição das carteiras para os principais segmentos de negócio do Banco, a 31 de Dezembro de 2009, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



O crédito a clientes encontra-se desagregado pelos segmentos mais significativos e qualificado em três níveis de risco. As carteiras foram objecto de avaliação interna de risco baseada nas Probabilidades de *Default* (*PD*) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As *PD*'s foram agregadas por níveis de risco de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade Standard e de Qualidade Fraca.

O montante global de crédito em incumprimento, no final de 2009, considerando capital e juros (incluindo o securitizado) ascendia a 245.137 milhares de euros (2008: 170.686 milhares de euros).

A distribuição do crédito vencido pelos vários segmentos é apresentada de seguida:



A ligeira diminuição do crédito vencido da carteira de crédito a habitação entre os exercícios de 2009 e 2008 inclui o efeito de operações de cessão de créditos ocorridas no exercício.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade e de esforço de provisionamento apresentam a 31 de Dezembro de 2009, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Crédito a Clientes	9.593.618	9.160.637
Crédito Vencido	245.137	170.686
<b>Total do Crédito</b>	<b>9.838.755</b>	<b>9.331.323</b>
Provisões para Crédito Vencido	197.062	110.757
Variação de Provisões para Crédito Vencido	86.285	17.884
<b>Indicadores (%)</b>		
Crédito Vencido/Total do Crédito	2,49%	1,83%
Provisões para Crédito Vencido/Crédito Vencido	80,39%	64,89%
Provisões para Crédito Vencido/Total do Crédito	2,00%	1,19%
Variação de Provisões Cred. Vencido/Crédito Vencido	35,20%	10,48%
Variação de Provisões Cred. Vencido/Total de Crédito	0,88%	0,19%

#### b) Processo de avaliação do risco de crédito

A avaliação do risco de crédito não padronizado é desenvolvida pelos Núcleos de Análise de Risco que fazem parte da estrutura organizacional da Direcção de Gestão Global de Risco.

A avaliação das operações de crédito não padronizado e dos respectivos clientes é realizada por equipas experientes e de acordo com metodologias estabelecidas pelo Banco, que visam promover a adequada segurança na admissão, no acompanhamento e no controlo do risco da carteira sendo desenvolvida segundo critérios rigorosos, consubstanciada designadamente, pela análise da:

- qualidade da informação financeira disponibilizada pelos clientes;
- aferição da qualidade e experiência do cliente enquanto gestor, posicionamento no sector de actividade, capacidade de reembolso e seu relacionamento com o mercado financeiro;
- qualidade da operação proposta;
- relação existente com o Banco;
- informações comerciais externas;
- avaliação dos resultados obtidos nomeadamente pela utilização do modelo de *Rating* e rentabilidade para o segmento Empresas.

Os créditos padronizados – crédito habitação, crédito pessoal, crédito a pequenos negócios e cartões – são avaliados com regularidade de forma colectiva, estando cada *portfolio* monitorizado no que se refere ao risco e à qualidade do crédito.

O Banif avalia as exposições agregadas dos clientes, considerando para efeitos de avaliação de risco de crédito a exposição global ao Grupo Económico. Em termos de avaliação dos Grupos Económicos, são ainda considerados para efeitos de avaliação de risco:

- a ponderação de notações externas de risco, quando existem;
- a ponderação do risco de crédito das diversas entidades que compõem o Grupo Económico;
- o limite regulamentar de exposição do Grupo Económico no âmbito dos Grandes Riscos, do seu peso nos Fundos Próprios e na sua contribuição para o rácio de solvabilidade do Banco.

Os Núcleos de Análise de Risco intervêm também, numa base diária, através dos seus responsáveis e, até aos limites estabelecidos nos normativos de crédito, nos escalões de decisão em conjunto com as diversas áreas de negócio.

Ainda, e no que concerne ao risco de crédito, após a fase de contratação das operações, há um acompanhamento regular e periódico, designadamente ao nível do processo de renovação das linhas de crédito e das suas condições particulares.

### **c) Monitorização do risco de Crédito**

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito das carteiras e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos.

No exercício de 2009, o Banco desenvolveu um projecto com vista à implementação e actualização de sinais de alerta. Esta iniciativa faculta aos diversos agentes participantes na gestão do crédito, um conjunto de instrumentos de gestão que lhes permitem, regra geral, antecipar acções de recuperação e actuar na gestão preventiva do incumprimento. Neste domínio foi também reformulado e actualizado o Regulamento de Crédito Vencido, ajustando as competências e prazos de actuação, que se pretendem mais céleres, em consonância com as condições adversas de mercado e com os objectivos do Banco.

Através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas é efectuada a monitorização do risco de crédito, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas, a rendibilidade ajustada ao risco e eventual aplicação de medidas correctivas.

#### **12.1.2 Análise do Risco de Crédito**

A exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2009, face ao ano anterior é apresentada como segue:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2009		2008	
	Exposição máxima *	Exposição líquida **	Exposição máxima *	Exposição líquida **
Activos financeiros detidos para negociação	10.068	10.068	17.270	17.270
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	223.158	223.158	232.563	232.563
Activos financeiros disponíveis para venda	112.418	112.418	79.813	79.813
Crédito a clientes	9.641.693	4.721.490	9.220.566	4.659.326
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	53.340	53.340	63.000	63.000
Outros activos	1.527.938	1.527.938	1.219.671	1.219.671
<b>Sub-total</b>	<b>11.568.615</b>	<b>6.648.412</b>	<b>10.832.883</b>	<b>6.271.643</b>
Passivos contingentes	3.327.230	3.327.230	3.119.506	3.119.506
Compromissos assumidos	1.543.693	1.543.693	1.372.317	1.372.317
<b>sub-total</b>	<b>4.870.923</b>	<b>4.870.923</b>	<b>4.491.823</b>	<b>4.491.823</b>
<b>Total de exposição a riscos de crédito</b>	<b>16.439.538</b>	<b>11.519.335</b>	<b>15.324.706</b>	<b>10.763.466</b>

\* **Exposição máxima** respeita ao valor líquido de balanço

\*\* **Exposição líquida** Respeita à Exposição máxima deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.

Relativamente à exposição ao risco de crédito por segmentos, de acordo com Basileia II, os valores à data de 31 de Dezembro de 2009, apresentam a seguinte distribuição:

(valores expressos em milhares de Euros)

Segmento	2009 Exposição
Administrações regionais ou autoridades locais	113.757
Administrações Centrais e Bancos Centrais	191.759
Carteira de Retalho	1.658.838
Empresas	
Corporate	420.783
PMEs	2.918.178
Instituições	1.610.513
OIC	89.951
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	22.947
Outros Elementos	847.231
Posições garantidas por bens imóveis	
Comercial	22.076
Residencial	3.161.137
Elementos Vencidos (definição de Basileia II)	579.809
<b>Total de Exposição Bruta a riscos de crédito</b>	<b>11.636.979</b>

**Nota:** Não inclui os valores do Activo abatidos aos Fundos Próprios

Os segmentos PMEs e Residencial apresentam-se como os mais representativos com 25% e 27%, respectivamente, face ao total da exposição ao risco de crédito.

O valor apresentado para o segmento Instituições engloba cerca de 96% de crédito concedido a Entidades do Banif – Grupo Financeiro.

#### a) Estrutura da carteira de Crédito

Considerando a política de diversificação da carteira, à data de 31 de Dezembro de 2009, o crédito a clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

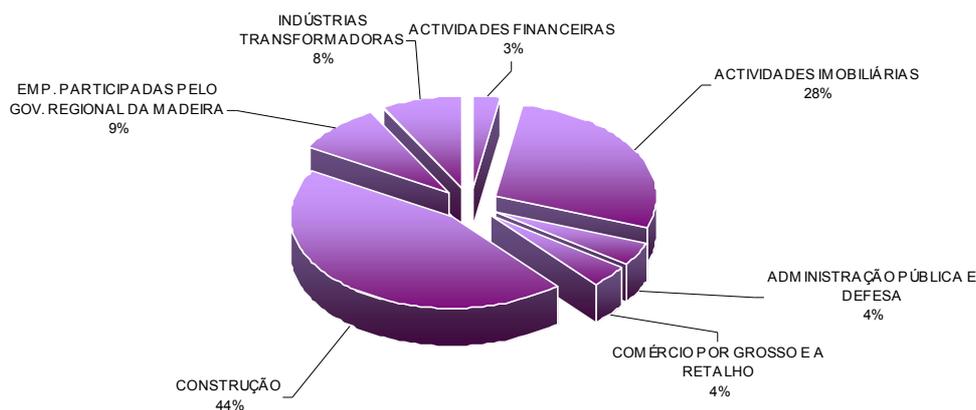
	2009		2008	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Indústria	649.100	502.834	734.665	620.781
Construção	1.120.324	665.621	1.107.137	697.838
Vendas a retalho	392.249	254.210	418.147	306.821
Serviços	1.909.968	1.084.326	1.872.345	1.125.001
Instituições financeiras e seguradoras	987.087	981.979	624.608	612.103
Sector público	94.080	92.191	76.756	76.756
Outros	619.947	459.571	587.396	449.258
Particulares	3.868.938	680.758	3.799.512	770.768
<b>Total de Exposição a riscos de crédito</b>	<b>9.641.693</b>	<b>4.721.490</b>	<b>9.220.566</b>	<b>4.659.326</b>

**Nota:** Serviços inclui Actividades Imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

O segmento Serviços representa 20% do total da exposição máxima em 2009 considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias.

Ainda, e no que se refere à exposição de risco por sector, salientamos que a exposição ao risco de crédito dos 20 maiores Clientes/Grupos Económicos do Banif ascende, à data de 31 de Dezembro de 2009 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 986 milhões de Euros. A distribuição desse crédito pelos diversos sectores é apresentada como segue:

Distribuição sectorial - Top 20



### Gestão de Colaterais

O Banco dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido – bem como o grau de cobertura necessário, dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte.

O Banco avalia, em primeiro lugar, a capacidade de reembolso e a probabilidade de incumprimentos da contraparte, considerando os colaterais como uma segunda via de pagamento e, por isso, não necessariamente como atributo principal dos critérios de avaliação.

Existem certo tipo de colaterais que, por natureza, estão associados a determinado tipo de crédito concedido, a saber:

- no crédito de médio/longo prazo a Particulares, como o crédito imobiliário, o colateral tem normalmente a natureza de garantia real, nomeadamente a hipoteca do imóvel e/ou penhor de depósitos;
- no crédito de curto prazo a Particulares são normalmente exigidas apenas garantias pessoais.
- no caso do crédito a Empresas, nomeadamente o crédito *revolving*, são solicitadas garantias pessoais dos sócios/accionistas sendo que, nalguns casos, são exigidas garantias reais, tais como a hipoteca de imóveis ou penhor de depósitos ou títulos. Estas situações variam em função do risco atribuído ao cliente e da maturidade do crédito concedido a Empresas.

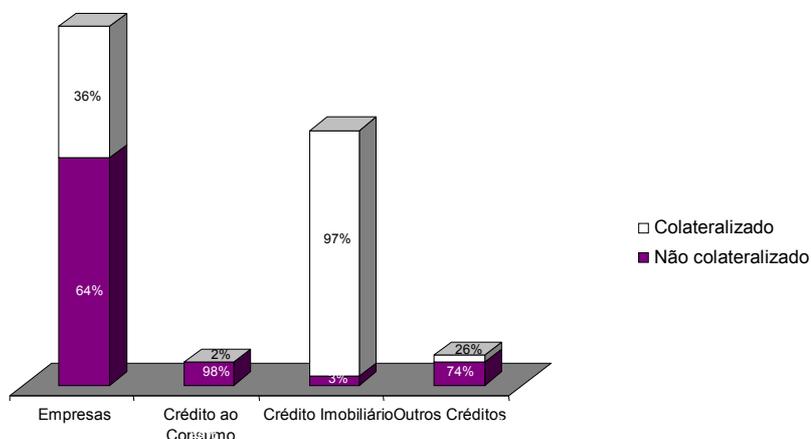
Sempre que se verifique qualquer agravamento do risco de crédito, é solicitado aos clientes a prestação de colaterais adicionais. No caso do crédito concedido a empresas pertencentes a grupos económicos, é prática corrente o Banco mitigar o risco de crédito com colaterais prestados pela Empresa-mãe do Grupo.

Os colaterais que, por incumprimento do cliente, são executados e passam para a posse do Banco são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida, sendo raras as situações em que o Banco permanece com a propriedade desses bens executados para seu uso comercial.

A gestão dos colaterais é desenvolvida de forma contínua, promovendo assim a manutenção da cobertura dos colaterais ao crédito concedido.

À data de 31 de Dezembro de 2009, os mitigantes apresentam o seguinte efeito de cobertura nas carteiras de crédito a empresas e particulares:

**Grau de cobertura do Crédito por mitigantes**



## b) Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2009, a exposição do risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado português, com uma representatividade de 95%:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2009		2008	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	6.143.855	3.286.702	5.653.002	2.919.813
Regiões Autónomas	2.989.317	1.328.640	3.061.843	1.563.657
União Europeia	358.579	27.922	297.909	31.831
Resto da Europa	32.763	20.452	112.762	103.301
América do Norte	42.355	18.780	27.078	4.881
América Latina	42.282	20.880	41.575	24.504
Resto do Mundo	32.542	18.114	26.397	11.339
<b>Total de Exposição a riscos de crédito</b>	<b>9.641.693</b>	<b>4.721.490</b>	<b>9.220.566</b>	<b>4.659.326</b>

## c) Exposição aos mercados por distribuição sectorial

Em 31 de Dezembro de 2009, o crédito concedido a Particulares e a Instituições Financeiras e Seguradoras tem uma presença de 98%, em ambos os segmentos, no mercado Europeu face aos restantes mercados. No crédito concedido a particulares, destacam-se os créditos concedidos para aquisição de habitação a não residentes.

Por outro lado, o crédito concedido aos sectores Serviços, Instituições Financeiras e Particulares apresentam uma representatividade de 70% no mercado Europeu face aos restantes sectores.

(valores expressos em milhares de Euros)

	2009						Total
	Portugal	União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	
Serviços*	1.886.971	0	7.499	13.353	2.145	0	<b>1.909.968</b>
Construção	1.120.259	65	0	0	0	0	<b>1.120.324</b>
Instituições financeiras e seguradoras	957.610	1	11.510	0	1.304	16.662	<b>987.087</b>
Indústria	649.078	19	0	0	3	0	<b>649.100</b>
Vendas a retalho	392.209	0	5	35	0	0	<b>392.249</b>
Outros	604.723	4.408	1.150	3.383	5.448	835	<b>619.947</b>
Sector público	94.080	0	0	0	0	0	<b>94.080</b>
Particulares (sem ENI's)	3.428.242	354.086	12.599	25.584	33.382	15.045	<b>3.868.938</b>
<b>Total Exposição por Sector de Actividade / Áreas Geográficas</b>	<b>9.133.172</b>	<b>358.579</b>	<b>32.763</b>	<b>42.355</b>	<b>42.282</b>	<b>32.542</b>	<b>9.641.693</b>

## 12.2 Risco de Mercado

Entende-se por Risco de mercado a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A gestão do risco de mercado no Banif define-se como prudente e é monitorizada de forma contínua. Em base sistemática, os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados

pelo Órgão de Gestão. A sua actuação assenta em regras de funcionamento e controlo internas e nas normas emanadas pelos Órgãos de Supervisão.

### **12.2.1 Gestão do Risco de Mercado**

A política de gestão do risco de mercado no Banif caracteriza-se pela cobertura de risco nos activos de maior volatilidade, nomeadamente nos produtos de taxa fixa e taxa de câmbio das operações contratadas com clientes. As posições registadas na carteira de negociação do Banco incluem riscos de natureza cambial, taxa fixa e taxa variável cujas oscilações são relevadas contabilisticamente a preços de mercado.

São realizadas periodicamente análises de sensibilidade à taxa de juro, com recurso a cenários para medição do seu impacto ao nível da margem de juros e nos fundos próprios, de acordo com as recomendações do Órgão de Supervisão.

### **12.2.2 Análise do Risco de Mercado**

#### **a) Análise de sensibilidade à taxa de Juro**

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Banco a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos, sendo que, no exercício, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

Foram realizados no exercício testes de esforço ao risco de taxa de juro da carteira bancária, com base nas metodologias preconizadas na Instrução 19/2005 e Instrução 18/2007 do Banco de Portugal. A magnitude dos impactos simulados não é considerada significativa.

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros tem por base a análise efectuada para efeitos do reporte a entidades de supervisão. A análise considera um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro positiva ou negativa, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo, o Banco determina o impacto, nos seus indicadores, de outras magnitudes de choque.

Desta análise foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extrapatrimoniais que, por definição, não são afectados pelas variações ocorridas nas taxas de juro.

**Análise de sensibilidade Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes**

(valores expressos em milhares de Euros)

		<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>EUR</b>	Impacto na Situação Líquida	-45.188	-38.676
	Fundos Próprios	1.048.437	606.966
	<b>Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios</b>	<b>-4%</b>	<b>-6%</b>
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	18.143	-6.985
	Margem Financeira	189.205	169.431
	<b>Impacto na Margem Financeira anual, em %</b>	<b>10%</b>	<b>-4%</b>
<b>USD</b>	Impacto na Situação Líquida	2.972	1.084
	Fundos Próprios	1.048.437	606.966
	<b>Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-4.499	-1.164
	Margem Financeira	189.205	169.431
	<b>Impacto na Margem Financeira anual, em %</b>	<b>-2%</b>	<b>-1%</b>
<b>TOTAL</b>	Impacto na Situação Líquida	-42.216	-37.592
	Fundos Próprios	1.048.437	606.966
	<b>Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios</b>	<b>-4%</b>	<b>-6%</b>
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	13.644	-8.149
	Margem Financeira	189.205	169.431
	<b>Impacto na Margem Financeira anual, em %</b>	<b>7%</b>	<b>-5%</b>

Nota: os dados de 2008 acima apresentados não incluem o ex-BBCA.

**b) Análise de sensibilidade à taxa de câmbio**

O risco cambial representa o risco de que o valor de instrumentos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banif monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

A maior exposição resulta da carteira de crédito concedido a clientes e, centra-se nos USD, conforme divulgado no quadro seguinte, donde constam as exposições de risco de crédito por Moeda:

(Valores expressos em em milhares de Euros)

Moeda	2009
	Crédito
EUR	9.590.788
USD	41.074
GBP	3.559
JPY	3.988
CHF	2.224
DKK	55
SEK	5
<b>Total</b>	<b>9.641.693</b>

No quadro seguinte apresenta-se uma análise de sensibilidade à taxa de câmbio do Euro/USD quantificando-se o impacto nos fundos próprios resultante de variações de magnitude de +/-15%.

		(valores expressos em milhares de Euros)			
		2009			
<b>Activo</b>	472.820				
<b>Passivo</b>	604.634				
<b>Diferencial de posições</b>	(131.815)				
		<b>Variação</b>		<b>Impacto nos Fundos Próprios</b>	
<b>Montante de Swaps Cambiais USD</b>	194.498	<b>15%</b>	<b>-15%</b>	<b>15%</b>	<b>-15%</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>62.683</b>	<b>9.402</b>	<b>(9.402)</b>	<b>0,9%</b>	<b>-0,9%</b>

Considerando que o risco cambial EUR/USD encontra-se compensado por *Swaps* Cambiais, verificamos que o impacto nos fundos próprios decorrente da variação de +/- 15 % mostra-se pouco significativa.

### c) Análise de sensibilidade aos riscos de preços

Atendendo à pouca relevância destes riscos no conjunto da actividade do Banco, não são desenvolvidas análises globais de sensibilidade.

Reflectindo este reduzido peso em termos relativos, o Banco está a fazer uso da disposição constante da regulamentação do Banco de Portugal (cf. DL 103/2007), que permite que os requisitos de capital relativos à carteira de negociação sejam calculados de acordo com os requisitos de capital para risco de crédito, caso se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a actividade da carteira de negociação não ser normalmente superior a 5% da actividade global;
- a exposição total da carteira de negociação ser normalmente inferior a 15 milhões de euros;
- a actividade da carteira de negociação não exceder 6% da actividade global e o valor não ultrapassar os 20 milhões de euros.

## 12.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada no Grupo.

### 12.3.1 Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos Clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, têm garantido, apesar de uma redução generalizada dos níveis de liquidez no sistema financeiro, a estabilidade dos recursos, mantendo-se quer o *Liquidity Gap* quer o *Cumulative Gap* dentro dos limites aceitáveis para os vários períodos analisados.

Apesar da menor volatilidade dos mercados a partir da segunda metade do ano de 2009, a conjuntura dos mercados continuou a obrigar a um acompanhamento mais apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão diária mais eficiente.

### 12.3.2 Análise dos Risco de Liquidez

À semelhança do risco de taxa de juro, foram igualmente realizados testes de esforço relativos ao risco de liquidez.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Banif, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas e *stress testings* que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visem o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário. A magnitude dos impactos simulados permitiram concluir que a exposição a este risco é aceitável dado o enquadramento macro-económico verificado.

## a) Concentração de risco por data de maturidade

2009	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
<b>Passivo</b>	<b>2.072.263</b>	<b>1.808.881</b>	<b>1.843.414</b>	<b>1.852.104</b>	<b>2.712.226</b>	<b>632.077</b>	<b>10.920.965</b>
Recursos de IC's	343.540	78.101	369.064	1.088.116	845.631	0	2.724.452
Débitos para com Clientes	1.706.617	1.698.293	1.451.862	665.950	1.083.670	2	6.606.394
Débitos representados por Títulos	3.588	507	995	7.455	508.221	7.533	528.299
Passivos Subordinados	0	0	0	515	185.812	248.057	434.384
Outros Passivos	18.518	31.980	21.493	90.068	0	376.485	538.544
Provisões	0	0	0	0	88.892	0	88.892
Capital e reservas	0	0	0	0	0	647.650	647.650
<b>Total</b>	<b>2.072.263</b>	<b>1.808.881</b>	<b>1.843.414</b>	<b>1.852.104</b>	<b>2.712.226</b>	<b>1.279.727</b>	<b>11.568.615</b>
<b>Activo</b>							
Crédito sobre Ic's	653.647	35.646	57.843	44.142	0	16.383	807.661
Crédito sobre Clientes	673.014	929.373	1.076.140	1.585.096	2.257.416	3.120.654	9.641.693
Títulos de Rend fixo e variável	1	741	98.087	121.911	14.289	110.615	345.644
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	68.001	68.001
Outros Activos	474.685	0	0	197.539	0	33.392	705.616
<b>Total</b>	<b>1.801.347</b>	<b>965.760</b>	<b>1.232.070</b>	<b>1.948.688</b>	<b>2.271.705</b>	<b>3.349.045</b>	<b>11.568.615</b>
<b>2008</b>	<b>Até 1m</b>	<b>1-3m</b>	<b>3-6m</b>	<b>6-12m</b>	<b>1-5 A</b>	<b>&gt;5A</b>	<b>Total</b>
<b>Passivo</b>	<b>2.872.138</b>	<b>1.668.422</b>	<b>1.328.926</b>	<b>896.283</b>	<b>2.301.441</b>	<b>147.255</b>	<b>9.214.465</b>
Recursos de IC's	458.819	256.148	237.119	339.761	1.474.565	49.758	2.816.170
Débitos para com Clientes	2.194.051	1.297.267	1.078.256	519.503	550.722	-	5.639.799
Débitos representados por Títulos	3.626	2.896	13.351	4.487	12.211	7.497	44.068
Passivos Subordinados	-	-	-	-	180.129	90.000	270.129
Outros Passivos	215.642	112.111	200	32.532	16.881	-	377.366
Provisões	-	-	-	-	66.933	-	66.933
Capital e reservas	-	-	-	-	-	346.181	346.181
<b>Total</b>	<b>2.872.138</b>	<b>1.668.422</b>	<b>1.328.926</b>	<b>896.283</b>	<b>2.301.441</b>	<b>493.436</b>	<b>9.560.646</b>
<b>Activo</b>							
Crédito sobre Ic's	859.361	48.190	62.566	15.314	-	-	985.431
Crédito sobre Clientes	711.722	1.009.844	914.400	1.356.816	1.681.036	1.967.406	7.641.224
Títulos de Rend fixo e variável	34.855	53.400	34.833	106.941	1.426	42.603	274.058
Participações e Imobilizações	-	-	-	-	-	58.931	58.931
Outros Activos	400.543	3.009	2.408	115.503	6.116	73.423	601.002
<b>Total</b>	<b>2.006.481</b>	<b>1.114.443</b>	<b>1.014.207</b>	<b>1.594.574</b>	<b>1.688.578</b>	<b>2.142.363</b>	<b>9.560.646</b>

Nota: os dados de 2008 acima apresentados não incluem o ex-BBCA.

A análise dos desfasamentos (*Gap*) verificados entre os prazos de refixação ou revisão das taxas de juro dos instrumentos financeiros considerados, permite também verificar concentrações de riscos de taxa de juro nos vários prazos.

**2009**

(valores Expressos em milhares de Euros)

	<b>Gap</b>	<b>Gap Acumulado</b>	<b>% Gap/ Total Activo</b>	<b>% Gap Acumulado/ Total Activo</b>
<b>Até 1m</b>	(270.916)	(270.916)	-2,3%	-2,3%
<b>1-3m</b>	(843.121)	(1.114.037)	-7,3%	-9,6%
<b>3-6m</b>	(611.344)	(1.725.381)	-5,3%	-14,9%
<b>6-12m</b>	96.584	(1.628.797)	0,8%	-14,1%
<b>1-5A</b>	(440.521)	(2.069.318)	-3,8%	-17,9%
<b>&gt;5A</b>	2.069.318	-	17,9%	0,0%

**2008**

(valores Expressos em milhares de Euros)

	<b>Gap</b>	<b>Gap Acumulado</b>	<b>% Gap/ Total Activo</b>	<b>% Gap Acumulado/ Total Activo</b>
<b>Até 1m</b>	(865.657)	(865.657)	-9,1%	-9,1%
<b>1-3m</b>	(553.978)	(1.419.635)	-5,8%	-14,8%
<b>3-6m</b>	(314.719)	(1.734.354)	-3,3%	-18,1%
<b>6-12m</b>	698.292	(1.036.062)	7,3%	-10,8%
<b>1-5A</b>	(612.864)	(1.648.926)	-6,4%	-17,2%
<b>&gt;5A</b>	1.648.926	-	17,2%	0,0%

Nota: os dados de 2008 acima apresentados não incluem o ex-BBCA.

Considerando o interesse do Banco em aperfeiçoar as metodologias que permitem desenvolver a actividade de medição e gestão dos vários riscos de balanço, concluiu-se no exercício, um projecto para a definição de metodologias que suportem um Modelo de *ALM – Asset and Liability Management* – mais avançado, o qual permitirá uma melhoria efectiva da actividade de gestão de activos passivos no Banif. Em 2010, as metodologias definidas serão alvo de implementação.

## 12.4 Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo riscos jurídicos.

A gestão e monitorização do risco operacional no Banif é desenvolvida por uma equipa dedicada ao à gestão e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução informática, ajustada à estrutura do Banco que permite uma recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

O conhecimento e a orientação para a identificação de focos de risco, de perdas potenciais e efectivas e a respectiva mitigação está presente em toda a estrutura organizacional do Banco através da acção dos Gestores *RO*, colocados na maior parte dos órgãos centrais e comerciais do Banco, participando regularmente no reporte de eventos desta natureza.

Os eventos constantes da base de dados são avaliados, identificando as situações de risco mais significativas que deram ou podem vir a dar origem a perdas financeiras, possibilitando assim à identificação de acções de melhoria e de mitigação que, progressivamente, vão melhorando a segurança de processos e operações.

### 13. Compliance

No exercício em apreço a Direcção de *Compliance* (DCO) prosseguiu as suas actividades em linha com o plano de acção e prioridades estabelecidas no Programa de *Compliance* 2008/ 2009 do Banif.

A estrutura da DCO contempla três Gabinetes com missões específicas, o Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais, com responsabilidades em matéria prevenção deste tipo de ilícitos e ainda do financiamento do terrorismo, o Gabinete de Controlo de Cumprimento – Intermediação Financeira, especificamente direccionado para o acompanhamento das actividades de intermediação financeira e o Gabinete de *Compliance*, vocacionado para as matérias de conduta em mercado e com competências de *compliance* de espectro mais genérico.

Na esfera das suas atribuições, o Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais (GPBC), a par das suas actividades recorrentes de monitorização da actividade transaccional de Clientes e Contrapartes, participou no processo de implementação das aplicações informáticas de monitorização e filtragem que decorreu ao longo de 2009 e que vem potenciar a eficácia das políticas do Banif nesta matéria.

Ainda neste domínio da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, o GPBC, em articulação com a DOQ, ultimou o processo de revisão do normativo e procedimentos internos, face às novas exigências legais e à referida implementação das novas aplicações informáticas, e tem acompanhado o desenvolvimento dos processos de fiabilização da Base de Dados de Clientes do Banco.

Em matéria de intermediação financeira, a actividade do Gabinete de Controlo de Cumprimento (GCC) centrou-se prioritariamente na revisão da norma de conduta aplicável ao exercício de actividades de intermediação financeira e na definição de um sistema de controlo interno responsável por acompanhar e avaliar periodicamente a eficácia dos processos, políticas, procedimentos e normas internas aplicáveis ao exercício destas actividades.

A norma de conduta aplicável ao exercício de actividades de intermediação financeira assume uma natureza complementar ao Código do Conduta do Banif, procurando responder à maior complexidade e às particularidades do quadro legal e regulamentar aplicável ao mercado de capitais, designadamente em termos de regras e requisitos de segregação de funções, conflitos de interesses, realização de operações pessoais, benefícios ilegítimos (*inducements*), defesa do mercado e protecção dos investidores.

A definição de um sistema de controlo interno próprio para a intermediação financeira pretende tornar mais eficiente o processo de detecção e correcção das deficiências e de avaliação e controlo dos riscos a que o Banif se encontra exposto na sua qualidade de intermediário financeiro, respondendo, quer aos requisitos legais de organização interna impostos pelo Código dos Valores Mobiliários, quer aos objectivos internos de cumprimento, desempenho e gestão de riscos.

O GCC assegurou igualmente a elaboração do Relatório de Avaliação do Sistema de Controlo Interno do Banif enviado à CMVM no final do primeiro semestre, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2007, com as alterações introduzidas pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2008.

As restantes actividades prosseguidas pelo GCC podem subdividir-se em duas grandes áreas: (i) colaboração e aconselhamento prestado a outras Unidades Orgânicas (UO) do Banco e (ii) acompanhamento das iniciativas regulatórias de organismos reguladores nacionais e internacionais.

No que se refere à colaboração com outras UO, salienta-se o envolvimento directo do GCC na formalização, junto da CMVM, do processo de comercialização de fundos de investimento e de negociação de acções na *Euronext Lisbon* através da banca electrónica (Banif@st) e na adaptação dos sistemas e dos procedimentos internos, com a finalidade de garantir a consistência da informação sobre concessão de crédito para investimento em valores mobiliários a reportar mensalmente à CMVM (Instrução da CMVM n.º 3/2008).

Relativamente ao acompanhamento de iniciativas regulatórias de organismos reguladores nacionais na área de intermediação financeira, importa destacar a elaboração do contributo do Banco no âmbito das consultas públicas da CMVM, n.º 11/2008 – proposta de Regulamento «sobre informação e publicidade sobre produtos financeiros complexos sujeitos à supervisão da CMVM» e - n.º 3/2009 – Certificação da Qualificação Profissional dos Intermediários Financeiros.

Refira-se ainda o acompanhamento da proposta do Ministério das Finanças e da Administração Pública de reformulação do actual modelo institucional de supervisão financeira, no âmbito do qual o Banif, através da Associação Portuguesa de Bancos, considerou oportuno transmitir um conjunto de observações relativas (i) à adopção de princípios de simplificação e integração da legislação e da regulamentação actual, (ii) ao reforço dos mecanismos de consulta prévia aos agentes de mercado sobre alterações legislativas ou regulamentares, (iii) à necessidade de aumentar a “*accountability*” das Autoridades de Supervisão e (iv) à redução dos custos da supervisão.

No que concerne a actividade do Gabinete de *Compliance* (GC), destacam-se as iniciativas desenvolvidas com vista ao alinhamento das práticas do Banco em matéria de conduta em mercado, planeamento fiscal, práticas comerciais desleais, protecção de dados pessoais e sanções internacionais, desenvolvendo um conjunto de princípios, políticas e propostas de normativo interno já aprovados ou em fase de aprovação pela Comissão Executiva à data de elaboração do presente documento.

Também com impacto no âmbito das atribuições do GC, o Banco de Portugal organizou, no ano em apreço, várias consultas públicas, nomeadamente em matéria de deveres de informação relativos ao preçário, crédito à habitação e comercialização de depósitos e de produtos financeiros complexos, o que determinou o envolvimento do GC na coordenação e elaboração dos respectivos contributos do Banco e, numa fase posterior, nos processos de alinhamento do preçário e da informação normalizada sobre produtos, em articulação com as Direcções competentes.

No domínio da formação, o GC tem vindo a desenvolver uma actividade recorrente nomeadamente no que respeita às acções de formação presencial (formação vestibular) sobre *compliance* e deveres de conduta – Código de Conduta do Banif – e à elaboração e actualização de conteúdos formativos, em formato *e-learning*.

Foram ainda concluídos os trabalhos de desenvolvimento da página de *compliance* no portal interno do Banco, que visa promover práticas de cumprimento e a divulgação interna de informação relevante para o desempenho diário dos Colaboradores do Banco nesta matéria, estando a sua disponibilização prevista para Março de 2010.

#### 14. Auditoria

No âmbito das suas funções, a Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI), assegurou a verificação e avaliação do controlo interno instituído, sobressaindo o aprimorar dos programas de trabalho para a auditoria operacional e o enfoque na auditoria contínua, dirigidos às Unidades de Negócio.

A evolução da perspectiva do Banco de Portugal, relativamente à eficácia e adequação do sistema de controlo interno e às exigências reconhecidas e aceites ao nível internacional, transposta na publicação do Aviso n.º 5/2008, levaram à revisão dos processos de análise de Prevenção de Fraude Interna anteriormente implementados, assim como à especialização da actividade de auditoria contínua no âmbito da revisão do controlo interno.

Em resultado da experiência acumulada intensificou-se a planificação e estruturação das acções de auditoria interna, com enfoque no objectivo de desempenho, informação e *compliance*, aproveitando as sinergias advindas da implementação da “Matriz dos Riscos e Controlos Relevantes por Áreas Funcionais” ao nível do controlo interno. Além disso, foram estruturadas as verificações por tipos de risco, num esforço tendente a racionalizar a operacionalidade e a manutenção de acções de auditoria por todo o território nacional.

O Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI) garantiu o acompanhamento do controlo e análise do funcionamento dos sistemas informáticos geridos pela BanifServ, focando, em especial, a qualidade e segurança dos serviços prestados.

Este Gabinete integra dois grupos de trabalho, um primeiro ligado à Polícia Judiciária – Secção Central de Investigação da Criminalidade de Alta Tecnologia e um segundo Interbancário, ambos ligados ao combate à Fraude Electrónica.

O Gabinete de Auditoria Operacional e Inspeção (GAOI) garantiu, através de acções de auditoria presencial, distância e contínua, um suporte à monitorização do risco operacional nas estruturas comerciais, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo interno.

Do plano anual de actividades para 2009, constaram acções como:

- auditorias a Unidades de Negócio (Agências /Centros de Empresa);
- auditoria aos Serviços Centrais;
- auditorias aos Sistemas de Informação.

Foram realizadas as seguintes auditorias:

Unidades de Negócio	422
Serviços Centrais	13
Sistemas de Informação	12
	447

Todas as acções executadas foram objecto de planeamento, revisão dos papéis de trabalho e relatório. De acordo com o circuito de relatórios instituído, todos estes foram alvo de Despacho da Comissão Executiva e obtiveram acompanhamento dos órgãos auditados, ou que foram envolvidos nas recomendações, tendo sido devidamente arquivados, uma vez verificadas as acções correctivas às anomalias identificadas.

Foram, também, realizadas acções de formação em Auditoria Bancária, de acordo com o plano de formação anual, com o objectivo de desenvolver as competências profissionais do pessoal afecto à DAI.

Assim, a Direcção, através do conjunto de acções desenvolvidas pelo Gabinete de Auditoria Operacional (GAOI) e pelo Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI), assegurou um adequado contributo para a revisão do controlo interno instituído.

## 15. Provedoria do Cliente

O Gabinete de Provedoria do Cliente (GPC), integra a estrutura orgânica e funcional do Banif, e tem a função de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Banif aos seus Clientes e Não Clientes, através da apreciação das Sugestões e Reclamações dos mesmos, quer sejam estas efectuadas junto das Unidades de Negócios e/ou Serviços Centrais do Banco, quer junto da CMVM, Banco de Portugal, Mediador do Crédito e ou Organizações de Defesa dos Consumidores.

Desde a data da sua constituição, em 2006, a actividade do Gabinete de Provedoria do Cliente vem registando um aumento crescente, a que não é alheio o significativo alargamento da rede de Unidades de Negócio (Agências e Centros de Empresas) verificado no decurso dos anos em apreço, como se indica no quadro:

ANO	U.N's		Sugestões & Reclamações	
	Nº	%	Nº	%
2006*	222	... ..	497	... ..
2007*	262	15%	907	45%
2008*	316	17%	1.573	42%
2009*	342	8%	1.761	11%
2009**	394	20%	2.107	25%

\* Só BANIF

\*\* No início de 2009 a fusão do Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA) por incorporação no Banif, determinou o acréscimo de 52 U.N's. e de 346 Sugestões & Reclamações;

Das Reclamações recebidas em 2009 constatou-se que assistia razão aos Clientes em 342 processos, enquanto em 1159 processos não foi reconhecido fundamento à reclamação recebida. Encontram-se ainda em fase de apreciação 606 processos.

Relativamente à matéria versada, em 2009, o Quadro de Reclamações, por ordem decrescente de processos constituídos, é o seguinte:

- 1- Banif@st
- 2- Contas
- 3- Cartões
- 4- Crédito à Habitação
- 5- Cheques
- 6- Preçário
- 7- Responsabilidades
- 8- Seguros
- 9- Transferências
- 10- Atendimento

As Reclamações tratadas determinaram a formulação de 4 propostas de medidas correctivas e/ou preventivas, que deram origem a procedimentos ou decisões adoptados pelo Banco.

No final de 2009, o Gabinete de Provedoria do Cliente viu renovada a sua Certificação da Qualidade, sendo este mais um factor decisivo na melhoria da imagem do Banco junto dos seus Clientes.

### III. ANÁLISE ÀS CONTAS

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, referentes aos períodos em análise, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, o Banif incorporou por fusão o Banco Banif e Comercial dos Açores, SA, instituição líder do mercado da Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, e para que as demonstrações financeiras sejam directamente comparáveis nos períodos em causa, foram preparados elementos contabilísticos pró-forma para 2008, em base IAS/IFRS, que espelham adequadamente o contributo do Banif, com a inclusão do BBKA, para as contas consolidadas do Banif - Grupo Financeiro.

A análise daqueles elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2009, do qual se destaca:

- O Lucro Líquido ascendeu a 28,5 milhões de Euros no final de 2009, um decréscimo de 12,8% quando comparado com o final de 2008;
- Os Capitais Próprios elevaram-se a 699,4 milhões de euros, um crescimento de 46,3% face a 2008;
- A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 4,84% enquanto que a Rendibilidade do Activo (ROA) ascendeu a 0,25%, contra 7,36% e 0,33%, respectivamente, em 2008.

#### Demonstração de Resultados

Apesar da crise sem precedentes iniciada em 2008, criando condições adversas nos mercados financeiros, que originaram uma escassez generalizada de recursos fruto da volatilidade dos mercados, o Banif alcançou um desempenho positivo, medido pela evolução do Produto de Actividade, que variou + 9,6% e pela expansão do Activo Líquido, com uma subida de 6,9%.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou um crescimento de 8,6% face ao final de 2008, elevando-se a 231,3 milhões de euros. No entanto, a Margem Financeira, excluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, evidencia um decréscimo de 9,1%, passando de 210,1 milhões de euros, em 2008, para 191,0 milhões de euros em 2009, em resultado de uma diminuição da margem de intermediação financeira, que passou de 2,25% para 1,94% ao longo de 2009. Na actual conjuntura de descida continuada das taxas de juro, a Margem Financeira foi também penalizada devido à estrutura temporal das carteiras activas e passivas, na medida em que o prazo médio de revisão de taxas activas é inferior ao prazo médio da revisão das taxas passivas. Estima-se que a margem financeira unitária tenha perdido cerca de 30 b.p. entre os períodos em análise, devido ao *mismatch* de prazos de revisão de taxa entre as carteiras activas e passivas.

A Margem Financeira inclui, na componente de Rendimento de Instrumentos de Capital, 39,6 milhões de euros respeitantes a dividendos recebidos da Sociedade Numberone SGPS, Lda,

veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif - Grupo Financeiro.

Os Lucros de Operações Financeiras registaram, no final de 2009, um acréscimo de 5,4 milhões de euros, face a igual período de 2008, situando-se em 4,5 milhões de euros. Para este resultado é de salientar a contribuição das mais-valias realizadas na venda da participação na Via Litoral, no valor de 2,6 milhões de euros, contabilizada na rubrica “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, da valorização da carteira de títulos ao justo valor em 6,7 milhões de euros, relevados na rubrica “Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de Resultados”, dos ganhos cambiais em 1,8 milhões de euros, e o registo de menos valias no valor de 7 milhões de euros resultante da diferença entre o valor de balanço e o valor de venda de créditos cedidos.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Comissões por Prestação de Serviços e Reembolso de Despesas, evidenciam um acréscimo de 5,7%, quando comparados com o ano de 2008, atingindo 88,7 milhões de euros, o que traduz a eficiência na prestação de serviços a uma base de clientes mais alargada.

Esta rubrica inclui também o resultado de +1,9 milhões de euros com o desconhecimento da participação na Companhia de Seguros Açoreana (CSA), efectuada em 2009, na sequência da reorganização da estrutura accionista daquela entidade. Esta reorganização consistiu na troca das participações que o Grupo detinha no capital da CSA, através da Banif SGPS e Banif com 33,62% e 14,07%, respectivamente, por participações equivalentes no capital da Rentipar Seguros SGPS, SA *holding* que passou a deter directamente 100% do capital da CSA. Esta operação concretizou-se através de um aumento de capital da Rentipar Seguros SGPS, SA integralmente subscrito pela Banif SGPS e Banif, que passaram a deter 33,62% e 14,07%, respectivamente, realizado pelas duas entidades com entradas em espécie consistentes nas acções que os subscritores do aumento detinham directamente no capital social da CSA. O Banif subscreveu 1.845.000 novas acções da Rentipar Seguros SGPS, com o valor nominal unitário de € 5,00 e com o valor nominal global de € 9.225.000,00, contra a entrega de 1.610.897 acções ordinárias, com o valor nominal unitário de € 5,00, que possuía no capital social da CSA.

O Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, pelos Lucros de Operações Financeiras e pelas Comissões e Outros Resultados Líquidos, cresceu 9,6%, totalizando 324,6 milhões de euros.

Apesar do crescimento orgânico do Banco, os custos de funcionamento, que compreendem os Custos com o Pessoal, os Gastos Gerais Administrativos e as Amortizações, ascenderam a 207,0 milhões de euros, mantendo o mesmo nível verificado no exercício de 2008. Durante o ano de 2008, os custos de funcionamento foram particularmente agravados pelos encargos com o *rebranding* e sua divulgação, com a celebração do 20º aniversário do Banif - Grupo Financeiro, e com a preparação da fusão do BBKA no Banif.

Os Custos com o Pessoal, que se elevaram a 113,1 milhões de euros, cresceram 4,9%, em relação ao ano anterior, em resultado da actualização salarial e encargos decorrentes com a progressão de carreiras, conforme previsto no ACTV para o sector, e do reforço do quadro de pessoal em 86 colaboradores, para um total de 2.656 no final de 2009.

Os Gastos Gerais Administrativos atingiram 78,3 milhões de euros, reflectindo uma descida de 9,8% relativamente ao final de 2008, no qual, como já referido, se registaram os custos com o *rebranding*, aniversário do Banif - Grupo Financeiro e preparação da fusão do BBKA no Banif. Por seu turno, as Amortizações apresentaram, no período, um crescimento de 27,3%, que decorre principalmente de investimentos e obras de adaptação realizados em edifícios alugados, em consequência da expansão da rede de agências. Foram abertas 29 novas agências durante o exercício findo, passando a rede comercial do Banif para 410 agências no final do ano de 2009.

Como resultado da contenção dos custos de funcionamento, o rácio “*Cost to Income*” exprime um acréscimo de eficiência de 6,8 p.p. (excluindo amortizações) e 6,1 p.p. (incluindo amortizações), tendo passado de 65,76% e de 69,88%, no final de 2008, para 58,99% e para 63,78%, respectivamente, no final de 2009.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 133,1 milhões de euros, no final de 2009, um crescimento de 31,3% quando comparado com o alcançado no final do ano anterior.

As Provisões e Imparidade, Líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS, conforme referido na introdução a esta análise, totalizaram 97,3 milhões de euros, no final de 2009, como reflexo da deterioração da actual conjuntura macro-económica nacional e internacional, que obrigou a uma política de maior prudência na avaliação de alguns coeficientes de análise colectiva da imparidade de crédito.

Os impostos do exercício, que compreende os impostos correntes e os impostos diferidos, estão influenciados com o regime fiscal específico que incide sobre os dividendos obtidos, conforme anteriormente referido, e com ao saldo de proveitos por impostos diferidos, em consequência, principalmente, de prejuízos fiscais reportáveis.

Deste modo, o Lucro Líquido depois de impostos do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, ascendeu a 28,5 milhões de euros, em base IAS/IFRS, menos 12,8% do que o resultado obtido em final de 2008, de 32,7 milhões de euros.

A principal razão para a divergência dos resultados do exercício em base IAS/IFRS e em NCA's deve-se à diferença entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 100,6 milhões de euros (61,1 milhões de euros em 2008), e a imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 97,3 milhões de euros (49,9 milhões de euros no exercício de 2008).

## **Balanço**

Como resultado da estratégia que tem vindo a ser implementada a actividade do Banif SA, durante o ano de 2009 caracterizou-se por:

- crescimento do Activo Líquido em 6,9%;
- aumento da carteira de crédito em 5,3%;
- crescimento dos Recursos de Clientes, em Balanço, em 6,3%.

O Activo Líquido, que alcançou 11.546,6 milhões de euros no final de 2009, apresentou um acréscimo de 6,9% relativamente ao ano anterior.

A rubrica “Crédito a Clientes” apresentou um valor bruto de 9.940,9 milhões de euros, representando um aumento de 5,3% quando comparado com o final de 2008. Apesar do abrandamento verificado na concessão de crédito, devido à actual conjuntura económica, o crédito à habitação, que constituiu, no final de 2009, 72,8% da carteira de crédito a Particulares, e 31,0% da carteira total de crédito, contribuiu com um incremento de 9,4% enquanto a carteira de Crédito a Empresas, que no mesmo período, representava 57,0% do total do crédito, em valores brutos, contribuiu com um crescimento de 7,3%. O quadro seguinte compara o saldo do crédito concedido a clientes no final dos períodos em análise:

(milhões de Euros)	Dez-09	Dez-08	Varição
<b>Particulares</b>			
Crédito imobiliário	3.086	2.822	9,4%
<i>Do qual titularizado</i>	2.480	1.545	60,5%
Crédito ao consumo	391	384	1,8%
Outros	759	892	-14,9%
<b>Total Particulares</b>	<b>4.237</b>	<b>4.099</b>	<b>3,4%</b>
<b>Empresas</b>			
Desconto	333	469	-28,9%
Empréstimos	2.366	2.111	12,1%
Contas Correntes	2.472	2.068	19,6%
Outros	498	636	-21,7%
<b>Total Empresas</b>	<b>5.670</b>	<b>5.283</b>	<b>7,3%</b>
Juros a receber e vencidos	35	55	-37,3%
<b>Total Crédito Bruto</b>	<b>9.941</b>	<b>9.437</b>	<b>5,3%</b>
Imparidade de Crédito	304	217	39,7%
<b>Total Crédito Líquido</b>	<b>9.637</b>	<b>9.220</b>	<b>4,5%</b>

Apesar da criteriosa selecção e acompanhamento do risco de crédito, a manutenção da conjuntura económica pouco favorável com o agravamento do nível de incumprimento do crédito às empresas têm afectado os níveis de qualidade da Carteira de Crédito, expressos num rácio de “Imparidade/Crédito Total” de 3,05% (2,30% em 31 de Dezembro de 2008) e um rácio de “Crédito em Incumprimento/Crédito Total” de 2,66% (1,80% em 31 de Dezembro de 2008), calculado de acordo com as NCA.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se uma descida de 9,4 milhões de euros originada pela diminuição de 100,6 milhões de euros na carteira de instrumentos de capital de residentes e do aumento de 93,4 milhões de euros na carteira de dívida não subordinada.

A carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, que totalizava 124,3 milhões de euros, apresentou um aumento de 40 milhões de euros no final de 2009, quando comparado com o final de 2008, explicada sobretudo pela aquisição de títulos das operações de securitização de crédito hipotecário *Atlantes Mortgage* N° 4 e *Atlantes Mortgage* N° 5.

Na actual conjuntura económico-financeira que tem condicionado o normal funcionamento dos mercados, o Banif tem conseguido manter níveis adequados de liquidez diversificando a sua estrutura de recursos financeiros. Ao nível do *funding* captado, salienta-se o aumento verificado nos Recursos de Bancos Centrais, no montante de 223 milhões de euros, devido à realização de operações de crédito no Eurosistema (operações de cedência de liquidez) em condições mais favoráveis, colateralizadas com as obrigações emitidas no âmbito das operações de securitização. Por outro lado, o saldo de Recursos de Outras Instituições de Crédito diminuiu 278,8 milhões de euros.

	Milhões de Euros				
	2009	Est.	2008	Est.	Variação
Recursos de Bancos Centrais	1.103	10,7%	880	8,9%	25,5%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	1.621	15,7%	1.900	19,2%	-14,7%
Recursos de Clientes	7.156	69,2%	6.728	68,0%	6,4%
Passivos Financeiros	29	0,3%	45	0,5%	-35,0%
Passivos Subordinados	434	4,2%	336	3,4%	29,2%
<b>Total de funding</b>	<b>10.344</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.889</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,6%</b>

Os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor, ascenderam a 7.156 milhões de euros, mais 6,4%, quando comparado com o final de 2008.

Os Depósitos de Clientes diminuíram 0,8%, devido à quebra registada principalmente em Depósitos a Prazo, que diminuíram 101 milhões de euros, cerca de 2,1%. Os Depósitos à Ordem também apresentam uma descida de cerca 1,8%. Os Depósitos de Poupança, caracterizados principalmente por aplicações a prazos mais longos, subiram 17,4%, ou seja mais 89 milhões de euros.

(milhões de Euros)	Dez-09	Dez-08	Variação
<b>Depósitos de Clientes</b>	6.606	6.656	-0,8%
À ordem	1.190	1.211	-1,8%
A prazo	4.773	4.874	-2,1%
Poupança	600	511	17,4%
Outros	43	60	-27,3%
<b>Responsabilidades Representadas por Títulos</b>	529	44	1101,0%
<b>Passivos Financeiros ao Justo Valor</b>	20	28	-26,5%
<b>Recursos de Clientes</b>	<b>7.156</b>	<b>6.728</b>	<b>6,4%</b>

Durante o exercício de 2009 foi reembolsada uma emissão de Obrigações de caixa Banif SFE 2006-2009, no montante de 7,5 milhões de euros, pelo que a rubrica "Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados", apresentou um decréscimo de 7,3 milhões de euros, totalizando 20,0 milhões de euros no final de 2009.

Em Abril de 2009, e ao abrigo da Lei nº 60-A/2008, de 20 de Outubro e da Portaria nº 1219-A/2008, de 23 de Outubro, o Banco emitiu Obrigações Não Subordinadas com Garantia da República Portuguesa, no montante de 500 milhões de euros.

Durante o período em análise, o Banco emitiu obrigações subordinadas no montante total de 100 milhões de euros, contraiu empréstimos subordinados de 75 milhões de euros e reembolsou empréstimos subordinados no montante de 83,6 milhões de euros, concedidos pela Banif Finance, pelo que a rubrica "Passivos Subordinados" apresentou um acréscimo de 29,2%, totalizando 434,4 milhões de euros.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, atingiram os 699,4 milhões de euros no final de 2009, um aumento de 46,3% face ao registado no final de 2008, devido aos aumentos do capital social do Banco, no total de 200 milhões de euros, realizados pela Banif Comercial, SGPS.

Como resultado do reforço dos capitais próprios, acima referido, o Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, subiu para 13,23%, no final de 2009, face a 9,57%, no final de 2008. O Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS, e determinado de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situava-se em 13,10% no final de 2009 (9,80% em 31 de Dezembro de 2008), enquanto o rácio *Core Tier I* atingiu 8,93% (5,86% em 31 de Dezembro de 2008). Para o mesmo período, este rácio, calculado numa base consolidada do Banif e Banif Finance Ltd, entidade controlada pelo Banif e vocacionada para a emissão de dívida, em contas IAS/IFRS, situava-se em 13,89% (11,83% no final de 2008), enquanto o rácio *Core Tier I* atingiu 8,45% (5,81% no final de 2008).

Os Resultados Líquidos de 28,4 milhões de euros, conjugados com o aumento verificado ao nível da base de capital, representam um ROE de 4,84% (7,36% em 2008) e um ROA de 0,25% (0,33% em 2008), ambos calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Banco.

Como nota final, importa referir que no início de 2009 o Banif implementou uma nova aplicação de contabilidade, em bases tecnológicas modernas e acessível ao utilizador, e que proporcionou maiores funcionalidades e capacidades de análise e controlo da informação contabilística. Esta nova aplicação permitiu ainda a implementação interna de um novo plano de contas, totalmente estruturado e compatível com as IAS/IFRS. Estas medidas contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade da informação financeira produzida.

Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

milhares de Euros

	31-Dez-09	31-Dez-08 (1)	Variação	
			Absoluta	%
<b>Balço</b>				
Activo Líquido	11.546.621	10.805.977	740.644	6,9%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	9.940.935	9.436.954	503.981	5,3%
Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Títulos)	7.155.098	6.728.243	426.855	6,3%
Capitais Próprios	699.391	477.901	221.490	46,3%
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Margem Financeira (incl. Rendimento de Instrumentos de Capital)	231.320	213.052	18.268	8,6%
Lucro de Operações Financeiras	4.532	(951)	5.483	576,6%
Outros Proveitos Líquidos	88.743	83.984	4.759	5,7%
Produto da Actividade	324.595	296.085	28.510	9,6%
Custos Administrativos	(191.481)	(194.694)	3.213	-1,7%
Cash-Flow	133.114	101.391	31.723	31,3%
Amortizações do exercício	(15.532)	(12.198)	(3.334)	27,3%
Provisões / Imparidade	(97.385)	(49.875)	(47.510)	95,3%
Resultados antes de Impostos	20.197	39.318	(19.121)	-48,6%
Impostos	8.298	(6.635)	14.933	225,1%
Resultado do Exercício	28.495	32.683	(4.188)	-12,8%
<b>Outros Indicadores</b>				
Imparidade de crédito/Crédito Total	3,05%	2,30%	-	-
Resultados antes de Impostos / Activo Líquido Médio	0,18%	0,40%	-	-
Produto Bancário / Activo Líquido médio	2,90%	3,22%	-	-
Resultados antes de Impostos / Capitais Próprios Médios	3,43%	8,86%	-	-
Cost to Income (Excluindo amortizações)	58,99%	65,76%	-	-
Cost to Income	63,78%	69,88%	-	-
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	34,86%	36,42%	-	-
ROE	4,84%	7,36%	-	-
ROA	0,25%	0,33%	-	-
Rácio de Solvabilidade <i>Core Criteria</i> de Basileia)	13,10%	9,80%	-	-
Tier 1 ( <i>Core Criteria</i> de Basileia)	8,93%	5,86%	-	-
Nº de empregados	2.656	2.570	86	3,3%
Nº de Agências Bancárias	410	381	29	7,6%
<b>Outros Indicadores conforme Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal</b>				
Crédito em Incumprimento / Crédito Total	2,66%	1,80% (2)	-	-
Crédito em Incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido	0,67%	0,57% (2)	-	-
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	13,23%	9,57%	-	-
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	8,22%	4,99%	-	-

(1) Pró Forma Banif + BBKA

(2) Não inclui BBKA

#### IV. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

##### Considerando que:

1. No exercício de 2009, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado de EUR 23.668.593,16.
2. Tem sido política da sociedade proceder a uma distribuição adequada de lucros pelos seus accionistas, em face dos resultados obtidos e da sua necessidade de autofinanciamento;
3. São salvaguardadas todas as disposições estatutárias e legais, nomeadamente, os artigos 32.º e 33.º do Código das Sociedades Comerciais e o art.º 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;

##### O Conselho de Administração propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, a seguinte aplicação de Resultados:

Para Reserva Legal	EUR	2.366.859,32
Para distribuição de dividendos	EUR	21.247.640,00 (*)
Para Reservas Livres	EUR	<u>54.093,84</u>
TOTAL	EUR	23.668.593,16

(\*) Corresponde a um dividendo de EUR 0,1877 por acção

## V. NOTA FINAL

Em Assembleia Geral Anual da Sociedade, realizada em 31 de Março de 2009, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Remunerações, para o triénio 2009-2011, bem como o Revisor Oficial de Contas para o ano 2009.

Ainda na Assembleia Geral Anual da Sociedade, realizada em 31 de Março de 2009, foi deliberado o aumento de capital social da sociedade em € 50.000.000,00, realizado de imediato, por entrada em dinheiro do accionista único Banif Comercial SGPS, SA, tendo então passado de € 366.000.000,00 para € 416.000.000,00.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de Setembro de 2009, foi deliberado o aumento de capital social da sociedade em € 150.000.000,00, realizado de imediato, por entrada em dinheiro do accionista único Banif Comercial SGPS, SA, tendo então passado de € 416.000.000,00 para € 566.000.000,00.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de Outubro de 2009, foi alterado o número de membros para integrar o Conselho de Administração no mandato correspondente ao triénio 2009/2011, de dez para onze, tendo sido eleito, para o exercício de funções no referido mandato, o Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes.

Assim, é a seguinte a composição actual dos órgãos sociais e estatutários:

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Prof. Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha  
**Secretário:** Dr. Miguel José Luís de Sousa

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Comendador Horácio da Silva Roque  
**Vice-Presidente** Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos  
**Vice-Presidente** Dr. Carlos David Duarte de Almeida  
Dr. António Manuel Rocha Moreira  
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz  
Dr. José Marques de Almeida  
Dr. José António Machado de Andrade  
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos  
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira  
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

### **CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida  
**Vogais Efectivos:** Dr. António Ernesto Neto da Silva  
Dr. José Lino Tranquada Gomes  
**Vogal Suplente:** Dr. José Pedro Lopes Trindade

## **COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES**

Rentipar Financeira SGPS, SA  
representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade  
Fundação Horácio Roque  
representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal  
Fabbro  
Renticapital - Investimentos Financeiros, SA  
representada pelo Sr. Vítor Hugo Simons

No dia 4 de Março de 2010, o Presidente do Conselho de Administração, Comendador Horácio Roque, sofreu um acidente vascular cerebral, que resultou no seu imediato internamento hospitalar, com prognóstico reservado, situação que se mantém até à presente data.

Neste momento particularmente difícil e de grande consternação, cabe ao Conselho de Administração do Banif materializar o sentimento generalizado dos seus Colaboradores, manifestando ao Comendador Horácio Roque e seus familiares toda a solidariedade e os mais empenhados votos de uma rápida e completa recuperação.

De acordo com os escassos dados médicos conhecidos, não se prevê, a curto prazo, o regresso do Comendador Horácio Roque ao exercício das suas actividades profissionais.

No entanto, o Banif - Grupo Financeiro dispõe de uma estrutura organizacional sólida, preparada para fazer face a contingências, desta ou de qualquer outra natureza, pelo que a ausência do Comendador Horácio Roque, que se deseja tão curta quanto possível, não terá consequências na gestão do Grupo, ou de qualquer das suas empresas, para além da falta do seu sempre valioso e importante contributo pessoal na definição da estratégia global do Grupo e na condução dos seus negócios.

A terminar o seu relatório sobre as actividades desenvolvidas em 2009, o Conselho de Administração manifesta ao Conselho Fiscal e ao Conselho Consultivo o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre recebeu daqueles órgãos da Sociedade.

### **Declarações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários**

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Funchal, 11 de Março de 2010

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Comendador Horácio da Silva Roque – Presidente**  
(*não assina por impossibilidade objectiva, conforme explicitado supra*)

**Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos – *Vice-Presidente***

**Dr. Carlos David Duarte de Almeida – *Vice-Presidente***

**Dr. António Manuel Rocha Moreira**

**Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz**

**Dr. José Marques de Almeida**

**Dr. José António Machado de Andrade**

**Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos**

**Engº Diogo António Rodrigues da Silveira**

**Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida**

**Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes**

## VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1 - Balanço

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009		31-12-2008	31-12-2008
		Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido Pró Forma Banif + BBCA
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	277.145	-	277.145	291.361
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	51.774	-	51.774	91.098
Activos financeiros detidos para negociação	7	10.068	-	10.068	17.270
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	223.158	-	223.158	232.563
Activos financeiros disponíveis para venda	9,20	128.756	(16.338)	112.418	79.813
Aplicações em instituições de crédito	10	755.891	(4)	755.887	508.320
Crédito a clientes	11	9.838.755	(197.062)	9.641.693	9.220.566
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura	12	878	-	878	-
Activos não correntes detidos para venda	13,20	55.617	(2.277)	53.340	63.000
Propriedades de investimento	14,20	28.454	(1.212)	27.242	25.578
Outros activos tangíveis	15	128.579	(66.595)	61.984	60.192
Activos intangíveis	16	41.032	(35.447)	5.585	7.202
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	432	-	432	8.972
Activos por impostos correntes	18	467	-	467	13.042
Activos por impostos diferidos	18	38.657	-	38.657	28.350
Outros activos	19,20	311.887	(4.000)	307.887	185.566
<b>Total do Activo</b>		<b>11.891.550</b>	<b>(322.935)</b>	<b>11.568.615</b>	<b>10.832.883</b>
Recursos de Bancos Centrais	21	-	-	1.103.424	879.509
Passivos financeiros detidos para negociação	22	-	-	8.847	17.251
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	23	-	-	20.404	27.746
Recursos de outras instituições de crédito	24	-	-	1.621.028	1.899.864
Recursos de clientes e outros empréstimos	25	-	-	6.606.394	6.656.429
Responsabilidades representadas por títulos	26	-	-	528.299	44.068
Passivos financeiros associados a activos transferidos	27	-	-	293.093	322.491
Derivados de cobertura	12	-	-	319	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	28	-	-	88.892	84.047
Passivos por impostos correntes	18	-	-	395	4.333
Passivos por impostos diferidos	18	-	-	375	2.634
Instrumentos representativos de capital	29	-	-	50.000	-
Outros passivos subordinados	29	-	-	434.384	336.136
Outros passivos	30	-	-	165.111	125.750
<b>Total do Passivo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.920.965</b>	<b>10.400.258</b>
Capital	31	-	-	566.000	341.892
Prémios de emissão	31	-	-	451	451
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Acções próprias		-	-	-	-
Reservas de reavaliação	31	-	-	2	4.077
Outras reservas e resultados transitados	31	-	-	57.528	63.274
Resultado do exercício	31	-	-	23.669	22.931
Dividendos antecipados		-	-	-	-
<b>Total do Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>647.650</b>	<b>432.625</b>
<b>Total do Passivo + Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.568.615</b>	<b>10.832.883</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 2 - Demonstração de Resultados

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2008
		NCA	NCA Pró Forma Banif + BBCA	NCA
Juros e rendimentos similares	32	621.659	795.118	695.728
Juros e encargos similares	32	(432.454)	(587.039)	(526.297)
<b>Margem financeira</b>		<b>189.205</b>	<b>208.079</b>	<b>169.431</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	33	40.326	3.004	2.629
Rendimentos de serviços e comissões	34	73.372	68.777	57.893
Encargos com serviços e comissões	34	(10.461)	(8.012)	(5.087)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	6.736	(4.673)	(3.679)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	35	4.598	4.950	(594)
Resultados de reavaliação cambial	35	1.843	1.373	1.080
Resultados de alienação de outros activos	36	(8.625)	(2.601)	(2.214)
Outros resultados de exploração	36	22.877	23.745	19.582
<b>Produto bancário</b>		<b>319.871</b>	<b>294.642</b>	<b>239.041</b>
Custos com pessoal	37	(112.109)	(108.227)	(87.245)
Gastos gerais administrativos	38	(78.343)	(86.867)	(71.895)
Amortizações do exercício	14,15,16	(15.532)	(12.198)	(10.089)
Provisões líquidas de reposições e anulações	28	(201)	(6.682)	(5.541)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	10,11	(89.369)	(50.027)	(44.665)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20	(12.704)	(2.523)	(2.122)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	1.660	(1.907)	(943)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>13.273</b>	<b>26.211</b>	<b>16.541</b>
Impostos		10.396	(3.280)	(1.272)
Correntes	18	247	(5.734)	(4.333)
Diferidos	18	10.149	2.454	3.061
<b>Resultado após impostos</b>		<b>23.669</b>	<b>22.931</b>	<b>15.269</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>23.669</b>	<b>22.931</b>	<b>15.269</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 3 - Demonstração do Rendimento Integral

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SADEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRALEM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Resultado Líquido	31	23.669	15.269
Ganhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	31	(2.527)	2.638
Impostos de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	31	644	(673)
Regime transitório Aviso nº 12/2001	3.13	91	(2.696)
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		<u>21.877</u>	<u>14.538</u>

**O Técnico Oficial de Contas****O Conselho de Administração**

## 4 - Demonstração de Variações em Capitais Próprios

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Prêmios de Emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31-12-2008	31	290.000	451	-	1.885	38.576	15.269	346.181
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	31	-	-	-	-	15.269	(15.269)	-
Integração do BBICA	31	76.000	-	-	-	3.592	-	79.592
Aumento de capital	31	200.000	-	-	-	-	-	200.000
Rendimento integral					(1.883)	91	23.669	21.877
Saldos em 31-12-2009		<u>566.000</u>	<u>451</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>57.528</u>	<u>23.669</u>	<u>647.650</u>
Saldos em 31-12-2007	31	240.000	451	50.000	(80)	30.079	26.073	346.523
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	31	-	-	-	-	11.193	(11.193)	-
Distribuição de dividendos	31	-	-	-	-	-	(14.880)	(14.880)
Aumento de capital	31	50.000	-	(50.000)	-	-	-	-
Rendimento integral					1.965	(2.696)	15.269	14.538
Saldos em 31-12-2008		<u>290.000</u>	<u>451</u>	<u>-</u>	<u>1.885</u>	<u>38.576</u>	<u>15.269</u>	<u>346.181</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

## BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL	Notas	Pró Forma Banif + BBCA		
		31-12-2009	31-12-2008	31-12-2008
<b>Resultados de Exploração:</b>				
Resultado líquido do exercício	31	23.669	22.931	15.269
Correcções de valor associadas ao crédito	11	89.369	46.028	44.665
Perdas por imparidade	20	11.045	3.065	3.065
Provisões do exercício	28	201	12.044	5.541
Amortizações do exercício	14,15,16	15.532	12.198	10.089
Dotação para impostos do exercício	18	10.395	2.674	1.272
Derivados (líquido)	35	1.145	-	-
Dividendos reconhecidos	33	(40.326)	(3.003)	(2.629)
Juros pagos de passivos subordinados	32	12.491	18.068	14.960
		<u>123.521</u>	<u>114.005</u>	<u>92.232</u>
<b>Variação dos Activos e Passivos Operacionais:</b>				
Diminuição de activos financeiros detidos para negociação	7	7.202	(12.796)	(12.286)
Diminuição de activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	9.405	(112.979)	(116.760)
Aumento de activos financeiros disponíveis para venda	9	(45.307)	(49.633)	(48.970)
Aumento de aplicações em outras instituições de crédito	10	(247.566)	(53.624)	(124.276)
Aumento de empréstimos a clientes	11	(507.433)	(1.438.278)	(1.314.788)
Diminuição de activos não correntes detidos para venda	13	11.941	50.337	50.337
Aumento de outros activos	19	(86.081)	(164.599)	(145.673)
Aumento de recursos de bancos centrais	21	223.915	647.728	647.728
Diminuição de passivos financeiros detidos para negociação	22	(8.404)	4.831	4.439
Diminuição de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	23	(7.342)	(40.821)	(40.821)
Diminuição de recursos de outras instituições de crédito	24	(278.836)	(797.291)	(838.800)
Diminuição de recursos de clientes	25	(50.034)	1.988.690	1.991.704
Diminuição de passivos financeiros associados a activos transferidos	27	(29.398)	(34.697)	(34.697)
Diminuição de responsabilidades representadas por títulos	26	(15.769)	(23.421)	(23.421)
Aumento de outros passivos	30	33.668	14.468	28.085
Impostos sobre o rendimento	18	(14.324)	(22.698)	(23.097)
		<u>(1.004.364)</u>	<u>(44.783)</u>	<u>(1.296)</u>
Fluxos das actividades operacionais		<u>(880.843)</u>	<u>69.222</u>	<u>90.936</u>
<b>ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de subsidiárias	17	(350)	-	-
Alienação de subsidiárias	17	9.376	20.735	20.735
Aquisição de activos tangíveis	15	(11.852)	(19.247)	(17.783)
Alienação de activos tangíveis	15	-	182	-
Aquisição de activos intangíveis	16	(2.850)	(3.807)	(3.415)
Alienação de activos intangíveis	16	-	374	-
Aquisição de propriedades de investimento	14	(4.983)	(25.578)	(25.578)
Alienação de propriedades de investimento	14	1.887	-	-
Dividendos recebidos	33	326	2.629	2.629
Fluxos das actividades de investimento		<u>(8.446)</u>	<u>(24.712)</u>	<u>(23.412)</u>
<b>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>				
Aumento do capital social	31	200.000	50.000	50.000
Prestações suplementares	31	-	(50.000)	(50.000)
Dividendos distribuídos no exercício	31	-	(21.937)	(14.880)
Emissão de passivos subordinados	29	175.000	50.000	40.000
Reembolso de passivos subordinados	29	(75.025)	(8.607)	(8.607)
Juros pagos de passivos subordinados	32	(14.228)	(18.069)	(14.960)
Emissão de obrigações não subordinadas	26	500.000	-	-
Emissão de instrumentos representativos de capital	29	50.000	-	-
Fluxos das actividades de financiamento		<u>835.748</u>	<u>1.387</u>	<u>1.553</u>
		<u>(53.540)</u>	<u>45.897</u>	<u>69.077</u>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>				
Caixa e seus equivalentes no início do período	5,6	382.459	336.562	288.405
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,6	<u>328.919</u>	<u>382.459</u>	<u>357.482</u>
		<u>(53.540)</u>	<u>45.897</u>	<u>69.077</u>
<b>Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro</b>				
Caixa	5	61.003	54.217	48.522
Depósitos à ordem em bancos centrais	5	216.142	237.104	237.104
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	6	25.559	48.233	41.653
Cheques a cobrar	6	26.215	42.905	30.203
		<u>328.919</u>	<u>382.459</u>	<u>357.482</u>
Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade		-	-	-
O Técnico Oficial de Contas			O Conselho de Administração	

6 - Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008  
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA  
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif - Banco Internacional do Funchal (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Rua João de Tavira, 30, 9004-509 Funchal, que tem por objecto o exercício da actividade bancária, podendo praticar todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade que a lei permita.

As acções da Sociedade são 100% detidas pela Banif Comercial SGPS, SA, sub-holding do Banif - Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif SGPS, SA, entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas na União Europeia. Nestes termos, a Sociedade está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Em 11 de Março de 2010, o Conselho de Administração da Sociedade reviu o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2009 e autorizou a sua emissão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2010.

2. ADOPTÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração do rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções, apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.

A demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade proceda à reexpressão dos comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, em vez das duas demonstrações anteriormente requeridas.

Alterações na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgações

Com a revisão da IFRS 7 é requerida uma maior exigência de divulgação relativamente ao Justo Valor e liquidez dos investimentos financeiros.

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor é exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do Justo valor, utilizando três níveis de hierarquia:

- Cotações nos mercados activos (Nível 1);
- *Inputs* directos ou indirectos observáveis de dados de mercado (Nível 2);
- *Inputs* que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Esta obrigatoriedade de informação deverá ser dada por classe de investimentos financeiros, sendo também requerida a divulgação das transferências ocorridas entre os níveis 1 e 2. Estes níveis de informação são apenas ao nível das divulgações, pois a valorização dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista na IAS 39.

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgações sobre liquidez em relação a activos usados para a sua gestão e transacções com derivados.

#### IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definição dos segmentos passou a ser o *full management approach* i.e. a abordagem que tem por base a informação que é utilizada internamente para efeitos de decisões operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliação. Considerando que esta abordagem já tinha sido anteriormente utilizada na definição dos segmentos reportáveis, não se verificou a necessidade de proceder a alterações na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgações adicionais:

- a) Explicação de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuração dos valores por segmento, alterações na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicável, na composição dos segmentos reportáveis;
- b) Substituição da extensa informação geográfica requerida na IAS 14 por informação sobre os resultados por cada grupo de serviços e produtos atribuídos ao país da sede e países estrangeiros (com divulgação individual por país se materialmente relevante);
- c) Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

#### Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

#### Revisão da IAS 23 – Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpriram com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

#### Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. A Sociedade teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance.

Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na Parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

- As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.
- Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o *Cash Flow* do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.

A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis:

- Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11;
- Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18;
- Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feito de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).

IFRIC 16 – Cobertura de Investimento Líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambiais de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa-mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

Na Nota 46 encontram-se ainda descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram ainda endossadas pela União Europeia e que a Sociedade não aplicou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

### 3.2 Informação comparativa

Com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, o Banif - Grupo Financeiro procedeu à fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (BBCA) no Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, filiais cujo capital era detido integralmente pela Banif Comercial SGPS, SA.

De forma a assegurar a comparabilidade com as demonstrações financeiras divulgadas em 2008, preparadas sem o efeito da fusão por incorporação, são também apresentados comparativos pró - forma do Banif e BBCA, excluindo operações recíprocas.

A Sociedade não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior (coluna pró forma Banif + BBCA).

No comparativo de 2008 foram reclassificados da rubrica de “Outros Activos” para a rubrica “Propriedades de investimento” e “Activos não correntes detidos para venda” os montantes de 25.578 milhares de euros e 47.952 milhares de euros, respectivamente. Estes valores referem-se a imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, na sequência das orientações do Banco de Portugal quanto ao tratamento contabilístico destes activos.

Os impactos desta alteração em capitais próprios não foram considerados materiais pelo que, de acordo com o parágrafo 42 da IAS 8 e IAS 1, não se mostra necessário reexpressar as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Contudo, para efeitos de apresentação e mais fácil leitura das quantias comparativas dos activos em causa, procedeu-se à reclassificação indicada.

### 3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas e pressupostos por parte da gestão mais significativos são as seguintes:

### Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, dado que a Gestão da Sociedade considera que a sociedade tem os meios e capacidade de continuar os negócios no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão da Sociedade teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash flows* e capital.

### Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

### Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preços de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

### Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

### Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 43 são apresentados os pressupostos utilizados.

### 3.4 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

### 3.5 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

### 3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas), que não sejam fundos de capital de risco ou de Bancos (*seed capital*), classificados como instrumentos ao justo valor através de resultados no reconhecimento inicial. Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### 3.7 Instrumentos financeiros

#### 3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

#### 3.7.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

##### *Activos e passivos financeiros detidos para negociação*

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

##### *Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados*

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada
- iii) numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iv) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratar de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, à data de referência das presentes demonstrações financeiras, esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras (Nota 3.3). As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

### Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial (*fair value option*). Esta rubrica inclui essencialmente crédito concedido a clientes da Sociedade.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu valor nominal, o qual corresponde normalmente ao valor desembolsado. Subsequentemente estes activos são reconhecidos em balanço pelo valor nominal deduzido de amortizações e sujeitos à constituição de provisões regulamentares de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

No exercício findo, a Sociedade efectuou eliminações (*write-off*) de empréstimos concedidos e contas a receber no montante de 3.107 milhares de euros.

Os juros de activos classificados como empréstimos e contas a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e outros custos directos associados à originação da operação diferidos e amortizados durante a vida do empréstimo. Os juros vencidos e não cobrados são desreconhecidos ao fim de 3 meses, conforme disposto na Instrução nº 6/2005 do Banco de Portugal, com excepção dos juros dos créditos sobre ou com garantia das entidades indicadas no nº 15 do Aviso nº3/95.

### Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

### Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (*bid*) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (*discounted cash flow*, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, mas, embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

### Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

À data das demonstrações financeiras são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberta (risco de taxa de juro) desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada separadamente.

#### Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados.

#### 3.7.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

##### Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “*pass-through*”; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “*pass-through*” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que pode ser exigido à Sociedade.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

##### Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são

substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

#### Operações de titularização

A Sociedade realizou operações de titularização de crédito hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. As operações de titularização de créditos em curso à data de 31 de Dezembro de 2009, nas quais a Sociedade participou como cedente de créditos, são:

- Atlantes Mortgages N.º1, efectuada em 2003;
- Atlantes Mortgages N.º2, efectuada em 2008;
- Atlantes Mortgages N.º3, efectuada em 2008;
- Atlantes Mortgages N.º4, efectuada em 2009;
- Atlantes Mortgages N.º5, efectuada em 2009;
- Azor Mortgages N.º1, efectuada em 2004; e
- Azor Mortgages N.º2, efectuada em 2008.

Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. A Sociedade detém interesses residuais nos activos titularizados através da detenção de títulos de natureza residual.

No quadro da adopção das NCA, a partir de 1/1/2005, aquelas operações de titularização em curso foram analisadas e concluiu-se que as mesmas não cumprem os critérios de desreconhecimento estabelecidos pela IAS 39. Nestes termos, os créditos cedidos ao abrigo daquelas operações de titularização mantêm-se reconhecidos no balanço, na rubrica de “Crédito a clientes”.

#### 3.7.4 Imparidade e correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas.

As correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores são determinadas de acordo com o disposto nas alíneas e) e f) do nº 2 do art.º 3º do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, conjugado com o Aviso nº 3/95, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

### 3.8 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por ter decorrido mais de 1 ano e a Sociedade não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica “Propriedades de Investimento” (ver Nota 3.2).

### 3.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas de acordo com os requisitos da IAS 16, ou seja, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, a Sociedade regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

### 3.10 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzidas de subsequentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

### 3.11 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a *software*, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de *software*. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

### 3.12 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente dedutíveis para efeitos fiscais e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis

para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

### 3.13 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19, e regime transitório estabelecido no Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, alterado pelos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas em 31 de Dezembro de 2009 são as seguintes:

#### Responsabilidades com pensões e assistência médica

Na sequência do Acordo de Empresa celebrado com os Sindicatos do Sector em 2008 e da fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (BBCA), a partir de 1 de Janeiro de 2009, a Sociedade assume a obrigação com os seguintes Planos de Pensões:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
  - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
  - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBKA (benefício definido), fechado a novas adesões, ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV), aos empregados do BBKA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, plano independente dos regimes públicos de Segurança Social. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades da Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;

- Fundo de Pensões BBKA, que financia o Plano de Pensões do BBKA.

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 43). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente, ajustado de acordo com o regime transitório estabelecido no n.º 13º-B do Aviso n.º 12/2001. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição, a Sociedade adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada de “reset”).

De acordo com o n.º 13º- A do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacte, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as normas de contabilidade aplicáveis à Sociedade (NCA) pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009 (5 anos), com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 7 anos. Estes prazos foram posteriormente alargados em mais 3 anos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008, ou seja, até 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2014, respectivamente.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

#### Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, a Sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de Resultados.

#### 3.14 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 3.15 Dividendos atribuídos pela Sociedade

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

### 3.16 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

### 3.17 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

### 3.18 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

### 3.19 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Banco presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

#### 4. RELATO POR SEGMENTOS

A Sociedade tem os seus negócios organizados pelas áreas de Banca de Retalho, Banca Comercial, Tesouraria e Funções de Grupo e Outros (rubrica residual).

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2009, correspondem à forma como a informação é analisada:

Banca de Retalho – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, como sendo Crédito à Habitação e Crédito ao Consumo; e produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, como sendo as Contas Correntes, as Facilidades de Descoberto e Cartões de Débito/Crédito.

Este segmento reflecte a actividade desenvolvida pela rede tradicional de agências e serviços centrais vocacionados para actividades comerciais com particulares e pequenas empresas.

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos específicos para empresas e instituições, como sendo Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação. Este segmento reflecte a actividade desenvolvida pelos centros de empresas e serviços centrais vocacionados para actividades comerciais com empresas.

Tesouraria e Funções de Grupo – Abrange as operações de financiamento e de cedência de liquidez da instituição em mercados financeiros, assim como todas as operações realizadas com uma ou mais entidades do Grupo financeiro.

Outros – Abrange todas as operações não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

Os reportes utilizados pela Gestão têm essencialmente como base informação contabilística, não existindo diferenças entre as mensurações dos proveitos, das perdas, do activo e do passivo dos segmentos relatáveis.

Tendo em consideração a fusão por incorporação do BBCA no Banif, conforme referido na Nota 3.2, a informação comparativa de 2008 do relato por segmentos corresponde à agregação da informação preparada de acordo com as definições individuais de cada um dos Bancos, uma vez que era impraticável reconstituir esta informação de acordo com os critérios aplicados em 2009.

O reporting por áreas geográficas, nas quais a Sociedade desenvolve a sua actividade, inclui Portugal e Resto da União Europeia (Reino Unido).

#### Segmentos de negócio

31/12/2009

	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	TESOURARIA E FUNÇÕES DE GRUPO	OUTROS	INTER- SEGMENTOS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>						
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de IC	-	-	1.084.807	-	-	1.084.807
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	10.068	-	-	10.068
Activos Financeiros ao Justo Valor	-	-	223.158	-	-	223.158
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	112.418	-	-	112.418
Empréstimos a Clientes (Líquido)	4.134.230	4.553.468	4.239.384	-	(3.285.389)	9.641.693
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-	-	-	0
Outros activos (dos quais):	63.235	3.461	108.749	321.026	-	496.471
Activos Tangíveis	58.699	3.032	253	-	-	61.984
Activos Intangíveis	4.536	429	620	-	-	5.585
<b>TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>4.197.465</b>	<b>4.556.929</b>	<b>5.778.584</b>	<b>321.026</b>	<b>(3.285.389)</b>	<b>11.568.615</b>
<b>PASSIVO</b>						
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	958.008	2.724.452	-	(958.008)	2.724.452
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	8.847	-	-	8.847
Passivos Financeiros ao Justo Valor	-	-	20.404	-	-	20.404
Depósitos de clientes	4.527.469	3.779.820	626.487	-	(2.327.381)	6.606.395
Débitos representados por títulos	-	-	528.299	-	-	528.299
Passivos Subordinados	-	-	434.384	-	-	434.384
Outros Passivos	330.903	44.690	8.158	214.433	-	598.184
<b>TOTAL do PASSIVO</b>	<b>4.858.372</b>	<b>4.782.518</b>	<b>4.351.031</b>	<b>214.433</b>	<b>(3.285.389)</b>	<b>10.920.965</b>

31/12/2008

	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	TESOURARIA E FUNÇÕES DE GRUPO	OUTROS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>					
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de IC	-	-	890.779	-	890.779
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	17.270	-	17.270
Activos Financeiros ao Justo Valor	-	-	232.563	-	232.563
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	79.813	-	79.813
Empréstimos a Clientes (Líquido)	4.432.438	4.191.310	596.818	-	9.220.566
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-	-	0
Outros activos (dos quais):	62.520	3.509	50.919	274.944	391.892
Activos Tangíveis	56.879	3.021	292	-	60.192
Activos Intangíveis	5.641	488	1.073	-	7.202
<b>TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>4.494.958</b>	<b>4.194.819</b>	<b>1.868.162</b>	<b>274.944</b>	<b>10.832.883</b>
<b>PASSIVO</b>					
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	2.779.373	-	2.779.373
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	17.251	-	17.251
Passivos Financeiros ao Justo Valor	-	-	27.746	-	27.746
Depósitos de clientes	5.046.366	686.380	923.683	-	6.656.429
Débitos representados por títulos	-	-	44.068	-	44.068
Passivos Subordinados	-	-	336.136	-	336.136
Outros Passivos	361.593	29.905	23.428	124.329	539.255
<b>TOTAL do PASSIVO</b>	<b>5.407.959</b>	<b>716.285</b>	<b>4.151.685</b>	<b>124.329</b>	<b>10.400.258</b>

31/12/2009

	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	TESOURARIA E FUNÇÕES DE GRUPO	OUTROS	INTER- SEGMENTOS	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	332.988	199.797	149.037	-	(60.163)	621.659
Juros e Encargos Similares	(256.228)	(98.463)	(137.925)	-	60.163	(432.454)
<b>Margem financeira</b>	<b>76.760</b>	<b>101.334</b>	<b>11.112</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>189.205</b>
Rendimento de instrumentos de capital	-	-	40.326	-	-	40.326
Rendimento de serviços e comissões	30.970	35.981	2.159	4.262	-	73.372
Encargos com serviços e comissões	(319)	(3.447)	(385)	(6.310)	-	(10.461)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	-	-	6.736	-	-	6.736
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	-	4.598	-	-	4.598
Resultados de Reavaliação Cambial	-	-	1.843	-	-	1.843
Resultados de Alienação de Outros Activos	(2.092)	(4.920)	-	(1.613)	-	(8.625)
Outros Resultados de Exploração	11.834	9.757	195	1.091	-	22.877
<b>Produto bancário</b>	<b>117.153</b>	<b>138.705</b>	<b>66.584</b>	<b>(2.570)</b>	<b>-</b>	<b>319.871</b>
Custos com Pessoal	(69.844)	(34.345)	(7.920)	-	-	(112.109)
Outros gastos administrativos	(40.056)	(33.123)	(5.163)	-	-	(78.342)
<b>Cash Flow de Exploração</b>	<b>7.253</b>	<b>71.237</b>	<b>53.501</b>	<b>(2.570)</b>	<b>-</b>	<b>129.420</b>
Depreciações e Amortizações	(10.790)	(3.596)	(1.146)	-	-	(15.532)
Provisões líquidas de anulações	(62)	(83)	-	(56)	-	(201)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	(28.440)	(60.929)	-	-	-	(89.369)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	(12.704)	-	-	(12.704)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	1.660	-	1.660
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>	<b>(32.039)</b>	<b>6.629</b>	<b>39.651</b>	<b>(966)</b>	<b>-</b>	<b>13.274</b>
Impostos	12.462	-2.578	136	376	-	10.396
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(19.577)</b>	<b>4.051</b>	<b>39.787</b>	<b>(590)</b>	<b>-</b>	<b>23.669</b>

31/12/2008

	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	TESOURARIA E FUNÇÕES DE GRUPO	OUTROS	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	320.927	292.114	182.077	-	795.118
Juros e Encargos Similares	(206.981)	(212.543)	(167.515)	-	(587.039)
<b>Margem financeira</b>	<b>113.946</b>	<b>79.571</b>	<b>14.562</b>	<b>-</b>	<b>208.079</b>
Rendimento de instrumentos de capital	-	-	3.004	-	3.004
Rendimento de serviços e comissões	31.597	31.151	1.531	4.498	68.777
Encargos com serviços e comissões	(3.352)	(61)	(220)	(4.379)	(8.012)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	-	-	(4.673)	-	(4.673)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	-	4.950	-	4.950
Resultados de Reavaliação Cambial	-	-	1.373	-	1.373
Resultados de Alienação de Outros Activos	(1.161)	(1.053)	(387)	-	(2.601)
Outros Resultados de Exploração	13.370	8.764	(534)	2.145	23.745
<b>Produto bancário</b>	<b>154.400</b>	<b>118.372</b>	<b>19.606</b>	<b>2.264</b>	<b>294.642</b>
Custos com Pessoal	(66.734)	(31.605)	(9.888)	-	(108.227)
Outros gastos administrativos	(44.278)	(34.925)	(7.664)	-	(86.867)
<b>Cash Flow de Exploração</b>	<b>43.388</b>	<b>51.842</b>	<b>2.054</b>	<b>2.264</b>	<b>99.548</b>
Depreciações e Amortizações	(7.223)	(3.472)	(1.503)	-	(12.198)
Provisões líquidas de anulações	(3.183)	(2.708)	-	(791)	(6.682)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	(17.221)	(32.806)	-	-	(50.027)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	1	(3.274)	750	(2.523)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(507)	(436)	-	(964)	(1.907)
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>	<b>15.254</b>	<b>12.421</b>	<b>(2.723)</b>	<b>1.259</b>	<b>26.211</b>
Impostos	(640)	(1.581)	(443)	(616)	(3.280)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>14.614</b>	<b>10.840</b>	<b>(3.166)</b>	<b>643</b>	<b>22.931</b>

## Segmentos geográficos

31/12/2009

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
<b>ACTIVO</b>			
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de IC	1.084.692	115	1.084.807
Activos Financeiros Detidos para Negociação	10.068	-	10.068
Activos Financeiros ao Justo Valor	223.158	-	223.158
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	112.418	-	112.418
Empréstimos a Clientes (Líquido)	9.628.571	13.122	9.641.693
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	0
Outros activos (dos quais):	494.194	2.277	496.471
Activos Tangíveis	60.098	1.886	61.984
Activos Intangíveis	5.574	11	5.585
<b>TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>11.553.101</b>	<b>15.514</b>	<b>11.568.615</b>
<b>PASSIVO</b>			
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.724.452	-	2.724.452
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	8.847	-	8.847
Passivos Financeiros ao Justo Valor	20.404	-	20.404
Depósitos de clientes	6.606.395	-	6.606.395
Débitos representados por títulos	528.299	-	528.299
Passivos Subordinados	434.384	-	434.384
Outros Passivos	581.071	17.113	598.184
<b>TOTAL do PASSIVO</b>	<b>10.903.852</b>	<b>17.113</b>	<b>10.920.965</b>

31/12/2008

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
<b>ACTIVO</b>			
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de IC	890.701	78	890.779
Activos Financeiros Detidos para Negociação	17.270	-	17.270
Activos Financeiros ao Justo Valor	232.563	-	232.563
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	79.813	-	79.813
Empréstimos a Clientes (Líquido)	9.220.566	-	9.220.566
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	0
Outros activos (dos quais):	390.558	1.334	391.892
Activos Tangíveis	59.013	1.179	60.192
Activos Intangíveis	7.185	17	7.202
<b>TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>10.831.471</b>	<b>1.412</b>	<b>10.832.883</b>
<b>PASSIVO</b>			
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.779.373	-	2.779.373
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	17.251	-	17.251
Passivos Financeiros ao Justo Valor	27.746	-	27.746
Depósitos de clientes	6.656.429	-	6.656.429
Débitos representados por títulos	44.068	-	44.068
Passivos Subordinados	336.136	-	336.136
Outros Passivos	535.725	3.530	539.255
<b>TOTAL do PASSIVO</b>	<b>10.396.728</b>	<b>3.530</b>	<b>10.400.258</b>

31/12/2009

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	619.622	2.037	621.659
Juros e Encargos Similares	(431.119)	(1.335)	(432.454)
<b>Margem financeira</b>	<b>188.503</b>	<b>702</b>	<b>189.205</b>
Rendimento de instrumentos de capital	40.326	-	40.326
Rendimento de serviços e comissões	73.276	96	73.372
Encargos com serviços e comissões	(10.457)	(4)	(10.461)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	6.736	-	6.736
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	4.598	-	4.598
Resultados de Reavaliação Cambial	1.842	1	1.843
Resultados de Alienação de Outros Activos	(8.625)	-	(8.625)
Outros Resultados de Exploração	22.984	(107)	22.877
<b>Produto bancário</b>	<b>319.183</b>	<b>688</b>	<b>319.871</b>
Custos com Pessoal	(110.597)	(1.512)	(112.109)
Outros gastos administrativos	(77.717)	(625)	(78.342)
<b>Cash Flow de Exploração</b>	<b>130.869</b>	<b>(1.449)</b>	<b>129.420</b>
Depreciações e Amortizações	(15.382)	(150)	(15.532)
Provisões líquidas de anulações	(201)	-	(201)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	(89.369)	-	(89.369)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(12.704)	-	(12.704)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1.660	-	1.660
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>	<b>14.873</b>	<b>(1.599)</b>	<b>13.274</b>
Impostos	10.395	-	10.395
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>25.268</b>	<b>(1.599)</b>	<b>23.669</b>

31/12/2008

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	795.118	-	795.118
Juros e Encargos Similares	(587.039)	-	(587.039)
<b>Margem financeira</b>	<b>208.079</b>	<b>-</b>	<b>208.079</b>
Rendimento de instrumentos de capital	3.004	-	3.004
Rendimento de serviços e comissões	68.777	-	68.777
Encargos com serviços e comissões	(8.007)	(5)	(8.012)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(4.673)	-	(4.673)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	4.950	-	4.950
Resultados de Reavaliação Cambial	1.373	-	1.373
Resultados de Alienação de Outros Activos	(2.601)	-	(2.601)
Outros Resultados de Exploração	23.731	14	23.745
<b>Produto bancário</b>	<b>294.633</b>	<b>9</b>	<b>294.642</b>
Custos com Pessoal	(106.872)	(1.355)	(108.227)
Outros gastos administrativos	(86.189)	(678)	(86.867)
<b>Cash Flow de Exploração</b>	<b>101.572</b>	<b>(2.024)</b>	<b>99.548</b>
Depreciações e Amortizações	(12.103)	(95)	(12.198)
Provisões líquidas de anulações	(6.682)	-	(6.682)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	(50.027)	-	(50.027)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(2.523)	-	(2.523)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.907)	-	(1.907)
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>	<b>28.330</b>	<b>(2.119)</b>	<b>26.211</b>
Impostos	(3.280)	-	(3.280)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>25.050</b>	<b>(2.119)</b>	<b>22.931</b>

## 5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31/12/2008 Banif + BBCA	31-12-2008
Caixa	61.003	54.257	48.522
Em Euros	54.983	49.890	44.778
Em divisas estrangeiras	6.020	4.367	3.744
Dépositos à ordem no Banco de Portugal	216.142	237.104	237.104
	<u>277.145</u>	<u>291.361</u>	<u>285.626</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

## 6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31/12/2008 Banif + BBKA	31-12-2008
Cheques a cobrar	26.215	42.906	30.204
No país	26.152	41.776	30.066
No estrangeiro	63	1.130	138
Déposito à ordem	25.559	48.182	41.652
No país	885	18.980	18.664
No estrangeiro	24.674	29.202	22.988
	<u>51.774</u>	<u>91.088</u>	<u>71.856</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País em 31 de Dezembro de 2009 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2010.

## 7. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é composta por instrumentos financeiros derivados, não enquadrados em operações de cobertura.

Descrição	31-12-2009			31-12-2008 Banif + BBKA		31-12-2008	
	Nocional	Justo Valor		Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
<b>Contratos sobre taxas de câmbios</b>							
Forwards							
- Compras	181.651	617	227	2.109	1.475	2.109	1.475
- Vendas	180.777						
Currency Swaps							
- Compras	647.897	7.679	4.103	12.275	12.501	12.275	12.501
- Vendas	644.272						
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>							
Interest Rate Swaps	2.908.412	1.150	4.517	2.316	2.796	1.134	2.398
<b>Contratos sobre acções / índices</b>							
Equity / Index Swaps	20.000	622	-	570	479	570	479
<b>Total</b>		<u>10.068</u>	<u>8.847</u>	<u>17.270</u>	<u>17.251</u>	<u>16.088</u>	<u>16.853</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em “Activos financeiros detidos para negociação” e o justo valor negativo em “Passivos financeiros detidos para negociação”.

## 8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008 Banif + BBCA	31-12-2008
Dívida pública portuguesa	41.759	41.458	26.372
Dívida não subordinada emitida por residentes	47.505	29.593	29.593
Dívida não subordinada emitida por não residentes	75.493	-	-
Dívida subordinada emitida por não residentes	-	-	-
Instrumentos de capital emitidos por residentes	58.361	158.946	141.703
Instrumentos de capital emitidos por não residentes	40	2.566	1.195
	<u>223.158</u>	<u>232.563</u>	<u>198.863</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>			
<b>De dívida pública</b>			
OT-MAIO 5,85% 2010	101,91%	10.000	1.055
OBRIG. TESOURO SETEMBRO 1998/2013	109,60%	57.880	6.429
OBRIG. TESOURO 09/14JUN2019 4,75%	105,35%	317.500	34.275
<b>Outros</b>			
<b>Dívida não subordinada</b>			
EMT 2005/2010	100,00%	382.000	384
BANIF LEASING 05/15	100,00%	6.000.000	6.090
BANIF INVESTIMENTOS TX VR 2016	100,00%	15.000.000	15.002
RENTIPAR 2008/2012	100,00%	24.525.000	24.525
BANIF SGPS 08/11	100,00%	1.000	1
AÇOREANA TX VR DEZ 17	100,00%	1.502.000	1.503
BANIF FINANCE FLT PRP	100,00%	257.000	257
BANIF FINANCE FLT DEZ 14	100,13%	100.000	100
BBVA INTL 0% JUN 10	99,16%	15.770.000	15.637
AXA CR LK N 0% SET 10	98,89%	15.585.000	15.412
PT CR LKD NOTE NOV 10	98,71%	15.070.000	14.875
BAYER 0% MAR 11	96,58%	14.795.000	14.289
BANIF CY ASF OUT 10	100,00%	20.000	20
HSH NORDBK 3,85%OUT14	99,01%	5.000.000	4.984
HSH NORDBK 3,5%OUT15	98,57%	10.000.000	9.919
<b>Instrumentos de capital</b>			
BRISA - Nom (Priv.)	7,18	360	3
EDP - Nom.	3,11	1.175	4
FCP	1,32	23.000	30
INAPA - Inv. Part. Gestão	0,64	125.693	80
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	1,97	1.299.278	2.554
INFRA INVEST FEIA	99,79	60.000	5.987
FUNDO CAPITAL DE RISCO CAPVEN	2.997,38	150	450
NEW ENERGY FUND-FEIF	49.807,99	36	1.793
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	9.971,83	1.250	12.465
BANIF RENDA HABITAÇÃO	999,89	10.000	9.999
BANIF GESTÃO IMOBILIÁRIA	999,85	25.000	24.996
RAIFFEISEN INT BK HL	39,50	1.000	40
			<u>223.158</u>

O valor do Balanço corresponde ao valor de cotação e aos juros corridos.

Do montante de 41.759 milhares de euros de Obrigações do Tesouro, 36.821 milhares de euros correspondem a “Activos dados em garantia” que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

<b>Natureza e espécie</b>	<b>Valor de Balanço</b>
EMT 2005/2010	384
BBVA INTL 0% JUN 10	15.637
AXA CR LK N 0% SET 10	15.412
PT CR LKD NOTE NOV 10	14.875
BANIF CY ASF OUT 10	20
	<b>46.328</b>

## 9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2009</b>	<b>31-12-2008 Banif + BBCA</b>	<b>31-12-2008</b>
Títulos			
Instrumentos de capital	11.562	12.913	4.680
Instrumentos de dívida			
Adquiridos no âmbito de operações de securitização	100.856	66.900	54.427
	<b>112.418</b>	<b>79.813</b>	<b>59.107</b>

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

<b>Natureza e espécie</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor de Balanço</b>	<b>Imparidade</b>
ATLANTE MTG Nº 1	66	17.360	(3.085)
ATLANTE MTG Nº 2 CL D	161	16.800	(2.330)
ATLANTE MTG Nº 3 CL C	237	29.176	(5.148)
ATLANTE MTG Nº 4 CL C	165	17.251	(1.189)
ATLANTE MTG Nº 5 CL C	205	21.679	0
AZOR MORTGAGES Nº1 PUBLIC LTD - CLASS D NOTES	52	6.420	(1.420)
AZOR MORTGAGES Nº.2 - CLASS C	68	8.197	(2.855)
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	4	0
S.W.I.F.T.	14	11	0
VISA CLASS C	2.533	61	0
FINANGEST	526	535	(180)
SIBS,SA	103.436	445	0
UNICRE, SA	28.628	497	0
BANIF AÇOR PENSÕES-SOC.GESTORA FUNDOS PENSÕES, SA.	40.000	240	0
RENTIPAR SEGUROS	1.845.000	9.225	0
BENFICA SAD	20	0	0
CEIM, LDA	800	4	0
COLISEU MICAELENSE, S A	83	0	0
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	150	(2)
GARVAL	500	1	0
IMOVALOR	19.890	281	0
LISGARANTE	500	1	0
MACEDO & COELHO	188	0	0
NORGARANTE	500	1	0
NORMA-AÇORES - SOC.ESTUD.APOIO DESENV. REG.	10.000	50	0
PRETÓRIA LDA	5.736	6	0
REAL SEGUROS	2.116	228	(129)
SC BRAGA SAD	20	0	0
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	0
TEATRO MICAELENSE, S A	83	0	0
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI. INSUL.	2.000	11	0
		<b>128.756</b>	<b>(16.338)</b>

Títulos deduzidos à rubrica “Passivos financeiros associadas a activos transferidos”:

ATLANTES MTG N.º2 CL A	304.719
ATLANTES MTG N.º2 CL B	18.411
ATLANTES MTG N.º2 CL C	7.506
ATLANTES MTG N.º3 CL A	520.059
ATLANTES MTG N.º3 CL B	41.457
ATLANTES MTG N.º4 CL A	514.385
ATLANTES MTG N.º4 CL B	35.761
ATLANTE MTG N.º5 CL A	455.109
ATLANTE MTG N.º5 CL B	45.013
AZOR MORTGAGES N.º2 - CLASS A	223.847
AZOR MORTGAGES N.º2 - CLASS B	46.641
	<u>2.212.909</u>

Os títulos Atlantes MTG N.º2 CL A, Atlantes MTG N.º3 CL A, Atlantes MTG N.º4 CL A, Atlantes MTG N.º5 CL A e Azor Mortgage N.º2 CL A encontram-se a caucionar operações de refinanciamento junto do Eurosistema (operações de cedência de liquidez) junto do Banco Central Europeu.

Os títulos Garval, Lisgarante e Norgarante encontram-se a caucionar os compromissos com a sociedade Garantia Mútua.

Não existem títulos a vencer no prazo de um ano.

## 10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008 Banif + BBCA	31-12-2008
Mercado monetário interbancário	150.000	-	-
Empréstimos			
No país	93.228	-	463.646
No Estrangeiro	471.960	487.155	487.155
Outras Aplicações			
No país	19.713	15.025	19.752
No Estrangeiro	20.990	6.145	14.883
Perdas de imparidade	(4)	(5)	(5)
	<u>755.887</u>	<u>508.320</u>	<u>985.431</u>

Descrição	Saldo em 31-12-2008	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2009
Risco País - Aplicações OIC	5	5	5	-	(11)	4
Total	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>4</u>

## 11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>Rubricas de Crédito</b>	<b>31-12-2009</b>	<b>31-12-2008 Banif + BBCA</b>	<b>31-12-2008</b>
Crédito a Empresas			
Contas Correntes	2.400.086	2.029.405	1.940.156
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	323.470	459.990	429.901
Empréstimos	2.295.885	2.070.843	1.620.525
Descobertos	74.061	106.575	99.043
Factoring	195.475	173.287	99.117
Outros	40.536	125.070	125.070
Crédito a Particulares			
Habitação	598.126	1.263.019	1.025.391
Consumo	375.836	369.703	241.247
Outras finalidades			
Empréstimos	413.693	513.469	379.911
Contas Correntes	135.249	159.980	148.951
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	26.819	36.281	25.851
Descobertos	43.985	49.529	32.079
Outros	45.215	46.455	56.288
Outros créditos e valores a receber (titulados)	122.325	164.622	163.969
Crédito a clientes - Titularizado	2.470.922	1.539.495	1.163.646
Crédito e juros vencidos	245.138	170.686	138.615
Rendimentos a receber	33.230	58.205	51.013
Despesas com rendimento diferido	12.444	9.967	9.967
Receitas com rendimento diferido	(13.740)	(15.257)	(13.819)
Provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa	(197.062)	(110.757)	(95.697)
<b>Total</b>	<b><u>9.641.693</u></b>	<b><u>9.220.566</u></b>	<b><u>7.641.224</u></b>

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94 milhões de euros está sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 21.

A rubrica “Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” apresenta a seguinte evolução em 2009:

Descrição	Saldo em 31-12-2008	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2009
Crédito vencido	99.356	97.077	46	(3.107)	(24.522)	168.850
Crédito de Cobrança Duvidosa	11.317	29.555	(9)	-	(12.755)	28.108
Risco País - Crédito ao exterior	84	143	-	-	(123)	104
<b>Total</b>	<b><u>110.757</u></b>	<b><u>126.775</u></b>	<b><u>37</u></b>	<b><u>(3.107)</u></b>	<b><u>(37.400)</u></b>	<b><u>197.062</u></b>

## 12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2009</u>	<b>31-12-2008</b>	<u>31-12-2008</u>
		<b>Banif + BBCA</b>	
Activo			
<i>Interest rate swap</i>	878	-	-
Passivo			
<i>Interest rate swap</i>	(319)	-	-
	<u>559</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a Sociedade está exposta às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows* ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. A Sociedade, à data de 31 de Dezembro de 2009 e de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos com taxa fixa, para os quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

A Sociedade, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade do justo valor e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações de justo valor de "Responsabilidades representadas por títulos".

A Sociedade realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009 podem ser analisadas como segue:

<u>Produto derivado</u>	<u>Produto Coberto</u>	<u>Risco Coberto</u>	<u>Nocional</u>	<u>Justo valor derivado</u>
<i>Interest rate swap</i>	Obrigações	Taxa de juro	400.000	559

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

	<u>Valor Nocional</u>	<u>Justo Valor</u>
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano até 5 anos	400.000	559

### 13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Categoria de activo	Saldo em 31.12.2008	Movimento do exercício					Saldo em 31.12.2009
		Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas	Perdas de imparidade revertidas	
Imóveis e equipamento	63.000	23.769	(35.802)	595	(3.205)	4.983	53.340
<b>Total</b>	<b>63.000</b>	<b>23.769</b>	<b>(35.802)</b>	<b>595</b>	<b>(3.205)</b>	<b>4.983</b>	<b>53.340</b>

No período de referência das demonstrações financeiras foram adquiridos, por meio de execução de garantias, o montante de 23.769 milhares de euros.

O saldo em 31/12/2008 inclui 47.952 milhares de euros reclassificados de “Outros activos”, conforme Nota 3.2.

### 14. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2008	Movimento do exercício					Saldo em 31-12-2009
		Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas	Amortização do exercício	
Outras propriedades de investimento	25.578	4.983	(1.887)	64	(456)	(1.040)	27.242
<b>Total</b>	<b>25.578</b>	<b>4.983</b>	<b>(1.887)</b>	<b>64</b>	<b>(456)</b>	<b>(1.040)</b>	<b>27.242</b>

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

Os imóveis registados nesta categoria correspondem a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

O saldo em 31/12/2008 inclui 25.578 milhares de euros reclassificados de “Outros activos”, conforme Nota 3.2.

### 15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.9, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2008		Aumentos				Abates		Valor líquido 31-12-2009	
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Valor bruto		Amortizações acumuladas
Imóveis de serviço próprio	1.539	301	38	-	246	36	-	-	-	1.486
Obras em imóveis arrendados	49.768	14.889	2.195	-	3.751	4.583	-	-	-	36.242
Equipamento	52.082	37.190	4.106	-	236	4.974	-	694	659	14.225
Património artístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	7.693	4.853	313	-	175	428	-	-	-	2.900
Imóveis de serviço próprio - em curso	246	-	-	-	(246)	-	-	-	-	-
Imóveis arrendados - em curso	5.361	-	3.637	-	(3.925)	-	-	-	-	5.073
Equipamento - em curso	415	-	1.563	-	(241)	-	-	-	-	1.737
Outros activos tangíveis - em curso	321	-	-	-	-	-	-	-	-	321
<b>Total</b>	<b>117.425</b>	<b>57.233</b>	<b>11.852</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>10.021</b>	<b>-</b>	<b>694</b>	<b>659</b>	<b>61.984</b>

Não ocorreram reavaliações em exercícios anteriores e no exercício e não existem amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

Não existem activos fixos tangíveis em regime de locação financeira ou em regime de locação operacional.

## 16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2008		Aumentos			Amortizações do exercício	Regularizações	Abates		Valor líquido 31-12-2009
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Transferências			Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Despesas de investigação e desenvolvimento	154	154	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	36.271	29.433	2.722	-	4	4.471	-	-	-	5.093
Trespases	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de estabelecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	1.389	1.389	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis - em curso	364	-	128	-	-	-	-	-	-	492
<b>Total</b>	<b>38.178</b>	<b>30.976</b>	<b>2.850</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>4.471</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.585</b>

No exercício de 2009 não foram registadas perdas por imparidade em activos intangíveis.

## 17. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008 Banif + BBCA	31-12-2008
Instrumentos de capital			
No país	350	8.890	-
No estrangeiro	82	82	10
Imparidade	-	-	-
	<b>432</b>	<b>8.972</b>	<b>10</b>

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Valor de Balanço antes de imparidade	Imparidade
Instrumentos de capital		
BANIF BRAZIL, LDA	12	-
BANIF FINANCE Ltd	1	-
NUMBERONE - SGPS, LDA.	350	-
BANIF & COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-S. JOSÉ CALIFÓRNIA	-	-
BANIF & COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-FALL RIVER	69	-
	<b>432</b>	<b>-</b>

O Banif - Banco Internacional do Funchal, SA alienou no exercício de 2009 a Sociedade Investidor, SGPS, SA pelo montante de 9.376 milhares de euros. Nesta operação foi reconhecida uma mais-valia de 486 milhares de euros.

A sociedade detém 20% do Banif Brazil, Lda, 1% do capital votante da Banif Finance, Ltd e 100% da Numberone SGPS, Lda.

## 18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

### 18.1 Impostos diferidos

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				FINAL DO EXERCÍCIO
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	Por resultados		Por reservas e resultados transitados		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		Custos	Proveitos	Aumentos	Diminuições	
<b>Activos por imposto diferido</b>	<b>28.350</b>	<b>(14.000)</b>	<b>24.008</b>	<b>299</b>	<b>-</b>	<b>38.657</b>
Outros riscos e encargos	100	-	-	-	-	100
Provisões e imparidade tributadas	20.962	(8.995)	12.818	-	-	24.785
Derivados Banif	14	(6)	-	-	-	8
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.209	(2.801)	744	-	-	152
Benefícios de empregados	2.289	(46)	590	-	-	2.833
Prejuízos fiscais	-	(1.564)	6.152	-	-	4.588
Fundo de pensões BBCA	1.406	(37)	1.953	280	-	3.602
Comissões	567	(259)	23	-	-	331
Propriedades de investimento	-	0	197	-	-	197
Outros	803	(292)	52	-	-	563
Fundo pensões Banif	-	-	1.479	19	-	1.498
<b>Passivos por imposto diferido</b>	<b>(2.634)</b>	<b>(96)</b>	<b>237</b>	<b>2.561</b>	<b>(443)</b>	<b>(375)</b>
Fundo pensões Banif	(93)	-	93	-	-	-
Outros	(8)	-	8	-	-	-
Derivados BBCA	(118)	(35)	28	-	-	(125)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(296)	(61)	108	-	-	(249)
Activos disponíveis para venda	(645)	-	-	652	(8)	(1)
Despesas com encargo diferidos - Fundo Pensões	(1.474)	-	-	1.909	(435)	-
<b>TOTAL</b>	<b>25.716</b>	<b>(14.096)</b>	<b>24.245</b>	<b>2.860</b>	<b>(443)</b>	<b>38.282</b>

### 18.2 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO CORRENTE			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
<b>Gastos com Imposto à Taxa Legal</b>				
Resultado antes de Impostos	13.273	-	-	-
IRC e correcção impostos exercícios anteriores	395	-	-	-
Imposto Diferido	(10.149)	-	-	-
Resultado Líquido do exercício	23.027	3.348	-	-
Taxa legal de imposto sobre rendimento	24,5%	-	-	-
Adicionais sobre taxa legal	1,5%	-	-	-
Carga fiscal normal	26,0%	-	-	-
<b>Variações Patrimoniais</b>	<b>(260)</b>	<b>(68)</b>	<b>(9.581)</b>	<b>(2.491)</b>
A acrescer	1.015	264	(1.015)	(264)
A retirar	(1.275)	(332)	(8.565)	(2.227)
<b>Despesas não Dedutíveis</b>	<b>94.551</b>	<b>24.583</b>	<b>15.462</b>	<b>4.020</b>
Multas	29	8	-	-
Imposto sobre rendimento	395	103	-	-
Provisões não dedutíveis	45.516	11.834	14.704	3.823
Amortizações não dedutíveis	65	17	-	-
Imputação de lucros de sociedades off-shore	43.351	11.271	0	0
Imputação de custos à Sucursal Financeira do Exterior	132	34	-	-
Menos valias contabilísticas	1.675	435,50	-	-
Outros	3.388	881	758	197
<b>Receltas não Tributáveis</b>	<b>(124.478)</b>	<b>(32.364)</b>	<b>15.508</b>	<b>4.032</b>
Mais valias contabilísticas	(549)	(143)	-	-
Menos valias fiscais	(6.326)	(1.645)	-	-
Dividendos não tributáveis de participadas	(39.767)	(10.339)	-	-
Eliminação da dupla tributação económica	(40.000)	(10.400)	-	-
Provisões não dedutíveis	(35.441)	(9.215)	-	-
Benefícios de empregados	(2.095)	(545)	15.508	4.032
Outros	(300)	(78)	-	-
<b>Efeitos Fiscais de Benefícios Fiscais</b>	<b>(1.429)</b>	<b>(372)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros	(1.429)	(372)	-	-
<b>Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)</b>	<b>(18.738)</b>	<b>(4.872)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Dedução de prejuízos fiscais/ benefícios fiscais</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Lucro fiscal ACE	13	3	-	-
<b>Matéria Colectável</b>	<b>(18.725)</b>	<b>(4.869)</b>	<b>18.725</b>	<b>4.588</b>
<b>Colecta Total</b>	<b>-</b>	<b>(4.869)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Total de deduções à colecta	-	-	-	-
<b>Imposto sobre pessoas colectivas liquidado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Retenções na fonte e pagamentos por conta - Activos por impostos correntes	-	(2.911)	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar	-	0	-	-
Correcções impostos exercícios anteriores	-	(642)	-	-
Tributação autónoma	-	395	-	-
<b>Total a pagar (recuperar)</b>	<b>-</b>	<b>(247)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Carga Fiscal Total - Passivos por impostos correntes</b>	<b>-</b>	<b>395</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Encargos / rendimentos por impostos diferidos	-	-	-	(10.149)
Impostos diferidos reconhecidos no exercício	-	-	-	(10.149)
<b>Taxa Efectiva de Tributação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em “Activos por impostos correntes” está contabilizado 467 milhares de euros de IRC a recuperar.

## 19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Ouro	22	21	11
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	511	513	232
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1	1
	<u>534</u>	<u>535</u>	<u>244</u>
Bonificações a receber	6.409	8.503	7.457
	<u>6.409</u>	<u>8.503</u>	<u>7.457</u>
Suprimentos	6.985	6.985	5.015
Devedores diversos	141.740	67.750	54.492
Despesas com encargos diferidos - Fundo Pensões	5.831	7.513	923
Fundo Pensões	15.452	11.912	6.210
Outros activos	134.936	90.580	138.990
	<u>304.944</u>	<u>184.740</u>	<u>205.630</u>
Perdas de imparidade	(4.000)	(8.222)	(7.670)
	<u>307.887</u>	<u>185.556</u>	<u>205.661</u>

As “Despesas com custo diferido – Fundo de Pensões” referem-se ao regime transitório previsto no Aviso 12/2001 do Banco de Portugal.

## 20. IMPARIDADE DE ACTIVOS

A Imparidade de activos apresenta o seguinte movimento no exercício:

Descrição	Saldo em	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em
	31-12-2008					31-12-2009
Activos Financeiros disponíveis para venda	3.634	12.704	-	-	-	16.338
Activos não correntes detidos para venda	4.055	3.205	-	-	(4.983)	2.277
Propriedades de investimento	-	456	-	-	-	456
Outros activos	4.338	-	-	-	(338)	4.000
Total	<u>12.027</u>	<u>16.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.321)</u>	<u>23.071</u>

## 21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Recursos em Bancos Centrais	1.100.000	875.000	645.000
Encargos Financeiros	3.424	4.509	2.728
	<u>1.103.424</u>	<u>879.509</u>	<u>647.728</u>

Os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme indicado na Nota 9 relativo a títulos emitidos no âmbito de operações de securitização.

## 22. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é composta pela valorização (justo valor negativo) dos instrumentos financeiros derivados, descritos na Nota 7, deste anexo.

## 23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Descrição	31-12-2009	31-12-2008 Banif + BBCA	31-12-2008
Obrigações	20.274	27.321	22.321
Encargos financeiros	130	425	351
	<u>20.404</u>	<u>27.746</u>	<u>22.672</u>

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal em circulação	Valor balanço
Banif Euro Stoxx 50 2005/2010	01-07-2005	01-07-2010	Taxa fixa de 1%, acrescida de uma percentagem variável associada ao índice DJ Eurostoxx 50	5.848	6.133
Banif SFE Dólar Multi-activos 2005/2010	28-02-2005	28-02-2010	Taxa de juro sujeita à evolução de um cabaz (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index, Nikkei 225 Index), com valor mínimo de 1%	3.471	3.517
Banif Euro Multi - Activos 2005/2010	28-02-2005	28-02-2010	Taxa de juro sujeita à evolução de um cabaz (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index, Nikkei 225 Index, Contrato Genérico de futuro sobre o preço do petróleo, Citigroup Worl Government Bond index), com valor mínimo de 1%	5.500	5.674
BBCA 2006/2011	31-03-2006	31-03-2011	1.º Ano: taxa fixa de 3,25%, restantes 4 Anos: Euribor 6 meses acrescida de 1%	4.950	4.950
					<u>20.274</u>

Em 2009 foi reembolsada a Banif SFE 2006/2009 no montante de 7,5 milhões de euros.

## 24. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	31-12-2009	31-12-2008 Banif + BBCA	31-12-2008
De Instituições de crédito do país			
Depósitos	258.662	150.151	146.300
Empréstimos	50.913	162.789	435.545
	<u>309.575</u>	<u>312.940</u>	<u>581.845</u>
De Instituições de crédito no estrangeiro			
Depósitos	218.067	312.806	312.590
Empréstimos	1.075.107	1.251.026	1.251.026
Outros	14.157	6.403	5.492
	<u>1.307.331</u>	<u>1.570.235</u>	<u>1.569.108</u>
Encargos financeiros	4.122	16.689	17.489
	<u>1.621.028</u>	<u>1.899.864</u>	<u>2.168.442</u>

## 25. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Depósitos			
À Vista	1.189.645	1.211.403	925.566
A prazo	4.773.253	4.874.362	4.244.788
Poupança	113.137	180.333	88.574
Outros	487.002	330.705	330.705
	<u>6.563.037</u>	<u>6.596.803</u>	<u>5.589.633</u>
Outros débitos			
Cheques e ordens a pagar	6.444	3.332	3.199
	<u>6.444</u>	<u>3.332</u>	<u>3.199</u>
Encargos financeiros	36.913	56.294	46.967
	<u>6.606.394</u>	<u>6.656.429</u>	<u>5.639.799</u>

## 26. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Certificados de depósito	19.319	43.419	43.419
Obrigações	500.000	-	-
Encargos financeiros	10.124	649	649
Correcção de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(1.144)	-	-
	<u>528.299</u>	<u>44.068</u>	<u>44.068</u>

A emissão de dívida classificada nesta rubrica apresenta as seguintes características:

- Em 8 de Maio de 2009, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA emitiu obrigações com garantia da República Portuguesa no montante de 500 milhões de euros. O reembolso ao par no prazo de três anos. A taxa de juro da emissão fixa é de 3,25%. O Banif contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro.

## 27. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Atlantes Mortgage N.º1	204.331	223.599	223.599
Azor Mortgage N.º1	86.422	96.195	-
Receita com rendimento diferido	2.340	2.697	1.759
	<u>293.093</u>	<u>322.491</u>	<u>225.358</u>

A Sociedade realizou operações de titularização de crédito hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

#### Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

#### Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBKA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo Banif, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de *rating*, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

#### Atlantes Mortgage N.º2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

#### Azor Mortgage N.º2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

### Atlantes Mortgage N.º3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

### Atlantes Mortgage N.º4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

### Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage n.º.4, Atlantes Mortgage N.º5 e Azor Mortgage N.º2 estão detidas pela Sociedade, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

## 28. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	Saldo em 31-12-2008	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2009
Riscos Gerais de Crédito	77.724	2.395	4.644	-	(2.262)	82.501
Processos judiciais	388	301	-	-	(316)	373
Contingências fiscais	5.493	638	-	-	(555)	5.576
Outras provisões	442	-	-	-	-	442
Total	<u>84.047</u>	<u>3.334</u>	<u>4.644</u>	<u>-</u>	<u>(3.133)</u>	<u>88.892</u>

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica “provisões para contingências fiscais”, encontra-se registado, o montante de 1.714 milhares de euros (1.631 milhares de euros em 2008) relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Outras provisões e processos judiciais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos.

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008 Banif + BBCA	31-12-2008
Garantias prestadas (das quais:)			
Garantias e avales	1.487.495	1.883.389	1.750.691
Cartas de crédito stand-by	2.791	2.826	-
Créditos documentários abertos	30.501	28.941	28.169
	1.520.787	1.915.156	1.778.860

As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2008
Outras garantias prestadas (das quais:)			
Activos dados em Garantia	1.806.443	1.204.350	914.380
Compromissos perante terceiros (dos quais:)			
Compromissos irrevogáveis	380.714	437.818	368.666
Compromissos revogáveis	1.162.979	934.498	717.518
	3.350.136	2.576.666	2.000.564

Os “Activos dados em garantia” correspondem a Obrigações do Tesouro e obrigações associadas a operações de securitização, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal, Sociedade Garantia Mútua e Banco Central Europeu.

## 29. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS E INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008 Banif + BBCA	31-12-2008
Obrigações e empréstimos subordinados emitidas	433.868	342.500	277.500
Obrigações subordinadas readquirias	-	(8.607)	(8.607)
Encargos financeiros	516	2.243	1.236
	434.384	336.136	270.129

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor balanço
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	16-07-2001	16-07-2011	1º cupão: 5,375%; cupões seguintes Euribor 6 meses acrescida de 0,75%	12.500
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	50.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.056
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,47%	75.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	25.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%, restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	100.000
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	20.000
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000
				<u>433.868</u>

Em 2009 os empréstimos subordinados com redução de valor, foram os seguintes:

- Banif - Banco Internacional do Funchal, 2006 – perpétua: 44.728 milhares de euros;
- Banif - Banco Internacional do Funchal, 2006 – 2016: 11.960 milhares de euros;
- Banif - Banco Internacional do Funchal, 2007 – perpétua: 26.944 milhares de euros.

A rubrica “Instrumentos representativos de capital” corresponde à seguinte situação:

- Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, nas seguintes condições:

Emissão: 50 milhões de euros

Data emissão: 30/12/2009

Data maturidade: indeterminada

Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:

- (i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;
- (ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

### 30. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Credores e Outros Recursos	90.013	48.265	38.060
Por gastos com pessoal	24.691	21.861	18.767
Posição cambial	38	624	624
Outros	50.369	55.000	49.612
	<u>165.111</u>	<u>125.750</u>	<u>107.063</u>

### 31. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Capital	566.000	341.892	290.000
Prémios de emissão	451	451	451
Outros instrumentos de capital	-	-	-
Reservas de reavaliação:			
Reservas de reavaliação de títulos	3	4.722	2.530
Reservas por imposto diferido	(1)	(645)	(645)
Reserva Legal	16.776	25.207	14.483
Outras reservas e resultados transitados	40.752	38.067	24.093
(Acções próprias)	-	-	-
Resultado do exercício	23.669	22.931	15.269
(Dividendos antecipados)	-	-	-
<b>Total do Capital</b>	<u>647.650</u>	<u>432.625</u>	<u>346.181</u>

Com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, o Banif - Grupo Financeiro procedeu à fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (BBCA) no Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, filiais cujo capital é detido integralmente pela Banif Comercial, SGPS, SA.

Formação da rubrica "Capital", após 01 de Janeiro de 2009:

Capital social Banif	290.000
Capital social BBCA	51.892
Reservas reavaliação BBCA	2.192
Reservas reavaliação BBCA (parte não realizada)	(32)
Reserva legal BBCA	10.724
Outras reservas BBCA	8.045
Resultados transitados BBCA	3.179
	<u>366.000</u>
Aumento capital (Março 2009)	50.000
Aumento capital (Setembro 2009)	150.000
	<u>566.000</u>

O capital social é constituído por 113.200.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

Em 2009 foram efectuados dois aumentos de capital no montante de 50 milhões de euros e 150 milhões de euros, em Março e Setembro respectivamente, subscrito pelo Banif Comercial SGPS, SA.

No 1º Semestre de 2009 foram realizadas mais-valias referentes à participação na Sociedade Via Litoral, no montante líquido de 1.945 milhares de euros.

A análise sobre capital regulamentar encontra-se apresentada no capítulo III do Relatório de Gestão.

### 32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008		
	31-12-2009	Banif + BBKA	31-12-2008
<b>Juros e rendimentos Similares</b>			
Juros de disponibilidades	2.287	6.476	5.602
Juros de aplicações em IC	63.187	85.063	112.026
Juros de crédito a clientes	364.008	524.456	437.425
Juros de crédito vencido	10.286	8.591	7.829
Juros e rendimentos similares de outros activos	175.044	150.912	125.601
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	6.847	19.620	7.245
	<u>621.659</u>	<u>795.118</u>	<u>695.728</u>
<b>Juros e encargos Similares</b>			
Juros de recursos de bancos centrais	11.674	6.950	6.950
Juros de recursos de outras IC	90.927	208.867	211.231
Juros de recursos de clientes	191.512	223.893	191.529
Juros de empréstimos	0	0	0
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	11.987	4.710	4.710
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	67.207	56.282	41.897
Juros de passivos subordinados	12.491	18.700	14.959
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	2.037	3.539	3.539
Outros	44.619	64.098	51.482
	<u>432.454</u>	<u>587.039</u>	<u>526.297</u>

### 33. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008		
	31-12-2009	Banif + BBKA	31-12-2008
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	326	926	551
Dividendos de investimentos em filiais	40.000	2.078	2.078
	<u>40.326</u>	<u>3.004</u>	<u>2.629</u>

No exercício de 2009 os dividendos recebidos foram de 326 milhares de euros, sendo que o montante de 40.000 milhares de euros (39.600 milhares de euros da sociedade Numberone SGPS, Lda e 400 milhares de euros da sociedade Banif Finance Ltd) foi reconhecido nos termos da Nota 3.17.

#### 34. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Rendimentos com comissões			
Garantias prestadas	11.886	9.208	7.154
Depósito e guarda de valores	425	481	480
Cobrança de valores	4.482	4.185	3.753
Transferência de valores	937	712	712
Gestão de cartões	9.690	2.468	1.781
Anuidades	3.232	3.121	2.280
Operações de crédito	1.246	1.396	1.125
Outros serviços prestados	9.038	16.157	11.466
Outras comissões recebidas	32.436	31.049	29.142
	<u>73.372</u>	<u>68.777</u>	<u>57.893</u>
Encargos com comissões			
Garantias recebidas	3.374	-	-
Por outros serviços recebidos	6.800	7.434	4.530
Outras comissões pagas	287	578	557
	<u>10.461</u>	<u>8.012</u>	<u>5.087</u>

#### 35. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Ganhos em operações financeiras			
Ganhos em diferenças cambiais	75.245	39.110	37.543
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	19.791	20.463	19.232
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	15.040	6.490	4.478
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	4.598	5.700	109
Outros ganhos	5.240	370	-
	<u>119.914</u>	<u>72.133</u>	<u>61.362</u>
Perdas em operações financeiras			
Perdas em diferenças cambiais	73.402	37.737	36.463
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	23.332	21.216	20.138
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.133	10.382	7.251
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	-	750	703
Outras perdas	5.870	398	-
	<u>106.737</u>	<u>70.483</u>	<u>64.555</u>

#### 36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO E RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Resultados de alienação de outros activos têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Ganhos na alienação de outros activos	1.616	27	-
Perdas na alienação de crédito a clientes	7.013	2.214	2.214
Perdas na alienação de outros activos	3.228	414	-
	<u>( 8 625)</u>	<u>( 2 601)</u>	<u>( 2 214)</u>

Outros resultados de exploração têm a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Outros proveitos			
Prestação de Serviços	5.166	3.807	3.807
Recuperação de crédito e juros	9.977	9.155	7.814
Reembolso de despesas	13.061	17.111	12.940
Ganhos em activos não financeiros	0	1.812	1.812
Outros	4.697	2.351	2.363
	<u>32.901</u>	<u>34.236</u>	<u>28.736</u>
Outros custos			
Quotizações e donativos	515	707	543
Contribuições para FGD e FGCAM	1.270	1.122	912
Outros impostos	3.250	1.588	1.423
Perdas em activos não financeiros	1.374	3.947	3.947
Outros	3.615	3.127	2.329
	<u>10.024</u>	<u>10.491</u>	<u>9.154</u>

### 37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u> <u>Banif + BBCA</u>	<u>31-12-2008</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	3.149	4.145	2.459
Remuneração de empregados	78.957	76.836	64.507
	<u>82.106</u>	<u>80.981</u>	<u>66.966</u>
Encargos sociais obrigatórios:			
Encargos relativos a remunerações	18.191	16.675	14.934
Encargos com pensões:			
- Banif	1.264	2.893	2.893
- Banco Banif e Comercial dos Açores	4.397	4.673	-
- Outros (Planos de contribuições definidas)	2.793	800	80
Outros encargos sociais	2.002	1.599	1.210
	<u>28.647</u>	<u>26.640</u>	<u>19.117</u>
Outros custos com pessoal	1.356	606	1.162
	<u>112.109</u>	<u>108.227</u>	<u>87.245</u>

### 38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u> <u>Banif + BBCA</u>	<u>31-12-2008</u>
Água, energia e combustíveis	3.082	3.353	2.921
Material de consumo corrente	990	1.019	1.019
Rendas e alugueres	18.369	17.678	15.493
Comunicações	8.273	9.698	8.187
Deslocações, estadas e representação	1.835	2.373	1.701
Publicidade e edição de publicações	8.785	12.948	11.270
Conservação e reparação	2.727	3.486	2.902
Transportes	1.330	1.509	1.509
Formação de pessoal	894	1.353	1.069
Seguros	997	660	660
Serviços especializados	26.980	25.381	22.932
Outros	4.081	7.409	2.232
	<u>78.343</u>	<u>86.867</u>	<u>71.895</u>

### 39. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2009	31-12-2008	
		Banif + BBCA	31-12-2008
Resultado do exercício	23.669	22.931	15.269
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	88.241.096	65.912.720	55.534.247
Ganho por acção (€/acção)	<u>0,27</u>	<u>0,35</u>	<u>0,27</u>

Atendendo que o capital social da Sociedade é composto por acções ordinárias, apenas se apresentam os resultados por acção básicos.

### 40. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam na rubrica de "Rendas e alugueres" dos Gastos Gerais Administrativos e referem-se principalmente a edifícios arrendados para instalação de balcões.

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	7.525	740	45
Entre 1 e 5 Anos	7.236	1.507	148
Superior a 5 Anos	<u>37.393</u>	-	-
Total	<u>52.154</u>	<u>2.247</u>	<u>193</u>

### 41. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo II do Relatório de Gestão.

## 42. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Instrumentos financeiros ao justo valor

31-12-2009

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação	
		Análise de mercado	Outras
<b>Activos</b>			
Activos financeiros detidos para negociação	-	9.446	622
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	100.160	122.998	-
Activos financeiros disponíveis para venda	4	-	112.414
<b>Passivos</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	-	8.847	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	20.404	-
Responsabilidade representadas por títulos	-	508.613	-

31-12-2008

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação	
		Análise de mercado	Outras
<b>Activos</b>			
Activos financeiros detidos para negociação	-	16.700	570
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	202.970	29.593	-
Activos financeiros disponíveis para venda	2	3.320	76.491
<b>Passivos</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	-	16.772	479
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	27.746	-

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado;
- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Não existem alterações, em relação a 2008, aos critérios valorimétricos relativos a activos financeiros que estão classificados como técnica de avaliação análise de mercado.

A rubrica “Responsabilidades representadas por títulos” incluída nesta análise corresponde à emissão do Banif 2009 – 2012, elemento coberto (Nota 26).

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.7.2.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna “outros” (11.558 milhares de euros em 2009 e 9.591 milhares de euros em 2008).

O modelo de valorização para os passivos financeiros ao justo valor através de resultados consiste, na utilização para a componente financeira de técnicas de “*discounted cash-flows*” com base numa curva de taxa de juro de cupão zero, ajustada pelo spread implícito no passivo na data da respectiva emissão. O valor do derivado embutido é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes. O justo valor do instrumento é, assim, determinado pela soma das duas componentes, financeira e derivado embutido.

Nos modelos internos de valorização dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela *Bloomberg*, nomeadamente para os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário e para prazos superiores através das cotações dos swaps de taxa juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2009, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	Moeda	
	EUR	USD
1 dia	0,29%	0,20%
7 dias	0,33%	0,23%
15 dias	0,35%	0,24%
1 mês	0,43%	0,27%
2 meses	0,45%	0,33%
3 meses	0,60%	0,36%
4 meses	0,70%	0,50%
5 meses	0,80%	0,64%
6 meses	0,90%	0,79%
7 meses	0,93%	0,79%
8 meses	0,95%	0,80%
9 meses	0,97%	0,80%
10 meses	1,07%	0,76%
11 meses	1,16%	0,71%
1 ano	1,26%	0,67%
2 anos	1,88%	1,42%
3 anos	2,25%	2,06%
4 anos	2,53%	2,52%
5 anos	2,81%	2,98%
6 anos	3,01%	3,26%
7 anos	3,22%	3,54%
8 anos	3,34%	3,68%
9 anos	3,46%	3,83%
10 anos	3,58%	3,97%
20 anos	4,06%	4,47%
30 anos	3,94%	4,54%

Varição de justo valor do período dos passivos financeiros ao justo valor foi de - 630 milhares de euros em 2008 (+2.464 milhares de euros em 2008). A variação de justo valor acumulado dos

passivos financeiros ao justo valor foi de -505 milhares de euros em 2009 (-136 milhares de euros em 2008).

#### Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

31-12-2009

	Valor de balanço	Justo valor
<b>Activos</b>		
Aplicações e Disponibilidades em IC's	807.661	807.661
Créditos e outros valores a receber	9.641.693	9.641.693
<b>Passivos</b>		
Recursos de IC's	1.621.028	1.621.028
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.606.394	6.606.394
Responsabilidade representadas por títulos	19.686	19.686

31-12-2008

	Valor de balanço	Justo valor
<b>Activos</b>		
Aplicações e Disponibilidades em IC's	599.418	599.418
Créditos e outros valores a receber	9.220.566	9.220.566
<b>Passivos</b>		
Recursos de IC's	1.899.864	1.899.864
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.656.429	6.656.429
Responsabilidade representadas por títulos	44.068	44.068

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Atendendo à pouca materialidade do crédito a taxa fixa superior a um ano, considerou-se que o valor de balanço é uma aproximação ao justo valor.

Para os recursos de clientes e responsabilidade representadas por títulos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

#### 43. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

##### 43.1 Descrição Geral

Em 2008, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social.

O fundo e o respectivo Plano de Pensões, em vigor até à aprovação do referido Acordo de Empresa (AE), davam cumprimento ao conjunto de benefícios estipulados no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV) em matéria de Segurança Social, designadamente nas cláusulas 136ª e seguintes. Tratava-se de um Plano de Benefício Definido (BD) cujo financiamento era suportado pelo Associado (Sociedade) e pelos Participantes (colaboradores enquadráveis no âmbito da clausula 137ª-A do ACT).

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o Fundo foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III:

- Plano de Pensões I que deu continuidade ao anterior Plano de Pensões de BD, integrando não só os reformados – como decorre directamente da legislação aplicável – como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos);
- Plano de Pensões II, de Contribuição Definida (CD), que abrangeu todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu não só um plano específico de:
  - contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários, como também a atribuição de uma contribuição inicial a afectar às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras;
- Plano de Pensões III, também de Contribuição Definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários.

O Plano II e o Plano III iniciaram-se em 1 de Outubro de 2008, assim como as respectivas contribuições regulares do Associado e dos Participantes.

Em consequência da transformação do Plano de Pensões, houve uma redução material no número de empregados no activo abrangidos para efeitos da atribuição de complementos de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência (benefícios prometidos) ao abrigo pelo Plano de Benefício Definido. Para avaliar o impacto deste corte, foram efectuados estudos actuariais com referência a 1 de Outubro de 2008, tendo a Sociedade reconhecido até essa data as responsabilidades com o anterior Plano de Benefício Definido e, após essa data, as responsabilidades com o Plano de Pensões I.

Na data da transformação do Fundo, a Sociedade reconheceu também a totalidade das contribuições iniciais para o Plano de Pensões II (de Contribuição Definida).

Em 1 de Janeiro de 2009, esta Sociedade incorporou por fusão o Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (BBCA), tendo sido transmitidos para a mesma todos os direitos e obrigações assumidos pela Sociedade incorporada, implicando a integração na Sociedade de todos os meios humanos do BBKA e respectivos vínculos jurídico-laborais. Deste modo, a Sociedade assumiu as responsabilidades com o Plano de Pensões BBKA, que abrange todos os empregados da Sociedade incorporada à data da fusão por incorporação.

#### 43.2 Descrição dos benefícios

Os benefícios aos empregados assumidos pela Sociedade ao abrigo dos referidos planos de pensões são:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
  - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
  - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBKA (benefício definido), fechado a novas adesões, ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTV), aos empregados do BBKA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, plano independente dos regimes públicos de Segurança Social. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;
- Fundo de Pensões BBKA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, SA), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBKA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são da responsabilidade da actuária Dr.ª Ana Marta Vasa, da Watson Wyatt (Portugal), Unipessoal Limitada, uma empresa Towers Watson.

#### 43.3 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2009, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 86 Pensionistas (76, em 2008) e 18 Activos (26, em 2008), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.411 Activos (1.803, em 2008), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

##### a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:			
- Homens	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	6,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,75%	6,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2008, alterou-se da taxa de desconto, que passou de 5,75% para 5,00% para o benefício de pensões de reforma do Plano de Pensões I, e 6,00% para o benefício do SAMS também do Plano de Pensões I. Esta alteração teve por objectivo reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto referidas corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA"), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos benefícios.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 10 anos. Em contrapartida, para o benefício com o SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 26 anos.

Adicionalmente a taxa de crescimento salarial também foi alterada de forma a melhor ilustrar a realidade existente na Sociedade. Assim, face à última avaliação sofreu um decréscimo, passando para 3,00%.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de “turnover” por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

#### b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço e o impacto do corte em 2008 eram:

	2009	2008			
		31/12/08	1/10/08	Corte	1/10/08
Valor Actual das Responsabilidades:					
Pensões em pagamento	18.799	12.573	12.386	0	12.386
Serviços passados de activos	3.015	8.346	8.167	(42.185)	50.352
Encargos com SAMS	4.986	5.204	4.982	(4.882)	9.864
<b>Total</b>	<b>26.800</b>	<b>26.123</b>	<b>25.535</b>	<b>(47.067)</b>	<b>72.602</b>
Justo valor dos activos do Plano	(26.930)	(25.913)	(28.217)	(39.114)	(67.331)
<b>Deficit</b>	<b>(130)</b>	<b>210</b>	<b>(2.682)</b>		<b>5.271</b>
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos					
"Corredor"	(3.968)	(4.235)	(3.246)	(5.984)	(9.231)
Excesso ao "Corredor"	(1.968)	(2.185)	(549)	(1.013)	(1.562)
<b>Total</b>	<b>(5.936)</b>	<b>(6.420)</b>	<b>(3.796)</b>	<b>(6.997)</b>	<b>(10.793)</b>
<b>Passivo (Activo) reconhecido no Balanço</b>	<b>(6.066)</b>	<b>(6.210)</b>	<b>(6.478)</b>		<b>(5.522)</b>
Efeito líquido do "corte" e transformação do Fundo:				<u>956</u>	

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2009, era de 349 milhares de euros (3.051 milhares de euros, em 2008).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 3.968 milhares de euros (4.235 milhares de euros, em 2008) está incluído no “corredor” e o excedente, no montante de 1.968 milhares de euros (2.185 milhares de euros, em 2008), será amortizado por 1 ano, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2009, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 771 milhares de euros (805 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008), ou a redução de 765 milhares de euros (797 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 5,7 milhares de euros (24 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008), ou a redução 0,9 milhares de euros (25 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008).

#### c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões I (relativamente a 2008, apresenta-se separadamente os custos suportados até 1 de Outubro de 2008 e após essa data):

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Custo do serviço corrente	76	245	2.959
Custo dos juros	1.502	383	3.035
Rendimento esperado	(1.388)	(370)	(2.858)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	1.092	10	40
Encargos suportados benef. / outros	(19)	0	(551)
<b>Total gastos do exercício</b>	<b>1.264</b>	<b>268</b>	<b>2.625</b>

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2008) na medida em que todos se reformam por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto (em 2008 inclui o efeito do corte):

	2009	2008		
		31/12/08	Corte	1/10/08
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	26.123	25.535	(47.067)	73.567
Custo do serviço corrente	76	245	-	2.959
Custo dos juros	1.502	383	-	3.035
Perdas (ganhos) actuariais	544	351	-	(6.287)
Pensões Pagas	(1.445)	(391)	-	(672)
Valor Actual das Responsabilidades finais	26.800	26.123	(47.067)	72.602

e) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi (em 2008 inclui o efeito do corte):

	2009	2008		
		31/12/08	Corte	1/10/08
Valor do Fundo no início do ano	25.913	28.217	(39.114)	71.140
Rendimento esperado	1.388	370	-	2.858
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(64)	(2.283)	-	(6.545)
Contribuição entregue ao fundo	1.139	0	-	551
Pensões pagas pelo fundo	(1.445)	(391)	-	(672)
Valor do Fundo no final do ano	26.930	25.913	(39.114)	67.331

As contribuições realizadas em 2009, no montante de 1.139 milhares de euros (551 milhares de euros, em 2008), foram realizadas em numerário.

Em 2010, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 353 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2009		2008	
	Montante	%	Montante	%
Acções	1.629	6,0%	539	2,1%
Fundos de Investimento	8.156	30,3%	8.240	31,8%
Dívida Pública	0	0,0%	0	0,0%
Obrigações diversas	3.436	12,8%	3.275	12,6%
Imóveis	9.332	34,7%	9.332	36,0%
Mercado monetário	3.046	11,3%	4.293	16,6%
Outros	1.332	4,9%	235	0,9%
<b>Total</b>	<b>26.930</b>	<b>100,0%</b>	<b>25.913</b>	<b>100,0%</b>

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2008).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2009, 2.553 milhares de euros (1.875 milhares de euros, em 2008) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 2.925 milhares de euros (3.825 milhares de euros, em 2008) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

#### f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior (apresentando-se separadamente os períodos até 1 de Outubro de 2008 e após essa data) foram:

	2009	2008	
		31/12/08	1/10/08
Taxa de Mortalidade	0,11%	0,06%	0,06%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,35%	0,35%
Taxa de Rendimento do Fundo	5,31%	-11,66%	-4,95%
Taxa Crescimento Salários	4,61%	4,01%	4,43%
Taxa Crescimento Pensões	1,45%	11,87%	11,87%
Taxa de 'turnover'	0,00%	6,00%	2,97%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido, nos últimos 5 anos, apresenta-se da seguinte forma:

	2009	2008	2007	2006	2005
Valor Actual das Responsabilidades	26.800	26.123	73.567	72.499	64.941
Valor do Fundo	26.930	25.913	71.140	65.881	54.426
(Déficit ) Superávit	130	(210)	(2.427)	(6.618)	(10.516)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	(544)	(351)	4.888	(2.121)	(11.033)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(64)	(2.283)	(2.169)	828	817

#### 43.4 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2009, a Sociedade efectuou contribuições 2.793 milhares de euros (800 milhares de euros em 2008) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 89 milhares de euros de contribuição corrente (11 milhares de euros de contribuição corrente e 2.160 milhares de euros de contribuição inicial em 2008).

#### 43.5 Plano de Pensões BBCA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2009, o Fundo abrangia uma população de 251 Pensionistas (241, em 2008) e 391 Activos (407, em 2008).

##### a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2009	2008
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,75%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,75%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,75%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2008, alterou-se da taxa de desconto que passou de 5,75% para 5,50%. Esta alteração teve por objectivo reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto de 5,50% corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (16 anos).

Adicionalmente também foi alterada a taxa de crescimento de pensões de 2,0% para 1,75%, que, de acordo com a estimativa de longo prazo, se adequa à evolução da inflação.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

##### b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Valor Actual das Responsabilidades:</b>		
Pensões em pagamento	51.284	47.398
Serviços passados de activos	49.198	47.544
Encargos com SAMS	6.584	6.211
Subsídio por Morte	1.839	1.702
Total	<u>108.905</u>	<u>102.855</u>
Justo valor dos activos do Plano	(101.073)	(92.046)
Deficit	7.832	10.809
<b>Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos</b>		
"Corredor"	(12.877)	(12.814)
Excesso ao "Corredor"	(4.341)	(3.697)
Total	<u>(17.218)</u>	<u>(16.511)</u>
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	<u>(9.386)</u>	<u>(5.702)</u>

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2009, era de 26.558 milhares de euros (27.210 milhares de euros, em 2008).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 12.877 milhares de euros (12.814 milhares de euros, em 2008) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 4.341 milhares de euros (3.697 milhares de euros, em 2008), será amortizado por 16 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2009, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 1.012 milhares de euros (957 milhares de euros, em 2008), ou redução de 1.013 milhares de euros (955 milhares de euros, em 2008) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 20 milhares de euros (19 milhares de euros, em 2008), ou redução de 17 milhares de euros (18 milhares de euros, em 2008).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Custo do serviço corrente	2.025	2.004
Custo dos juros	5.914	5.427
Rendimento esperado	(5.048)	(5.188)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	205	0
Custos Reformas Antecipadas	1.395	2.547
Encargos suportados pelos beneficiários	(94)	(117)
Total gastos do exercício	<u>4.397</u>	<u>4.673</u>

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

## d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2009	2008
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	102.855	98.670
Custo do serviço corrente	2.025	2.004
Custo dos juros	5.914	5.427
Perdas (ganhos) actuariais	322	(2.752)
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	1.395	2.547
Pensões Pagas	(3.606)	(3.041)
Valor Actual das Responsabilidades finais	108.905	102.855

## e) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2009	2008
Valor do Fundo no início do ano	92.046	97.597
Rendimento esperado	5.048	5.188
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(591)	(16.456)
Contribuição entregue ao fundo	8.175	8.758
Pensões pagas pelo fundo	(3.606)	(3.041)
Valor do Fundo no final do ano	101.073	92.046

As contribuições realizadas em 2009, no montante de 8.175 milhares de euros, foram realizadas em numerário.

Em 2010, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 4.044 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2009		2008	
	Montante	%	Montante	%
Ações	5.734	5,7%	1.721	1,9%
Fundos de Investimento	54.024	53,5%	43.477	47,2%
Dívida Pública	0	0,0%	0	0,0%
Obrigações diversas	12.329	12,2%	10.939	11,9%
Imóveis	14.231	14,1%	14.231	15,5%
Mercado monetário	11.217	11,1%	22.202	24,1%
Outros	3.537	3,5%	(525)	-0,6%
Total	101.073	100,0%	92.046	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.185 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2008).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2009, 9.075 milhares de euros (6.095 milhares de euros, em, 2008) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 10.802 milhares de euros (21.875 milhares de euros, em 2008) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

## f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2009	2008
Taxa de Mortalidade	0,77%	0,79%
Taxa de Invalidez	0,49%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	4,89%	-11,64%
Taxa Crescimento Salários	4,40%	4,12%
Taxa Crescimento Pensões	0,43%	3,83%
Taxa de 'turnover'	0,25%	1,21%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2009	2008	2007	2006	2005
Valor Actual das Responsabilidades	108.905	102.855	98.670	102.374	100.256
Valor do Fundo	101.073	92.046	97.597	90.854	82.140
(Déficit) Superávit	(7.832)	(10.809)	(1.073)	(11.520)	(18.116)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	(322)	2.752	9.477	2.094	(12.483)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(591)	(16.456)	(2.575)	1.638	1.271

## 44. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	Elementos chaves de gestão		Membros próximos dos elementos chaves de gestão		Empresas do grupo		Outras Entidades	
	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2008
	Crédito e aplicações	2.645	1.062	3	12	1.517.424	1.624.923	46
Activos financeiros	-	-	-	-	2.336.619	982.204	-	-
Suprimentos	-	-	-	-	5.000	5.000	1.970	-
Outros activos	-	-	-	-	120.300	39.055	-	-
Passivos financeiros	-	-	-	-	682.901	205.912	-	-
Depósitos	4.721	2.945	389	699	626.487	1.563.141	107.289	71.343
Outros passivos	-	-	-	-	9.272	3.031	-	-
Gratias prestadas	-	-	-	-	807.830	1.370.541	292	15.603
Juros e encargos similares	170	81	18	-	90.613	155.761	3	3.101
Juros e rendimento similares	40	26	2	-	119.645	149.186	1.919	455
Rendimento em instrumentos de capitais	-	-	3	-	40.000	2.078	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	6	-	-	-	1.600	3.239	-	-
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	408	1.062	-	-
Resultados financeiros	-	-	-	-	1.272	-486	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	17.939	13.804	-	-
Outros resultados	-	-	-	-	5.709	3.634	-	-

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação da Comissão Executiva.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações dos órgãos de gestão:

2009: 3.194 milhares de euros

2008: 2.410 milhares de euros

As partes relacionadas são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Comendador Horácio da Silva Roque  
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos  
Dr. Carlos David Duarte de Almeida  
Dr. António Manuel Rocha Moreira  
Dr. José Marques de Almeida  
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz  
Dr. José António Machado de Andrade  
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos  
Engº Diogo António Rodrigues da Silveira  
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Dr. Vítor Farinha Nunes  
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes  
Dr. Fernando José Inverno da Piedade  
Dr. José António Vinhas Mouquinho  
Sr. Vítor Hugo Simons  
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Paula Cristina Moura Roque  
Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos  
Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires  
Filipe Gouveia Marques dos Santos  
Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida  
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida  
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira  
Joana Sá Reis Rocha Moreira  
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira  
Maria Alice Pereira de Almeida  
Maria José Pereira Marques de Almeida  
Maria João Pereira Marques de Almeida  
Maria de Jesus Pereira dos Santos Amador Vaz  
Ana Cristina Amador Vaz Ribeiro  
Maria da Luz Pedrosa Duarte de Andrade  
Ana Leonor Duarte de Andrade  
Diogo Duarte de Andrade  
Cristina Maria Cunha Guillot de Carvalho Machado dos Santos  
João Abel Guillot Machado dos Santos  
Catherine Thérèse Laurence da Silveira  
Alexandre Tiago da Silveira  
Héloise Maria da Silveira  
Gaspar Antoine da Silveira  
Helena Veiga Martins de Almeida  
Catarina Martins Marques de Almeida  
Margarida Martins Marques de Almeida  
Ana Cristinados Santos de Figueiredo e Sousa Nunes  
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto  
Artur Rangel Fernandes  
Nicole Rangel Fernandes  
Mateus Boarotto Fernandes

Luisa Maria Campina Pinto da Piedade  
Carolina Pinto Inverno da Piedade  
Leonor Pinto Inverno da Piedade  
Domingas da Conceição Clérigo Barradas Mouquinho  
Inês Sofia Barradas Mouquinho  
Ana Bela Delgado Courinha e Ramos Simons  
Nidia da Mota Simons  
João Pedro da Mota Simons  
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons  
Lorenzo Roque Dal Fabbro  
Bianca Maria Roque Dal Fabbro

Entidades do Grupo:

Rentipar Financeira SGPS  
Banif SGPS  
Banif Imobiliária  
BanifServ  
Soc. Imobiliária Piedade  
Banif Comercial, SGPS  
Banif Finance  
Banif Açores, Inc San José  
Banif Açores, Inc Fall River  
InvestaÇor, SGPS  
Banif (Açores) SGPS  
Banif Go  
Banif Rent  
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)  
Tecnicrédito SGPS  
Tecnicrédito ALD  
Banco Mais  
Bank Plus Hungary  
Margem Mediação de Seguros, Lda  
TCC Investments Luxembourg  
Banco Pecúnia  
Banco Caboverdiano de Negócios  
Banif Bank (Malta)  
Banif Holding (Malta)  
Banca Pueyo  
Bankpime  
Imobiliaria Vegas Altas  
Banif Banco de Investimento  
Banif Gestão de Activos  
Banif Açor Pensões  
Banif Capital  
Centro Venture  
Gamma  
Numberone  
Banif International Asset Management  
Banif Multi Fund  
Banif Investimentos SGPS  
Banif (Cayman)  
Banif International Holdings  
FINAB  
Banif Financial Services  
Banif Finance USA  
Banif Forfaiting Company

Banif Trading  
Banif Securities Holdings  
Banif securities Inc  
Econofinance  
Banif (Brasil)  
Banif International Bank  
Banif Banco de Investimento (Brasil)  
Banif Corretora de Valores e Câmbio  
Banif Gestão Activos (Brasil)

Outras entidades:

Rentipar Seguros  
Companhia de Seguros Açoreana  
Rentipar Investimentos, SGPS  
Rentipar Industria SGPS  
Rentiglobo, SGPS  
Empresa Madeirense de Tabacos  
SIET Savoy  
VITECAF – Fábrica Rações da Madeira  
RAMA - Rações para Animais  
SODIPRAVE - Soc. Dist. De Produtos Avícolas  
Aviatlântico  
SOIL, SGPS  
Rentimundi - Investimentos Imobiliários  
Mundiglobo - Habitação e Investimentos  
Habiprede - Sociedade de Construções  
Genius - Mediação de Seguros  
Rentimedis - Mediação de Seguros  
Fundos de pensões de colaboradores do Grupo (Nota 43)  
Dualimo - Comércio de Vestuário e representações, Lda  
Gesconfer - Gestão e Contabilidade, Lda

45. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2009, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

46. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Seguidamente apresentam-se as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB/IRIC que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade não adoptou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios que terminem em 2010:

Alterações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis para cobertura

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

#### IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

#### IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.

#### IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de Imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

#### Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

### Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia.

#### IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

#### Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

#### Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento.

De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

#### IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num *equity swap* devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

#### IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando *Goodwill* por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;

- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;
- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;
- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da IAS 27 apresentadas no parágrafo seguinte. Os impactos da alteração desta Norma estão descritos na Nota 5.

#### Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

As alterações mais relevantes são as seguintes:

- Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda;
- Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) serão reconhecidas como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer *Goodwill* nem ganhos ou perdas;
- As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

## VII. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### 1. Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, **com referência a 31 de Dezembro de 2009**, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

#### **Comendador Horácio da Silva Roque**

**Pessoalmente** era titular de 1.308.888 acções da Banif SGPS, SA.

Detinha ainda 1 acção do BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL (Brasil), SA, 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, (acções preferenciais e sem direito a voto).

Era titular de mais de metade do capital social da Rentipar Financeira, SGPS, SA, a qual detinha mais **de metade do capital social da Vestiban - Gestão e Investimentos, SA:**

A **Rentipar Financeira SGPS, SA** era titular de 245.869.691 acções da Banif SGPS, SA;

A **Vestiban - Gestão e Investimentos, SA**, era titular de 27.583.051 acções da Banif SGPS, SA.

A **Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda.**, sociedade da qual é indirectamente detentor da maioria do capital social, era titular de 267.750 acções da Banif SGPS, SA.

A **Fundação Horácio Roque - Instituição Particular de Solidariedade Social**, entidade da qual é dirigente, era titular de 3.171.385 acções da Banif SGPS, SA.

#### Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço (€)	Montante (€)	Observações
<b>Comendador Horácio da Silva Roque</b>	Subscrição	08-10-2009	218.148	1,00	218.148,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
<b>Rentipar Financeira SGPS, SA</b>	Compra	29-05-2009	100.000	1,34	134.500,00	
	Compra	02-06-2009	25.000	1,34	33.500,00	
	Compra	03-06-2009	75.000	1,33	100.000,00	
	Compra	04-06-2009	50.000	1,33	66.750,00	
	Compra	05-06-2009	10.000	1,33	13.350,00	
	Subscrição	08-10-2009	41.296.612	1,00	41.296.612,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	719.665	1,00	719.665,00	Aum. Capital - Rateio
<b>Renticapital - Inv. Financeiros, SA</b>	Compra	14-10-2009	23.000.000	1,40	32.200.000	Operação fora de mercado
	Venda	14-10-2009	23.000.000	1,40	32.200.000	Operação fora de mercado
<b>Vestiban - Gestão e Investimentos, SA</b>	Venda	21-12-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado
	Venda	21-12-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado
<b>Vestiban - Gestão e Investimentos, SA</b>	Subscrição	08-10-2009	2.420.131	1,00	2.420.131,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	42.172	1,00	42.172,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado
<b>Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda</b>	Subscrição	08-10-2009	44.625	1,00	44.625,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

<b>Fundação Horácio Roque - IPSS</b>	Subscrição	08-10-2009	466.039	1,00	466.039,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	8.120	1,00	8.120,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	15-12-2009	50.000	1,22	61.000,00	
	Compra	16-12-2009	50.000	1,21	60.500,00	
	Compra	16-12-2009	25.000	1,23	30.750,00	
	Compra	17-12-2009	25.000	1,21	30.250,00	
	Compra	17-12-2009	40.513	1,22	49.425,86	
	Compra	18-12-2009	13.053	1,22	15.924,66	
	Compra	18-12-2009	25.000	1,23	30.750,00	
	Compra	21-12-2009	24.461	1,22	29.842,42	
	Compra	21-12-2009	64.000	1,23	78.720,00	
	Compra	21-12-2009	50.000	1,24	62.000,00	

### **Joaquim Filipe Marques dos Santos**

**Pessoalmente**, era titular de 1.329.849 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

#### Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Preço</i>	<i>Montante</i>	<i>Observações</i>
<b>Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos</b>	Subscrição	08-10-2009	221.000	1,00	221.000,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	3.849	1,00	3.849,00	Aum. Capital - Rateio

### **Carlos David Duarte de Almeida**

**Pessoalmente**, era titular de 144 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

#### Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Preço</i>	<i>Montante</i>	<i>Observações</i>
<b>Dr. Carlos David Duarte de Almeida</b>	Subscrição	08-10-2009	24	1,00	24,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

### **António Manuel Rocha Moreira**

**Pessoalmente**, era titular de 162.675 acções da Banif SGPS, SA e de 37 Obrigações Banif SGPS, SA 2008/2011.

## Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. António Manuel Rocha Moreira	Subscrição	14-01-2009	18.480	1,15	21.252,00	
	Subscrição	08-10-2009	27.112	1,00	27.112,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Em 3 de Fevereiro de 2009, subscreveu 30 Obrigações Rentipar Financeira SGPS, SA 2008/2012, pelo valor unitário de € 1.000,00.

**Manuel Isidoro Martins Vaz**

**Pessoalmente**, era titular de 72.219 acções da Banif SGPS, SA.

## Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz	Subscrição	08-10-2009	12.036	1,00	12.036,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Em 29 de Junho de 2009, subscreveu € 10.000 de Obrigações Banif 2009/2019 Subordinadas, na respectiva Oferta Pública de Subscrição.

**José Marques de Almeida**

**Pessoalmente**, era titular de 977.760 acções da Banif SGPS, SA.

A **Rentipar Financeira, SGPS, SA**, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 245.869.691 acções da Banif SGPS, SA.

A **Vestiban - Gestão e Investimentos, SA**, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif SGPS, SA.

A **Fundação Horácio Roque - Instituição Particular de Solidariedade Social**, entidade da qual é dirigente, era titular de 3.171.385 acções da Banif SGPS, SA.

Detinha ainda 40 acções Banif Finance FLI PERP

## Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço (€)	Montante (€)	Observações
Dr. José Marques de Almeida	Subscrição	08-10-2009	162.960	1,00	162.960,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
Rentipar Financeira SGPS, SA	Compra	29-05-2009	100.000	1,34	134.500,00	
	Compra	02-06-2009	25.000	1,34	33.500,00	
	Compra	03-06-2009	75.000	1,33	100.000,00	
	Compra	04-06-2009	50.000	1,33	66.750,00	
	Compra	05-06-2009	10.000	1,33	13.350,00	
	Subscrição	08-10-2009	41.296.612	1,00	41.296.612,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

	Subscrição	13-10-2009	719.665	1,00	719.665,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	23.000.000	1,40	32.200.000	Operação fora de mercado
<b>Vestiban - Gestão e Investimentos, SA</b>	Subscrição	08-10-2009	2.420.131	1,00	2.420.131,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	42.172	1,00	42.172,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado
<b>Fundação Horácio Roque - IPSS</b>	Subscrição	08-10-2009	466.039	1,00	466.039,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	8.120	1,00	8.120,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	15-12-2009	50.000	1,22	61.000,00	
	Compra	16-12-2009	50.000	1,21	60.500,00	
	Compra	16-12-2009	25.000	1,23	30.750,00	
	Compra	17-12-2009	25.000	1,21	30.250,00	
	Compra	17-12-2009	40.513	1,22	49.425,86	
	Compra	18-12-2009	13.053	1,22	15.924,66	
	Compra	18-12-2009	25.000	1,23	30.750,00	
	Compra	21-12-2009	24.461	1,22	29.842,42	
	Compra	21-12-2009	64.000	1,23	78.720,00	
	Compra	21-12-2009	50.000	1,24	62.000,00	

### **José António Machado de Andrade**

Era titular de 100.000 Obrigações Banif CX Sub. 08/18, adquiridas pelo valor unitário de € 1,00.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

### **José Manuel da Silva Machado dos Santos**

**Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

### **Diogo António Rodrigues da Silveira**

**Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos

financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

### **João Paulo Pereira Marques de Almeida**

**Pessoalmente**, era titular de 21.707 acções da Banif SGPS, SA.

A **Vestiban - Gestão e Investimentos, SA**, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif SGPS, SA.

#### Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)

<i>Entidade Envolvida</i>	<i>Tipo Operação</i>	<i>Data</i>	<i>Nº acções</i>	<i>Preço (€)</i>	<i>Montante (€)</i>	<i>Observações</i>
<b>Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida</b>	Subscrição	08-10-2009	3.607	1,00	3.607,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	62	1,00	62,00	Aum. Capital - Rateio
<b>Vestiban - Gestão e Investimentos, SA</b>	Subscrição	08-10-2009	2.420.131	1,00	2.420.131,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	42.172	1,00	42.172,00	Aum. Capital - Rateio
	Compra	14-10-2009	13.020.093	1,24	16.144.915,32	Operação fora de mercado

### **Vitor Manuel Farinha Nunes**

**Pessoalmente** era titular de 14.441 acções da Banif SGPS, SA.

A **FN Participações, SGPS, SA**, sociedade por si detida, era titular de 1.820.000 acções da Banif SGPS, SA, de 1.820.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis em acções da Banif SGPS, SA e de 2.638 Obrigações de Caixa Subordinadas "Banco Mais 2004/2011", no valor nominal unitário de € 50,00.

No exercício de 2009, efectuou as seguintes transacções relativas a títulos emitidos pelo Banif - Grupo Financeiro

- Em 25-02-2009, vendeu à FN Participações SGPS, SA, 455.000 acções da Tecnicredito SGPS, SA, pelo valor unitário de € 14,00;
- Em 09-03-2009, vendeu à FN Participações SGPS, SA, 2.638 Obrigações de Caixa Subordinadas "Banco Mais 2004/2011" pelo valor unitário de € 98,56;
- Em 21-09-2009 foram subscritas, pela FN Participações SGPS, SA, 1.820.000 acções e 1.820.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis em acções da Banif SGPS, SA, por contrapartida de 455.000 acções da Tecnicredito SGPS, SA;
- Em 13-10-2009, subscreveu 2.441 acções da Banif SGPS, SA, por reserva de preferência, no âmbito do processo de aumento de capital, pelo preço unitário de € 1,00.

### **CONSELHO FISCAL**

#### **Fernando Mário Teixeira de Almeida**

**Pessoalmente** era titular de 193.847 acções da Banif SGPS, SA.

A sociedade Quinta do Sourinho - Agricultura e Turismo, Lda, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif SGPS, SA.

**Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)**

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
<b>Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida</b>	Subscrição	08-10-2009	37.200	1,00	37.200,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	647	1,00	647,00	Aum. Capital - Rateio
	Venda	04-11-2009	30.000	1,30	39.000,00 €	
<b>Quinta do Sourinho - Agricultura e Turismo Lda</b>	Subscrição	08-10-2009	36.600	1,00	36.600,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Subscrição	13-10-2009	637	1,00	637,00	Aum. Capital - Rateio

**António Ernesto Neto da Silva**

**Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

**Não transaccionou**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**José Lino Tranquada Gomes**

**Não é titular**, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

É titular das seguintes obrigações/Unidades de Participação: Banif Eurostoxx 2010, € 25.000; Rentipar 2008/2012, € 30.000; Banif Property FEIIF (210 UP's).

**Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2009 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)**

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
<b>Dr. José Lino Tranquada Gomes</b>	Venda	09-02-2009	4.500	1,18	5.310,00	
	Venda	10-02-2009	4.500	1,19	5.355,00	
	Compra	13-03-2009	10.000	1,06	10.600,00	
	Venda	06-05-2009	7.500	1,30	9.750,00	
	Venda	06-05-2009	2.500	1,31	3.275,00	

\*\*\*

Os cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração e pelos membros do Conselho Fiscal, reportados à data de 31 de Dezembro de 2009, são os seguintes:

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **HORÁCIO DA SILVA ROQUE**

#### **A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA**

##### ***Presidente do Conselho de Administração***

- Rentipar Financeira SGPS, SA
- Banif SGPS, SA
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - (Açores) SGPS, SA
- Banif Investimentos, SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif International Holdings, Ltd
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Renticapital - Investimentos Financeiros, SA
- Rentipar Investimentos SGPS, SA
- Banco Mais, SA

##### ***Presidente da Mesa da Assembleia Geral***

- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- Banif Imobiliária, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)
- SIP - Sociedade Imobiliária Piedade, SA (em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA)

#### **B) Outras entidades**

##### ***Membro do Conselho de Administração ou Gerência***

- Rentipar Indústria SGPS, SA (Presidente)
- Rentipar Investimentos SGPS, SA (Presidente)
- Rentiglobo SGPS, SA (Presidente)
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, SA (Presidente)
- Soil SGPS, SA (Presidente)
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, SA (Presidente)
- Investaçor Hotéis, SA (Presidente)
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, SA (Vice-Presidente)
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, SA (Vice-Presidente)
- RAMA - Rações para Animais, SA (Vice-Presidente)
- AVIATLÁNTICO - Avicultura, SA (Vice-Presidente)
- Ronardo - Gestão de Empresas, Lda (Gerente)

**Membro da Mesa da Assembleia Geral**

- Genius - Mediação de Seguros, SA (Presidente)
- Rentimedis - Mediação de Seguros, SA (Presidente)
- Mundiglobo - Habitação e Investimentos, SA (Presidente)
- Habiprede - Sociedade de Construções, SA (Presidente)
- MS Mundi - Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, SA (Presidente)
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, SA (Presidente)
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, SA (Presidente)
- RAMA - Rações para Animais, SA (Presidente)
- Investador SGPS, SA (Presidente)
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, SA (Vice-Presidente)
- Rentipar Seguros SGPS, SA (Presidente)

**JOAQUIM FILIPE MARQUES DOS SANTOS**

**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA**

***Presidente do Conselho de Administração***

- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE
- Banif Finance, Ltd
- Banif International Bank, Ltd

***Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração***

- Banif SGPS, SA

***Vice-Presidente do Conselho de Administração***

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif International Holdings, Ltd

***Vogal do Conselho de Administração***

- Banif - Investimentos SGPS, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Comercial SGPS, SA

***Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos***

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA

**B) Outras entidades**

***Presidente da Mesa da Assembleia Geral***

- Vestiban - Gestão de Investimentos, SA

***Vogal da Direcção***

- Associação Portuguesa de Bancos (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

***Conselheiro***

- Conselho Económico e Social (CES) (em representação da Associação Portuguesa de Bancos)

## CARLOS DAVID DUARTE DE ALMEIDA

### **A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA**

#### *Presidente do Conselho de Administração*

- Banif Forfaiting Company, Ltd
- Banif Finance (USA) Corp.
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Trading, Inc.
- Banif Holding (Malta), Ltd

#### *Vice-Presidente do Conselho de Administração*

- Banif SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif International Bank, Ltd

#### *Vogal do Conselho de Administração*

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Investimentos SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd
- Banif Finance, Ltd
- Banif International Holdings, Ltd
- Banif Bank (Malta), PLC

## ANTÓNIO MANUEL ROCHA MOREIRA

### **A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA**

#### *Vice-Presidente do Conselho de Administração*

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA
- Banco Mais, SA

#### *Vogal do Conselho de Administração*

- Banif SGPS, SA
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Finance, Ltd
- Banif International Bank, Ltd

### **B) Outras entidades**

#### *Presidente do Conselho Fiscal*

- Zon TV Cabo Madeirense, SA, (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

## MANUEL ISIDORO MARTINS VAZ

### **A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA**

**Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA
- Banieuropa Holding, SL

**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banca Pueyo, SA

**JOSÉ MARQUES DE ALMEIDA****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA****Presidente do Conselho de Administração**

- Vestiban - Gestão e Investimentos, SA

**Vogal do Conselho de Administração**

- Banif SGPS, SA
- Rentipar Financeira SGPS, SA

**Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

- Banif Comercial SGPS, SA

**B) Outras entidades****Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

Rentipar - Investimentos SGPS, SA

**JOSÉ ANTÓNIO MACHADO DE ANDRADE****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA****Gerente**

- Numberone, SGPS, Lda

**B) Outras entidades****Vogal do Conselho de Administração**

- Zon TV Cabo Madeirense, SA (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

**JOÃO MANUEL DA SILVA MACHADO DOS SANTOS****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA****Presidente da Comissão Executiva**

- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE

**Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

- Banif (Açores) SGPS, SA (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

**B) Outras entidades*****Vogal do Conselho de Administração***

- SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

**DIOGO ANTÓNIO RODRIGUES DA SILVEIRA****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA*****Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração***

- Companhia de Seguros Açoreana, SA

***Vogal do Conselho de Administração***

- Banif SGPS, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA
- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE

**B) Outras entidades*****Conselheiro***

- Conselho Consultivo da Reditus SGPS, SA

***Vogal da Direcção***

- Associação Portuguesa de Seguradores (em representação da Companhia de Seguros Açoreana, SA)

**JOÃO PAULO PEREIRA MARQUES DE ALMEIDA****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA*****Vogal do Conselho de Administração***

- Vestiban - Gestão e Investimentos, SA

**VITOR MANUEL FARINHA NUNES****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA*****Vogal do Conselho de Administração***

- Tecnicrédito SGPS, SA
- Banco Mais, SA
- Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA
- Bank Plus Bank Zartkoruen Mukodo Reszvenytarsasag
- Banco Pecúnia, SA
- TCC Investments Luxembourg, SARL

***Gerente***

- Margem - Mediação de Seguros, Lda

**B) Outras entidades*****Administrador Único***

- FN Participações SGPS, SA

***Gerente***

- Core Investimentos, Consultoria e Serviços, Lda

**CONSELHO FISCAL****FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA*****Presidente do Conselho Fiscal***

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

**B) Outras entidades*****Presidente da Mesa da Assembleia Geral***

- Advancer - Soluções de Gestão, SA

**ANTÓNIO ERNESTO NETO DA SILVA****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA*****Vogal do Conselho Fiscal***

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif SGPS, SA

**B) Outras entidades*****Presidente do Conselho de Administração***

- Deimos Engenharia, SA

***Director-Geral***

- Financetar - Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e imobiliários, SA

**JOSÉ LINO TRANQUADA GOMES****A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA*****Vogal do Conselho Fiscal***

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif SGPS, SA

**B) Outras entidades****Gerente**

- Tranquada Gomes & Coito Pita - Sociedade de Advogados, RL
- Imolapeira - Imobiliária da Madeira, Lda
- Freitas, Sales & Gomes - Empreendimentos Imobiliários, Lda
- Netanarium - Consultadoria e Gestão, Unipessoal, Lda

**Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

- Cooperativa Agrícola do Funchal

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo.

(Valores em Euros, excepto quando indicada outra moeda)

**Banif SGPS, SA**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif - Investimentos SGPS, SA					1.998.000	9.968.963,20
Acções Banif Comercial SGPS, SA					47.488.000	239.324.646,71
Acções Companhia de Seguros Açoreana, SA	Venda.	11/11/09	3.849.569	22.045.000,00	0	0
Acções Banif - Imobiliária, SA					150.000	985.375,25
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465.182	5.129.647,00
Acções Tecnicrédito	Entrada	30/09/09	17.500.000	216.741.739,51	17.500.000	216.741.739,51
Acções Banif Bank Malta PLC	Aumento do Capital Social	23/10/09	7199.999	7.199.999,60	17.999.999	17.999.999,60
Banif Holding (Malta) PLC					1.998	1.998,00
Acções Rentipar Seguros SGPS, SA	Entrada	11/11/09	4.409.000	22.045.000,00	4.409.000	22.045.000,00
Acções Banca Pueyo, SA					9.996.000	49.363.497,59
Acções Bankpime					25.169.037	35.397.652,20
Acções Inmobiliária Vegas Altas					669	2.499.632,58
Acções Banieuropa	Constituição do capital	26/10/10	100.000	100.000,00	100.000	100.000,00
Obrigações Banif Finance Float 12.22.16	Compra	31.03.09 07.05.09	10.000.000 660.000	4.300.000,00 561.000,00		
Obrigações Banif Finance Float Perp 12.29.49	Compra	31.03.09	9.610.000	5.982.225,00		
Obrigações Banif Finance Float 12.29.14	Compra	31.03.09	2.000.000	1.200.000,00		
Obrigações Banif Finance Float 12.22.16	Venda	30.06.09	10.660.000	4.860.960,00		
Obrigações Banif Finance Float Perp 12.29.49	Venda	30.06.09	9.610.000	5.982.225,00		
Obrigações Banif Finance Float 12.29.14	Venda	30.06.09	2.000.000	1.200.000,00		
Obrigações Banif 09/19 Subordinadas	Compra	29.06.09 20.07.09 22.07.09	30.000.000 30.000 1.000	30.000.000,00 30.000,00 975,00		
Obrigações Banif 09/19 Subordinadas	Vendas	Vendas ao longo do ano	30.031.000	30.031.000,00		

**Banif Comercial SGPS, SA**

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/09	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Go					20.000,000	19.651.707,22
Acções Banif - Banco Internacional do Funchal	Fusão com BBKA	01/01/09	15.200.000	70.887.516,58	113.200.000	561.338.574,25
	Aumento do Capital Social	30/03/09 28/09/09	10.000.000 30.000.000	50.000.000,00 150.000.000,00		
Acções Banif (Açores) SGPS, SA					4.016.983	20.735.497,00
Acções Banif Rent					60.000	500.000,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social	17/11/09	37.258.416	8.210.960,10	206.500.024	46.411.210,11
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social	17/11/09	6.663.480	1.468.351,59	36.931.484	8.306.085,47
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	25.000,00
Acção Banif Bank Malta PLC	Entrada	23/10/09	1	0,40	1	0,40

**Banif - Banco Internacional do Funchal, SA**

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/2009	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	Data	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<b>Papel Comercial:</b>						
<i>Banif GO 38ª Emissão</i>	Saída	27-02-2009	20.000.000,00	20.000.000,00		
<i>Banif GO 39ª Emissão</i>	Entrada	27-02-2009	10.000.000,00	10.000.000,00		
<i>Banif GO 39ª Emissão</i>	Saída	27-05-2009	10.000.000,00	10.000.000,00		
<i>Banif GO 40ª Emissão</i>	Entrada	27-05-2009	20.000.000,00	20.000.000,00		
<i>Banif GO 40ª Emissão</i>	Saída	27-08-2009	20.000.000,00	20.000.000,00		
<i>Banif GO 41ª Emissão</i>	Entrada	27-08-2009	20.000.000,00	20.000.000,00		
<i>Banif GO 41ª Emissão</i>	Saída	27-11-2009	20.000.000,00	20.000.000,00		
<i>Banif GO 42ª Emissão</i>	Entrada	27-11-2009	5.000.000,00	5.000.000,00	<b>500000</b>	<b>4.986.473,67</b>
<b>Obrigações Não Residentes:</b>						
<i>Obrigações Banif Finance FLT PRP</i>	Entrada	28-03-2009	150.000,00	150.000,00		
	Entrada	15-04-2009	2.000,00	1.500,00		
	Entrada	14-04-2009	4.000,00	3.000,00		
	Entrada	19-02-2009	60.000,00	49.200,00		
	Entrada	12-05-2009	3.000,00	2.250,00		
	Entrada	16-06-2009	10.000,00	9.700,00		
	Entrada	17-06-2009	13.000,00	12.610,00		
	Entrada	08-10-2009	1.000,00	975,00		
	Entrada	23-10-2009	5.000,00	4.875,00		
	Entrada	28-10-2009	9.000,00	8.775,00	<b>257000</b>	<b>257.055,85</b>
<i>Obrigações Banif Finance FTL DEZ 14</i>	Entrada	09-09-2009	100.000,00	100.000,00	<b>100000</b>	<b>100.141,14</b>
<i>Obrigações Banif CY ASF OUT 2010</i>	Entrada	18-06-2009	20.000,00	18.960,00	<b>20000</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Obrigações Residentes:</b>						

<i>Obrigações Banif Leasing</i>					6000000	6.090.450,00
<i>Obrigações INV.TX VR 2016</i>					15000000	15.001.553,83
<i>Obrigações Açoreana TX VR DEZ 17</i>	Entrada	05-05-2009	2000	1800		
	Entrada	27-05-2009	1500000	1350000	1502000	1.503.283,88
<i>Obrigações Banif SGPS 2008/2011</i>	Entrada	31-03-2009	37000	34780		
	Entrada	16-04-2009	5000	4500		
	Entrada	06-04-2009	3000	2700		
	Entrada	24-04-2009	1000	900		
	Entrada	11-05-2009	2000	1800		
	Entrada	26-05-2009	15000	13500		
	Entrada	04-06-2009	1000	850		
	Saída	23-06-2009	27000	26190		
	Saída	23-06-2009	37000	35890		
	Entrada	13-07-2009	37000	35705		
	Entrada	15-07-2009	9000	8685		
	Entrada	16-07-2009	7000	6755		
	Entrada	28-07-2009	37000	35890		
	Entrada	30-07-2009	6000	5790		
	Entrada	30-07-2009	115000	110975		
	Entrada	31-07-2009	17000	17000		
	Entrada	07-08-2009	19000	18335		
	Entrada	20-08-2009	70000	67550		
	Entrada	24-08-2009	1000	965		
	Entrada	26-08-2009	4000	3860		
	Entrada	26-08-2009	13000	12545		
	Entrada	07-09-2009	71000	68515		
	Entrada	29-09-2009	4000	3860		
	Entrada	30-09-2009	148000	142820		
	Entrada	13-10-2009	41000	39565		
	Entrada	30-10-2009	3000	2895		
	Entrada	26-11-2009	11000	5790		
	Entrada	30-11-2009	6000	10615		
	Entrada	11-12-2009	11000	965		
	Entrada	29-12-2009	1000	611100		
	Saída	29-12-2009	630000		1000	1.009,13
<i>Obrigações EMT 2005/2010</i>					382000	384.022,69
<b>Fundos Residentes Abertos:</b>						
Infrainvest FEIA	Entrada	30-06-2009	60000	6000000	60000	5.987.100,00
<b>Fundos Residentes Fechados:</b>						
Fundo de Capital de Risco Capven					150	449.607,48
Banif Renda Habitação	Entrada	30-12-2009	10000	10000000	10000	9.998.857,00
Banif Gestão Imobiliária	Entrada	30-12-2009	25000	25000000	25000	24.996.195,00
<b>Participações Financeiras:</b>						
Banif Açor Pensões					40000	240.267,01
Rentipar Seguros	Entrada	11-11-2009	1845000	9.225.000	1845000	9.225.000,00
Banif Brasil, Lda					30000	11946,00

## Banif (Açores) SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17			0	0	950.000	712.500,00
Obrigações TRADE INV FLT2007/10	Compra	13/03/09	10.000	10.000	6.374.000	5.131.070,00
Obrigações Banif 08/18 CX SUB	Compra	06/02/09	75.000	71.250	546.000,00	360.360,0000
Investaor SGPS, SA	Compra	31/12/09	1.183.900	9.376.488	1.183.900	9.376.488,00

## CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					200.000,00	147.031,83
Obrigações BANIF 09/19 TV 30/06/2019	Compra	01-07-2009	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	4.402.783,24
Obrigações BANIF 09/49 TF/TV 6,25% 30/12/2049 CALL 2014	Compra	31-12-2009	17.500.000,00	17.500.000,00	17.500.000,00	16.689.211,29
Obrigações BCA 06/16 TV 23/10/2016 CALL 2011					1.800.000,00	1.738.499,51
Acções BANIF ACOR PENSOES SGFP					108.000,00	890.604,57
Acções Preferenciais BANIF FINANCE 08/49 TV 31/12/2049 CALL 2018					25.000.000,00	25.000.000,00
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Venda	28-09-2009	43.717,00	224.311,93		
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Venda	29-09-2010	180.597,00	932.891,87		
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Compra	08-10-2009	224.314,00	1.168.249,74		
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Compra	19-10-2009	43.505,00	232.995,38		
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Compra	26-10-2009	22.107,00	116.663,06		
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Compra	29-10-2009	35.088,00	174.997,89		
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Compra	05-11-2009	34.707,00	174.999,64	359.721,00	1.833.354,05
UP BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND - FCR	Compra	30-12-2009	120,00	1.200.000,00	120,00	1.200.000,00
UP BANIF EURO ACÇÕES	Venda	13-03-2009	5.716,00	7.498,82		
UP BANIF EURO ACÇÕES	Compra	19-10-2009	96.755,00	186.998,39		
UP BANIF EURO ACÇÕES	Compra	26-10-2009	48.489,00	93.331,63		
UP BANIF EURO ACÇÕES	Compra	29-10-2009	75.459,00	139.999,08		
UP BANIF EURO ACÇÕES	Compra	19-11-2009	72.101,00	139.998,51	625.885,00	1.230.450,91
UP BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	13-03-2009	5.808,00	37.495,87	41.530,00	279.447,06
UP BANIF IMOGEST	Venda	22-06-2009	257.879,00	9.452.735,26		
UP BANIF IMOGEST	Compra	26-06-2009	257.879,00	9.459.208,02		
UP BANIF IMOGEST	Venda	02-12-2009	257.879,00	9.518.030,22		
UP BANIF IMOGEST	Compra	11-12-2009	257.879,00	9.529.918,45	257.879,00	9.582.525,76
UP BANIF IMOPREDIAL					5.504,00	40.487,97

## Banif Investimentos SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Quota Espaço Dez					1	1.358,39
Acções Banif - Banco de Investimento, SA	Compra	20/11/09	3.000.000	15.000.000	11.000.000	56.878.624,84
Acções Banif Comercial, SGPS			0	0	8.512.000	50.220.800,00
Acções Banif (Cayman), Ltd			0	0	26.000.000	18.214.910,45
Acções Banif Brasil, Ltda			0	0	120.000	47.784,02
Acções Banif Securities Holding			0	0	2.108	1.368.874,08
Acções Banif International Bank, Ltd			0	0	24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Compra	17/11/09	35.399.602	8.066.093,08	164.672.231	19.369.121,12

## Banif Açor Pensões, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2009
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banif Banco de Investimento 2007-2049					250.000,00

## Banif International Asset Management

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2009
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

## Number One SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2009
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Finance	Aumento capital social	31/12/09	99.000	68.721,36	

## Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS					Moeda
	Posição 31/12/09	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Obrigações BANIF SFE USD MULT ACT 2005/2010 PTBAFIXE0001	3.115.000,00					
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB PTBAFOXEX0003	507.000,00	COMPRA - OFB	04-03-09	100.000,00	97.000,00	EUR
		COMPRA - OFB	05-03-09	11.000,00	10.670,00	EUR
		COMPRA - OFB	26-03-09	30.000,00	29.100,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-10-09	16.000,00	16.000,00	EUR
		COMPRA - OFB	29-10-09	350.000,00	350.000,00	EUR

Obrigações CX BCA 2007/2017	<b>612.800,00</b>	COMPRA - OFB	09-03-09	67.000,00	63.985,00	EUR
PTBCAIXE0004		COMPRA - OFB	25-09-09	3.550,00	3.550,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	3.250,00	3.250,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-10-09	539.000,00	539.000,00	EUR
Obrigações BANIF 01/11 CX SUB	<b>8.720.000,00</b>	COMPRA - OFB	28-10-09	25.000,00	25.000,00	EUR
PTBAFGXE0003		COMPRA - OFB	29-10-09	8.695.000,00	8.695.000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017	<b>1.488.250,00</b>	COMPRA - OFB	23-10-09	50.000,00	50.000,00	EUR
PTBCAFXE0007		COMPRA - OFB	28-10-09	1.438.250,00	1.438.250,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT AGO09	<b>0,00</b>	COMPRA - OFB	27-01-09	500.000,00	495.000,00	EUR
XS0197512956		VENDA - OFB	30-06-09	22.239.000,00	22.216.761,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14	<b>180.000,00</b>	COMPRA - OFB	27-01-09	40.000,00	39.600,00	EUR
XS0208463306		COMPRA - OFB	29-05-09	27.612.000,00	19.328.400,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	28.087.000,00	20.784.380,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	180.000,00	133.200,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ49	<b>80.000,00</b>	COMPRA - OFB	26-01-09	92.000,00	85.652,00	EUR
XS0208508845		COMPRA - OFB	21-07-09	7.633.000,00	3.282.190,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	350.000,00	269.500,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	891.000,00	481.140,00	EUR
		COMPRA - OFB	30-11-09	865.000,00	648.750,00	EUR
		VENDA - OFB	29-12-09	10.070.000,00	7.049.000,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-12-09	80.000,00	56.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015	<b>6.140.000,00</b>	COMPRA - OFB	29-05-09	8.800.000,00	5.808.000,00	EUR
XS0239804445		VENDA - OFB	30-06-09	9.390.000,00	6.854.700,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	640.000,00	531.200,00	EUR
		COMPRA - OFB	01-10-09	5.500.000,00	4.757.500,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT NOV10	<b>0,00</b>	VENDA - OFB	30-06-09	28.018.000,00	27.597.730,00	EUR
XS0273479914						
Obrigações BANIF FIN FLT MAI12	<b>0,00</b>	COMPRA - OFB	29-05-09	1.500.000,00	1.305.000,00	EUR
XS0300795746		VENDA - OFB	30-06-09	1.500.000,00	1.305.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT PRP	<b>3.561.000,00</b>	COMPRA - OFB	03-02-09	56.000,00	47.320,00	EUR
XS0337503154		COMPRA - OFB	19-06-09	3.000.000,00	2.986.800,00	EUR
		COMPRA - OFB	10-07-09	26.000,00	25.220,00	EUR
		COMPRA - OFB	15-07-09	474.000,00	450.300,00	EUR
		COMPRA - OFB	14-09-09	5.000,00	4.875,00	EUR

Obrigações BANIF FIN 2009 (USD)	<b>683.000,00</b>	COMPRA - OFB	30-06-09	4.250.000,00	4.250.000,00	USD
XS0433814158		VENDA - OFB	30-06-09	40.000,00	40.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	250.000,00	250.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	162.000,00	162.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	130.000,00	130.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	150.000,00	150.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	94.000,00	94.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	300.000,00	300.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	250.000,00	250.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	21.000,00	21.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	39.000,00	39.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	20.000,00	20.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	150.000,00	150.000,00	USD
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	USD
		VENDA - OFB	01-07-09	500.000,00	500.000,00	USD
		VENDA - OFB	02-07-09	29.000,00	29.000,00	USD
		VENDA - OFB	03-07-09	397.000,00	397.000,00	USD
		VENDA - OFB	06-07-09	11.000,00	11.000,00	USD
		VENDA - OFB	07-07-09	50.000,00	50.000,00	USD
		VENDA - OFB	15-07-09	234.000,00	234.000,00	USD
		VENDA - OFB	13-09-09	150.000,00	150.000,00	USD
		VENDA - OFB	31-08-09	102.000,00	102.000,00	USD
		VENDA - OFB	20-10-09	88.000,00	88.000,00	USD
Obrigações BANIF FIN 2009 (EUR)	<b>5.735.000,00</b>	COMPRA - OFB	30-06-09	8.290.000,00	8.290.000,00	EUR
XS0433827994		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	100.000,00	100.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	200.000,00	200.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	25.000,00	25.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	50.000,00	50.000,00	EUR
		VENDA - OFB	01-07-09	100.000,00	100.000,00	EUR
		VENDA - OFB	03-07-09	400.000,00	400.000,00	EUR
		VENDA - OFB	01-09-09	1.440.000,00	1.440.000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-09-09	45.000,00	45.000,00	EUR
		VENDA - OFB	20-10-09	34.000,00	34.000,00	EUR
		VENDA - OFB	05-11-09	61.000,00	61.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19	<b>91.864.000,00</b>	SUBSCRIÇÃO	31-12-09	100.000.000,00	75.000.000,00	EUR
XS0476077366		VENDA - OFB	31-12-09	7.806.000,00	5.854.500,00	EUR
		VENDA - OFB	31-12-09	300.000,00	225.000,00	EUR
		VENDA - OFB	31-12-09	30.000,00	22.500,00	EUR

## Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF SFE 2006/2009		30/03/09	5.826.000	5.826.000,00	0	

## Banif Holding (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/09	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Investimentos SGPS, PREF.S/VOTO					2.000	

## Banif - Banco de Investimento, SA

VALORES IMOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor nominal em 31/12/09
	Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor	
Banif Gestão de Activos, SA					EUR 400.000
Banif Açor Pensões, SA					EUR 189.000
Banif Capital, SA					EUR 120.000
Centro Venture					EUR 382.500
Gamma STC, SA					EUR 250.000
Banif International Asset Management	Compra	09-12-2009	50.000	332.697	USD 332.697
Numberone SGPS, Lda	Venda	10-12-2009	2	315.317	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2009	Venda	27-01-2009	500.000	495.000	
Banif Finance Cayman 2004-2009	Compra	18-02-2009	700.000	684.250	
Banif Finance Cayman 2004-2009	Reembolso	05-08-2009	700.000	700.000	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	06-01-2009	40.000	39.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	27-01-2009	40.000	39.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	26-03-2009	2.000.000	1.200.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	31-03-2009	2.000.000	1.200.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	05-05-2009	125.000	75.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	6.930.000	4.851.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	13.400.000	9.380.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	398.000	278.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	3.450.000	2.415.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	3.000.000	2.100.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	300.000	210.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	9.000	6.300	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	29-05-2009	27.612.000	19.328.400	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	18-06-2009	150.000	108.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	14-07-2009	30.000	21.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	25-09-2009	180.000	133.200	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	26-01-2009	92.000	85.652	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	03-04-2009	110.000	30.800	

Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	13-07-2009	3.000.000		1.230.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	17-07-2009	4.500.000		1.935.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	21-07-2009	7.633.000		3.282.190	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	21-07-2009	23.000		9.706	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	21-07-2009	23.000		9.706	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	11-09-2009	350.000		262.500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	25-09-2009	350.000		269.500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	25-09-2009	891.000		463.320	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	25-09-2009	891.000		481.140	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	03-11-2009	500.000		352.500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	27-11-2009	365.000		273.750	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	30-11-2009	865.000		648.750	EUR 0
Banif Primus 2004-2014	Compra	03-12-2009	1.250.000		1.250.000	
Banif Primus 2004-2014	Venda	03-12-2009	1.250.000		1.250.000	EUR 0
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Compra	03-12-2009	497.000		493.024	EUR 2.259.000
Banif SA 2005-2010	Compra	05-05-2009	275.000		165.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	08-05-2009	5.712.000		3.712.800	
Banif SA 2005-2010	Compra	08-05-2009	2.813.000		1.828.450	
Banif SA 2005-2010	Venda	29-05-2009	8.800.000		5.808.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	14-07-2009	40.000		26.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	18-09-2009	600.000		492.000	
Banif SA 2005-2010	Venda	25-09-2009	640.000		531.200	
Banif SA 2005-2010	Compra	01-10-2009	5.500.000		4.702.500	
Banif SA 2005-2010	Venda	01-10-2009	5.500.000		4.757.500	EUR 0
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	30-01-2009	3.000.000		2.685.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	09-02-2009	1.000.000		915.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	18-02-2009	2.000.000		1.830.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	16-06-2009	3.000		2.850	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	14-07-2009	75.000		71.250	EUR 93.000
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-01-2009	500.000		315.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	23-01-2009	2.600.000		1.612.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-02-2009	660.000		561.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-01-2009	3.100.000		1.926.960	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-02-2009	3.100.000		1.927.270	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	02-03-2009	660.000		561.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	03-03-2009	1.055.000		601.350	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	05-03-2009	660.000		561.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	250.000		142.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	660.000		561.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	2.785.000		1.559.600	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	06-03-2009	350.000		199.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	11-03-2009	100.000		57.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	18-03-2009	100.000		53.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	25-03-2009	870.000		495.900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	25-03-2009	1.000.000		570.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	31-03-2009	9.610.000		5.982.225	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	07-04-2009	37.000		14.800	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-07-2009	15.000		6.750	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	27-07-2009	200.000		96.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	31-07-2009	252.000		126.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-12-2009	250.000		152.500	

Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	16-12-2009	250.000		175.000	EUR 0
Banif Finance 2006-2016	Compra	20-04-2009	660.000		561.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	30-04-2009	660.000		561.000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	08-05-2009	1.300.000		845.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	29-05-2009	1.300.000		858.000	EUR 0
Banif Finance Cayman 2007-2012	Compra	12-05-2009	1.500.000		1.275.000	
Banif Finance Cayman 2007-2012	Venda	29-05-2009	1.500.000		1.305.000	EUR 0
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-01-2009	2.499.000		2.499.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	06-01-2009	6.000		5.160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	27-01-2009	6.000		5.160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	27-01-2009	6.000		5.160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-01-2009	2.505.000		2.505.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	04-02-2009	2.505.000		2.505.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-03-2009	300.000		299.280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	27-02-2009	2.505.000		2.505.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-03-2009	2.505.000		2.505.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-03-2009	300.000		299.280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	31-03-2009	300.000		299.280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-04-2009	2.805.000		2.804.439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-03-2009	2.805.000		2.804.279	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	04-05-2009	2.805.000		2.804.439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-04-2009	2.805.000		2.804.439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-06-2009	2.805.000		2.804.720	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	29-05-2009	2.805.000		2.804.439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-07-2009	2.805.000		2.805.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-06-2009	2.805.000		2.804.720	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	03-08-2009	2.805.000		2.805.281	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-07-2009	2.805.000		2.805.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-09-2009	2.805.000		2.805.561	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-08-2009	2.805.000		2.805.281	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-09-2009	2.805.000		2.805.561	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-10-2009	2.805.000		2.805.842	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-11-2009	2.805.000		2.806.122	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-10-2009	2.805.000		2.805.842	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-11-2009	2.805.000		2.806.122	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-12-2009	2.805.000		2.806.403	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	03-12-2009	2.805.000		2.806.403	EUR 0
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2006/2016	Compra	05-01-2009	178.750		172.047	
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2006/2016	Compra	29-01-2009	7.000		6.727	EUR 185.750
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2007/2017	Compra	05-01-2009	164.000		155.800	EUR 164.000
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	20-01-2009	100.000		98.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	13-02-2009	300.000		294.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	19-03-2009	50.000		50.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	19-03-2009	42.000		42.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	30-03-2009	130.000		130.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	08-04-2009	500.000		496.250	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	20-04-2009	17.000		17.000	

Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	30-04-2009	379.000		379.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	06-05-2009	207.000		204.930	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	05-05-2009	318.000		318.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	01-06-2009	34.000		34.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	04-06-2009	43.000		43.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	16-06-2009	159.000		159.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	23-06-2009	35.000		35.000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	27-08-2009	20.000		19.800	USD 20.000
Banif Cayman - Ações Sector Financeiro 2008/2010	Compra	11-02-2009	70.000		64.750	
Banif Cayman - Ações Sector Financeiro 2008/2010	Compra	30-03-2009	50.000		46.500	EUR 140.000
Banif SGPS 2008-2011	Compra	09-01-2009	18.000		17.478	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	13-01-2009	141.000		136.911	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	20-01-2009	4.000		3.884	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	27-01-2009	1.000		971	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	27-01-2009	10.000		9.710	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	29-01-2009	37.000		36.075	
Banif SGPS 2008-2011	Compra	10-02-2009	1.000		1.000	
Banif SGPS 2008-2011	Venda	10-02-2009	1.000		1.000	EUR 644.000
Banif SA 2008-2018	Compra	05-01-2009	3.000		2.831	
Banif SA 2008-2018	Compra	02-01-2009	3.000		2.835	
Banif SA 2008-2018	Compra	05-01-2009	5.000		4.725	
Banif SA 2008-2018	Compra	12-01-2009	1.000		944	
Banif SA 2008-2018	Compra	13-01-2009	2.000		1.887	
Banif SA 2008-2018	Compra	13-01-2009	5.000		4.718	
Banif SA 2008-2018	Compra	15-01-2009	15.000		14.153	
Banif SA 2008-2018	Compra	23-01-2009	40.000		37.740	
Banif SA 2008-2018	Compra	28-01-2009	1.000		943	
Banif SA 2008-2018	Venda	03-02-2009	75.000		71.250	EUR 0
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	184.000		172.365	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	17-02-2009	20.282.500		19.000.001	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	69.000		64.465	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	426.000		399.758	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	432.000		405.821	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	23.000		21.707	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	52.500		49.548	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-03-2009	44.000		41.526	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-03-2009	52.500		49.548	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	42.000		39.638	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	38.000		35.863	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-03-2009	63.000		59.725	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-03-2009	14.000		13.219	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-03-2009	216.000		204.836	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-03-2009	21.000		19.829	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-03-2009	179.500		169.782	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	31-03-2009	6.000		5.690	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-04-2009	189.000		179.715	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	105.000		99.842	

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	525.500	499.683
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	15.500	14.741
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	10.000	9.510
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	262.000	249.715
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-04-2009	23.500	22.307
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-04-2009	175.500	166.592
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	125.500	119.707
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	209.500	199.829
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	52.000	49.600
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	246.000	234.644
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	104.500	99.676
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	52.500	50.084
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	25.500	24.330
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	52.500	50.000
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	197.500	188.185
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	157.000	149.890
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	1.036.000	989.080
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	52.000	49.645
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	654.500	624.858
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	36.500	34.784
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	8.000	7.624
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	67.500	64.327
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	52.000	49.660
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	59.000	56.345
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-04-2009	419.000	399.841
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	21-04-2009	90.500	86.286
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	104.500	99.828
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	67.500	64.586
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	104.500	99.989
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	156.500	149.767
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	156.500	149.767
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	263.000	251.723
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	71.000	67.956
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	109.000	104.024
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	10.500	10.051
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	47.500	45.470
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	17.000	16.273
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	6.000	5.744
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-04-2009	107.500	102.658
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-05-2009	65.000	62.259
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-05-2009	56.000	53.647
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-05-2009	521.500	499.585
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	209.000	199.618
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-05-2009	52.000	49.721
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-05-2009	260.000	249.590
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-05-2009	46.000	43.930
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-05-2009	209.000	199.936
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-05-2009	166.500	159.757
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	6.000	5.764
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	156.000	149.596
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-05-2009	35.000	33.509
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-05-2009	130.000	124.905

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	37.500	35.977
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-05-2009	52.000	49.977
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	25-05-2009	312.000	299.992
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	40.500	38.879
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	98.500	94.723
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	20.500	19.717
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-05-2009	104.000	99.853
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	54.000	51.952
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	7.000	6.737
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-06-2009	52.000	49.957
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	15.500	14.919
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	520.000	499.726
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	110.000	105.711
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-06-2009	103.500	99.634
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	55.000	52.856
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-06-2009	353.000	339.913
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-06-2009	186.000	178.886
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-06-2009	62.000	59.737
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-06-2009	112.000	107.911
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-06-2009	36.000	34.639
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-06-2009	259.500	249.953
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-06-2009	15.500	14.947
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-06-2009	150.000	144.652
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-06-2009	8.000	7.723
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-06-2009	25.500	24.589
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-06-2009	155.500	149.967
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	25-06-2009	51.500	49.698
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-06-2009	259.000	249.938
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-06-2009	20.500	19.780
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-07-2009	12.500	12.079
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-07-2009	87.000	84.151
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-07-2009	20.500	19.965
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-07-2009	153.500	149.534
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-07-2009	205.000	199.704
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-07-2009	153.500	149.534
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-07-2009	51.500	49.929
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-08-2009	308.000	300.351
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-08-2009	3.500	3.414
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	45.000	43.906
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	512.000	499.478
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	77.000	75.117
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204.000	199.167
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204.000	199.167
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204.000	199.167
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-08-2009	205.000	200.141
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-08-2009	71.000	69.317
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	47.500	46.386
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	107.500	104.979
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	153.500	149.939
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-08-2009	45.500	44.467
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-09-2009	30.500	29.842
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	04-09-2009	8.000	7.794

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-09-2009	97.500	95.558
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-09-2009	41.000	40.215
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-09-2009	7.000	6.868
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	28-09-2009	4.000	3.907
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-09-2009	254.500	249.884
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-10-2009	50.500	49.597
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-10-2009	101.500	99.775
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	158.000	155.416
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	25.000	24.591
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-10-2009	54.000	53.131
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	407.000	400.448
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-10-2009	91.000	89.535
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	112.500	110.689
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-10-2009	79.000	77.759
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-10-2009	29.000	28.548
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-10-2009	82.500	81.320
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	101.000	99.815
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-11-2009	105.000	103.822
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	151.500	149.800
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	291.000	287.735
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-11-2009	303.000	299.639
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-11-2009	303.000	299.952
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-12-2009	80.000	79.206
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-12-2009	50.000	49.529
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	24.000	23.780
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	102.500	101.562
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	147.000	145.655
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	131.000	129.801
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	252.000	249.759
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	110.500	109.517
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	100.500	99.606
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	50.000	49.555
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	82.000	81.303
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	85.500	84.773
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	51.000	50.566
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-12-2009	99.500	98.770
				EUR 0
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	158.000	149.057
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	125.000	117.925
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	74.000	69.811
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	150.000	141.509
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	92.000	86.792
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	25.000	23.585
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	100.000	94.340
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	570.000	537.736
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	573.000	540.566
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	179.000	168.868
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	449.000	423.585
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	106.000	100.000
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	2.518.000	2.369.177
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	17-02-2009	7.950.000	7.500.001
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	180.000	169.811
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	99.000	93.396

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	20-02-2009	30.000		28.248	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	30.000		28.248	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	30.000		28.736	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-02-2009	13.000		12.285	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-03-2009	169.000		159.810	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-03-2009	98.000		92.671	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-03-2009	35.000		33.100	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-03-2009	35.000		33.163	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	250.000		236.875	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	26.000		24.617	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	162.000		153.385	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	10-03-2009	123.000		116.459	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-03-2009	69.000		65.545	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-03-2009	312.000		296.512	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-03-2009	32.000		30.462	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-04-2009	84.000		80.037	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-04-2009	65.000		61.943	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	209.000		199.979	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-04-2009	114.000		109.193	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-05-2009	145.000		139.501	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-06-2009	6.000		5.770	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-06-2009	519.000		499.759	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-07-2009	41.000		39.667	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	06-08-2009	312.000		302.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	312.000		302.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	10-09-2009	15.000		14.690	USD 0
Banif Finance 2009-2049	Compra	30-06-2009	10.000.000		10.000.000	
Banif Finance 2009-2049	Venda	30-06-2009	10.000.000		10.000.000	EUR 0
Banif Finance 2009-2049	Compra	30-06-2009	15.000.000		15.000.000	
Banif Finance 2009-2049	Venda	30-06-2009	15.000.000		15.000.000	USD 0
Banif Finance 2009-2019	Compra	31-12-2009	30.000		22.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	31-12-2009	30.000		22.500	EUR 0
Banif SGPS 2009-2012	Compra	28-04-2009	20.000.000		19.982.000	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	29-04-2009	1.000.000		999.100	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	29-04-2009	200.000		200.000	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	22-07-2009	400.000		404.400	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	18-08-2009	18.400.000		18.582.160	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	19-08-2009	18.400.000		18.584.000	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	10-12-2009	18.400.000		18.584.000	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	10-12-2009	18.400.000		18.584.000	EUR 18.400.000
Banif Finance 2007-2017	Venda	03-02-2009	56.000		47.320	EUR 0

Durante o exercício de 2009, o Banif - Banco de Investimento, SA ('BBI'), sociedade dominada pela Banif SGPS, SA, efectuou as transacções a seguir descritas de acções da Banif SGPS, SA, as quais foram todas executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa), em execução do contrato de liquidez celebrado entre o Banco e a Euronext Lisboa.

Face ao disposto no art.º 325.º - A do Código das Sociedades Comerciais, são as acções acima referidas e a seguir descritas, consideradas acções próprias da sociedade dominante.

Por outro lado, durante o período em apreciação, foi efectuada uma transacção de acções próprias, pela Banif SGPS, SA, também executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa) e indicada no quadro *infra*:

Entidade Que Efectuou a Transacção	Tipo de Transacção	Data	Natureza do Negócio	Quant.	Preço Unitário	Quant. Detida
BBI	Alienação	05-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,14000	577.225
BBI	Alienação	05-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.200	1,11000	568.025
BBI	Aquisição	05-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.200	1,09000	577.225
BBI	Aquisição	05-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,12000	586.325
BBI	Alienação	12-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,19000	577.825
BBI	Aquisição	12-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,18000	586.325
BBI	Aquisição	15-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.900	1,14000	595.225
BBI	Alienação	16-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,16000	586.725
BBI	Aquisição	19-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.800	1,14000	595.525
BBI	Aquisição	20-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.000	1,13000	599.525
BBI	Aquisição	20-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	22.500	1,14000	622.025
BBI	Alienação	21-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.239	1,12000	619.786
BBI	Aquisição	21-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.239	1,11000	622.025
BBI	Aquisição	23-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	710	1,13000	622.735
Banif SGPS, SA	Aquisição	26-Jan-09	Transacção de Acções Próprias	250.000	1,14000	872.735
BBI	Alienação	27-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.692	1,14000	865.043
BBI	Alienação	27-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.308	1,13000	863.735
BBI	Aquisição	27-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.000	1,12000	872.735
BBI	Aquisição	28-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	100.000	1,13000	972.735
BBI	Aquisição	29-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.000	1,11000	973.735
BBI	Aquisição	29-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.000	1,12000	982.735
BBI	Alienação	30-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,13000	972.735

BBI	Aquisição	30-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,10000	981.835
BBI	Alienação	30-Jan-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,12000	972.735
BBI	Alienação	03-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,16000	962.735
BBI	Alienação	03-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	33.800	1,15000	928.935
BBI	Alienação	04-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	15.000	1,17000	913.935
BBI	Alienação	04-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,16000	903.935
BBI	Aquisição	05-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.500	1,16000	905.435
BBI	Alienação	06-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	29.969	1,18000	875.466
BBI	Alienação	06-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.600	1,17000	866.866
BBI	Alienação	06-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,16000	856.866
BBI	Alienação	09-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.539	1,19000	847.327
BBI	Alienação	09-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.961	1,18000	838.366
BBI	Alienação	10-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.350	1,20000	830.016
BBI	Aquisição	10-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	135	1,20000	830.151
BBI	Alienação	11-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.000	1,19000	823.151
BBI	Aquisição	11-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	54	1,18000	823.205
BBI	Aquisição	12-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.746	1,21000	826.951
BBI	Alienação	13-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,26000	818.951
BBI	Alienação	13-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.300	1,24000	810.651
BBI	Aquisição	13-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	11.300	1,26000	821.951
BBI	Aquisição	17-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.600	1,20000	828.551
BBI	Aquisição	17-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	12.000	1,22000	840.551
BBI	Aquisição	17-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,25000	848.551
BBI	Aquisição	18-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.600	1,19000	857.151
BBI	Aquisição	19-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	500	1,18000	857.651

BBI	Alienação	23-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.000	1,18000	854.651
BBI	Alienação	23-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	20	1,15000	854.631
BBI	Aquisição	23-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.557	1,14000	863.188
BBI	Aquisição	23-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.743	1,15000	868.931
BBI	Alienação	25-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.980	1,15000	859.951
BBI	Alienação	26-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,18000	851.451
BBI	Alienação	27-Fev-09	Execução de Contrato de Liquidez	785	1,19000	850.666
BBI	Alienação	02-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,18000	842.166
BBI	Aquisição	02-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.650	1,17000	850.816
BBI	Aquisição	03-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.135	1,18000	851.951
BBI	Alienação	09-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.810	1,16000	843.141
BBI	Aquisição	09-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.810	1,14000	851.951
BBI	Alienação	10-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.300	1,10000	842.651
BBI	Alienação	10-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.350	1,09000	833.301
BBI	Aquisição	10-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.500	1,06000	842.801
BBI	Aquisição	10-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	18.650	1,08000	861.451
BBI	Alienação	11-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.600	1,07000	859.851
BBI	Alienação	11-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	17.900	1,06000	841.951
BBI	Alienação	11-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.550	1,05000	832.401
BBI	Aquisição	11-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	19.550	1,05000	851.951
BBI	Alienação	12-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.700	1,04000	842.251
BBI	Aquisição	12-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.700	1,03000	851.951
BBI	Alienação	13-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.801	1,07000	849.150
BBI	Alienação	16-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.199	1,08000	846.951
BBI	Alienação	23-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,06000	841.951

BBI	Alienação	25-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.521	1,06000	840.430
BBI	Aquisição	25-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.600	1,05000	850.030
BBI	Alienação	26-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.079	1,06000	841.951
BBI	Alienação	27-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.588	1,04000	840.363
BBI	Aquisição	27-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.588	1,03000	841.951
BBI	Alienação	31-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.900	1,05000	832.051
BBI	Aquisição	31-Mar-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.900	1,04000	841.951
BBI	Alienação	02-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.300	1,08000	832.651
BBI	Alienação	02-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.405	1,07000	827.246
BBI	Aquisição	02-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	14.705	1,07000	841.951
BBI	Alienação	03-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.300	1,08000	832.651
BBI	Aquisição	03-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.400	1,07000	842.051
BBI	Alienação	06-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,11000	837.051
BBI	Aquisição	06-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.599	1,09000	839.650
BBI	Aquisição	06-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.401	1,11000	842.051
BBI	Aquisição	07-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.105	1,10000	851.156
BBI	Alienação	08-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.100	1,10000	842.056
BBI	Alienação	09-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.000	1,12000	833.056
BBI	Alienação	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.799	1,19000	825.257
BBI	Aquisição	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.251	1,16000	832.508
BBI	Alienação	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.600	1,17000	823.908
BBI	Aquisição	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.799	1,18000	831.707
BBI	Alienação	14-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.800	1,14000	822.907
BBI	Aquisição	15-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.044	1,16000	826.951
BBI	Alienação	16-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	479	1,20000	826.472

BBI	Aquisição	16-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	479	1,18000	826.951
BBI	Alienação	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,14000	816.951
BBI	Aquisição	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.400	1,12000	826.351
BBI	Alienação	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.400	1,13000	816.951
BBI	Aquisição	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.300	1,13000	818.251
BBI	Aquisição	17-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.700	1,14000	826.951
BBI	Aquisição	20-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.150	1,10000	836.101
BBI	Aquisição	20-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,11000	841.101
BBI	Alienação	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,05000	831.101
BBI	Aquisição	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,03000	841.101
BBI	Alienação	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,04000	831.101
BBI	Aquisição	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.750	1,04000	840.851
BBI	Aquisição	23-Abr-09	Execução de Contrato de Liquidez	250	1,05000	841.101
BBI	Alienação	04-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.540	1,13000	832.561
BBI	Alienação	04-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	610	1,12000	831.951
BBI	Alienação	05-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,16000	823.951
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,27000	815.951
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.000	1,25000	812.951
BBI	Aquisição	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.300	1,21000	821.251
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	383	1,23000	820.868
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.300	1,21000	812.568
BBI	Aquisição	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,22000	822.568
BBI	Alienação	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.500	1,18000	814.068
BBI	Aquisição	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.883	1,30000	818.951
BBI	Aquisição	06-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.000	1,32000	821.951

BBI	Alienação	11-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.250	1,38000	814.701
BBI	Alienação	11-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.429	1,35000	807.272
BBI	Aquisição	11-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.429	1,34000	814.701
BBI	Aquisição	11-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.250	1,37000	821.951
BBI	Alienação	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.700	1,32000	814.251
BBI	Alienação	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,30000	804.251
BBI	Aquisição	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	10.000	1,30000	814.251
BBI	Aquisição	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.400	1,31000	822.651
BBI	Aquisição	12-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.600	1,32000	830.251
BBI	Alienação	13-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	12.228	1,26000	818.023
BBI	Aquisição	13-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.150	1,24000	826.173
BBI	Alienação	13-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.126	1,25000	824.047
BBI	Aquisição	13-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.700	1,25000	830.747
BBI	Alienação	14-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.873	1,28000	823.874
BBI	Alienação	14-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.923	1,27000	821.951
BBI	Alienação	18-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,29000	814.051
BBI	Aquisição	18-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,32000	821.951
BBI	Alienação	19-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.680	1,36000	815.271
BBI	Alienação	19-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.855	1,30000	807.416
BBI	Aquisição	19-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.855	1,29000	815.271
BBI	Aquisição	19-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.680	1,35000	821.951
BBI	Alienação	20-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.670	1,38000	820.281
BBI	Aquisição	20-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.670	1,36000	821.951
BBI	Aquisição	21-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.550	1,36000	829.501
BBI	Alienação	22-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.250	1,39000	822.251

BBI	Alienação	25-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	359	1,38000	821.892
BBI	Alienação	25-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	36	1,37000	821.856
BBI	Aquisição	25-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	395	1,36000	822.251
BBI	Alienação	26-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.140	1,36000	816.111
BBI	Alienação	26-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.360	1,35000	814.751
BBI	Aquisição	26-Mai-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.500	1,35000	822.251
BBI	Aquisição	01-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	130	1,31000	822.381
BBI	Alienação	05-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.919	1,35000	818.462
BBI	Aquisição	05-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.458	1,33000	821.920
BBI	Aquisição	05-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	31	1,34000	821.951
BBI	Alienação	09-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.550	1,33000	814.401
BBI	Aquisição	09-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.233	1,31000	819.634
BBI	Aquisição	10-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.317	1,33000	821.951
BBI	Alienação	17-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	12.514	1,30000	809.437
BBI	Aquisição	17-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.050	1,27000	817.487
BBI	Aquisição	17-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.464	1,30000	821.951
BBI	Alienação	18-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,29000	814.051
BBI	Aquisição	18-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,27000	821.951
BBI	Aquisição	19-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,27000	829.951
BBI	Alienação	24-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.083	1,25000	824.868
BBI	Alienação	24-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.817	1,24000	822.051
BBI	Aquisição	24-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.900	1,23000	829.951
BBI	Alienação	25-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.216	1,27000	827.735
BBI	Alienação	25-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.884	1,25000	821.851
BBI	Aquisição	25-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.100	1,24000	829.951

BBI	Alienação	29-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	422	1,26000	829.529
BBI	Aquisição	30-Jun-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.250	1,22000	837.779
BBI	Alienação	01-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	7.412	1,25000	830.367
BBI	Alienação	01-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.395	1,24000	824.972
BBI	Aquisição	01-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	12.661	1,22000	837.633
BBI	Alienação	01-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.705	1,23000	834.928
BBI	Alienação	03-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	653	1,20000	834.275
BBI	Aquisição	03-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.900	1,18000	841.175
BBI	Alienação	06-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	116	1,20000	841.059
BBI	Aquisição	07-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.502	1,17000	845.561
BBI	Alienação	09-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	6.550	1,18000	839.011
BBI	Alienação	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.072	1,29000	834.939
BBI	Alienação	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.450	1,27000	830.489
BBI	Aquisição	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.160	1,23000	838.649
BBI	Alienação	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	16.160	1,25000	822.489
BBI	Aquisição	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	9.462	1,25000	831.951
BBI	Aquisição	13-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	3.300	1,26000	835.251
BBI	Alienação	14-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.000	1,23000	827.251
BBI	Alienação	14-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	200	1,22000	827.051
BBI	Aquisição	14-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	8.200	1,22000	835.251
BBI	Aquisição	16-Jul-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.200	1,19000	839.451
BBI	Aquisição	03-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,18000	844.451
BBI	Aquisição	03-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	5.000	1,19000	849.451
BBI	Alienação	13-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	16.088	1,23000	833.363
BBI	Alienação	21-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,29000	831.363

BBI	Alienação	24-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	4.412	1,38450	826.951
BBI	Alienação	24-Ago-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,34000	824.951
BBI	Alienação	04-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,39000	822.951
BBI	Alienação	07-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,49000	820.951
BBI	Aquisição	07-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,49000	822.951
BBI	Alienação	16-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.000	1,59000	821.951
BBI	Alienação	28-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,40000	819.951
BBI	Aquisição	28-Set-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,37000	821.951
BBI	Alienação	02-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,31000	819.951
BBI	Aquisição	02-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,28000	821.951
BBI	Alienação	13-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,49000	819.951
BBI	Aquisição	13-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	17	1,00000	819.968
BBI	Aquisição	13-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,47000	821.968
BBI	Aquisição	14-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.000	1,31500	822.968
BBI	Aquisição	27-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,30000	824.968
BBI	Aquisição	28-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,25000	826.968
BBI	Alienação	29-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,32000	824.968
BBI	Alienação	29-Out-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,30000	822.968
BBI	Alienação	25-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	1.017	1,30000	821.951
BBI	Aquisição	26-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,25000	823.951
BBI	Alienação	27-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,28000	821.951
BBI	Alienação	27-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,27000	819.951
BBI	Aquisição	27-Nov-09	Execução de Contrato de Liquidez	2.000	1,21000	821.951

## 2. Informação nos termos do Artº 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao disposto no Artº 448º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais e segundo os registos da Sociedade e informações prestadas, informa-se que, na data do encerramento do exercício a que se reporta o presente relatório anual, a Banif Comercial, SGPS, SA era titular da totalidade do Capital Social da Sociedade.

## 3. Informação nos termos do Artº 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho

Montante Anual da Remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade:

### Conselho de Administração:

Montante anual da remuneração auferida de **forma agregada**: € 3.194.082,53

Montante anual da remuneração auferida de **forma individual**, por cada membro:

Comendador Horácio da Silva Roque – *Presidente (Não Executivo)* - € 400.709,00

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos – *Vice-Presidente (Presidente da Comissão Executiva)*  
- € 468.629,00

Dr. Carlos David Duarte de Almeida – *Vice-Presidente (Administrador Executivo)* - € 440.405,99

Dr. António Manuel Rocha Moreira – *Vogal (Administrador Executivo)* - € 422.733,89

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz – *Vogal (Administrador Executivo)* - € 334.032,00

Dr. José Marques de Almeida – *Vogal (Administrador Não Executivo)* - € 93.440,00

Dr. José António Machado de Andrade – *Vogal (Administrador Executivo)* - € 310.738,62

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos – *Vogal (Administrador Executivo)* - € 309.469,03

Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira – *Vogal (Administrador Não Executivo)* - € 93.440,00

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida – *Vogal (Administrador Executivo)* - € 307.705,00

Dr. Vitor Manuel Farinha Nunes – *Vogal (Administrador Não Executivo)* - € 12.780,00<sup>2</sup>

### Conselho Fiscal:

Montante anual da remuneração auferida de **forma agregada**: € 57.270,00

Montante anual da remuneração auferida de **forma individual**, por cada membro:

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida – *Presidente* - € 34.150,00

Dr. António Ernesto Neto da Silva – *Membro Efectivo* - € 11.560,00

Dr. José Lino Tranquada Gomes – *Membro Efectivo* - € 11.560,00

## 4. Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas

A totalidade das 113,2 milhões de acções do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, representativas de 100% do respectivo Capital Social, são detidas pela sociedade Banif Comercial SGPS, SA, pelo que não se verifica a existência de acções próprias ou de outras participações qualificadas.

<sup>2</sup> Início de funções em 3 de Novembro de 2009

## VIII. RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, e Carta-Circular nº 58/2009/DSB, de 5/8/2009, do Banco de Portugal, sobre a “Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos”.

### I. Modelo de Negócio

1. ***Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).***

O modelo de negócio do Banco encontra-se pormenorizadamente descrito na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2009” do Relatório de Gestão.

2. ***Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).***

As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas “27. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS” e “23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS”, respectivamente, do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

3. ***Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).***

As actividades desenvolvidas pelo Banco e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2009” do Relatório de Gestão.

4. ***Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.***

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2009” do Relatório de Gestão.

5. ***Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.***

Os objectivos e envolvimento do Banco relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2009” do Relatório de Gestão.

## **II. Riscos e Gestão dos Riscos**

### **6. *Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.***

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Banco encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto “12. Controlo dos Riscos de Actividade” da parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2009” do Relatório de Gestão.

### **7. *Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.***

As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto “12. Controlo dos Riscos de Actividade” da parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2009” do Relatório de Gestão.

## **III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados**

### **8. *Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.***

Não aplicável.

### **9. *Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).***

Não aplicável.

### **10. *Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.***

Não aplicável.

### **11. *Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.***

Não aplicável.

### **12. *Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados.***

Não aplicável.

### **13. *Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.***

Não aplicável.

- 14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.**

Não aplicável.

- 15. Divulgação do impacto que a evolução dos spreads associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.**

Não aplicável.

#### **IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**

- 16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas".**

Não aplicável.

- 17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.**

Não aplicável.

- 18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:**

- **Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;**
- **Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);**
- **Áreas geográficas de origem;**
- **Sector de actividade;**
- **Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);**
- **Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;**
- **Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio loan-to-value, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.**

Não aplicável.

- 19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, write-downs, compras, etc.).**

Não aplicável.

- 20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.**

Não aplicável.

- 21. Exposição a seguradoras de tipo monoline e qualidade dos activos segurados:**

- *Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;*
- *Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respectiva protecção de crédito;*
- *Valor dos write-downs e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;*
- *Decomposição das exposições por rating ou contraparte.*

O Banco não detém exposições desta natureza.

## **V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização**

### **22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.**

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.7 Instrumentos financeiros” do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

### **23. Consolidação das *Special Purpose Entities (SPE)* e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.**

Os SPE e outros “veículos” utilizados pelo Banco são relativos a operações de securitização, conforme descrito na nota “27. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS” do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”, que são integrados nas contas consolidadas da casa-mãe, a Banif SGPS, SA. Não existe qualquer relação destes veículos com produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.

### **24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:**

- *instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;*
- *hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);*
- *tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);*
- *utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).*

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota “3.7 instrumentos financeiros” e na nota “42. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

### **25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:**

- *Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;*

- *Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);*
- *Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;*
- *Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);*
- *Stress scenarios.*

Informação incluída no ponto anterior.

## **VI. Outros aspectos relevantes na divulgação**

### **26. *Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.***

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira estão subordinados às orientações da casa-mãe, a Banif SGPS, SA, e encontram-se descritos no ponto “III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar” da parte “VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE”, do “RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2009 da Banif SGPS, SA e Banif - Grupo Financeiro Consolidado”, divulgado no site institucional do Grupo ([www.grupobanif.pt](http://www.grupobanif.pt)) e CMVM.



## Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, do BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 11.568.615 milhares de euros e um total de capital próprio de 647.650 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 23.669 milhares de euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.



3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, objectiva e lícita.

Lisboa, 12 de Março de 2010

- I. Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA
- II. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
- III. Registada na CMVM com o n.º 9011

Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o exercício de 2009, emitindo o seu parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração de BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA.
2. Tem o Conselho Fiscal continuado a privilegiar, no exercício das suas funções, como em anos anteriores, o acompanhamento directo e permanente das actividades do Banco, através de contactos frequentes com a Administração e com os Serviços.
3. O Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade do Banco durante o exercício de 2009.
4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com que declara concordar, para os efeitos do disposto no nº 2 do Art.º 452º do Código das Sociedades Comerciais.
5. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 145º, nº 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, aplicável por remissão da alínea a) do nº 1 do Artº 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif - Banco Internacional do Funchal, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Banif - Banco Internacional do Funchal, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
6. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
- b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;
- c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com a norma legal aplicável (Art.º 97º, nº 1, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras);
- d) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização do Banco; e
- e) Manifeste o seu apreço aos empregados do Banco, pela colaboração dada aos Órgãos Sociais no exercício das respectivas funções.

Lisboa, 15 de Março de 2010

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente \_\_\_\_\_

Dr. ANTÓNIO ERNESTO NETO DA SILVA \_\_\_\_\_

Dr. JOSÉ LINO TRANQUADA GOMES \_\_\_\_\_

## Índice de Abreviaturas Utilizadas

Açoreana	Companhia de Seguros Açoreana, SA
Banco de Investimento	Banif - Banco de Investimento, SA
Banif	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
Banif Açor Pensões	Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
Banif BI (Brasil)	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
Banif (Brasil)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
Banif (Malta)	Banif Bank (Malta) Plc
Banif (Cayman)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), SA
Banif Capital	Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA
Banif Comercial	Banif Comercial, SGPS, SA
Banif Gestão de Activos	Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
Banif Go	Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
Banif Imobiliária	Banif Imobiliária, SA
Banif Investimentos	Banif Investimentos SGPS, SA
Banif Rent	Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
BanifServ	BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
Banif SGPS	Banif SGPS, SA
Bankpime	Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA
Bank Plus	Bank Plus Bank, Zrt.
BBCA	Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (incorporado por fusão no Banif em 01-01-2009)
BCE	Banco Central Europeu
BCN	Banco Caboverdiano de Negócios
BFC	Banif Forfaiting Company
BFS	Banif Financial Services, Inc.
BFUSA	Banif Finance (USA), Inc.
BIB	Banif International Bank, Ltd
BIH	Banif International Holdings, Ltd
Companhia	Companhia de Seguros Açoreana, SA
CSA	Companhia de Seguros Açoreana, SA
DAJ	Direcção de Assessoria Jurídica (Banif)
DCA	Direcção de Canais Agenciados (Banif)
DCRAA	Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores (Banif Açores)
DCRAM	Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (Banif)
DEO	Direcção do Executivo de Operações (Banif)
DEP	Direcção de Empresas e Banca Privada (Banif)
DF	Direcção Financeira (Banif)
DGR	Direcção de Gestão Global de Risco (Banif)
DI	Direcção Internacional (Banif)
DMC	Direcção de Marketing e Comunicação (Banif)
DME	Direcção de Marketing Estratégico (Banif)
Dólares	Dólares norte-americanos (USD)
DOQ	Direcção de Organização e Qualidade (Banif)
DRA	Direcção da Rede de Agências (Banif)
DRD	Direcção de Rede Directa (Banif)
FED	Reserva Federal Norte-americana ( <i>Federal Reserve</i> )
Finab	Finab International Corporate Management Services Ltd
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRII	Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (Banif)
Grupo	Banif - Grupo Financeiro
IFB	Instituto de Formação Bancária
INE	Instituto Nacional de Estatística
Rentipar Seguros	Rentipar Seguros SGPS, SA
RERAM	Rede de Agências da Região Autónoma da Madeira (Banif)

**Banif - Banco Internacional do Funchal, SA**

Sede Social: Rua de João Távira, 30 – 9004-509 Funchal

Capital Social: 566.000.000 Euros

Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva n.º 511 202 008



**BANIF**